

REFLETIR E PROJETAR SETÚBAL

MARIA JOÃO SANTINHOS

REFLETIR E PROJETAR SETÚBAL

MARIA JOÃO SANTINHOS

PROJETO FINAL DE CURSO
2014 | 2015

ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Escola de Tecnologias e Arquitetura

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitetura

VERTENTE PRÁTICA

Requalificação do cemitério Nossa
Senhora da Piedade , Capela e Centro
Paroquial S. Sebastião

Trabalho Prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Arquitetura

Orientador:

Professor Pedro Botelho, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

VERTENTE TEÓRICA

A arquitetura industrial conserveira em
Setúbal. De 1924 – 1994.

Trabalho Teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Arquitetura

Orientador:

Professora Doutora Soraya Genin, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

Este caderno reúne o trabalho desenvolvido durante o ano letivo 2014-2015, na unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura articulando um projeto de arquitetura e uma investigação teórica. Embora ambas as vertentes incidam sobre a cidade de Setúbal, desenvolvem-se a partir de diferentes problemas e desafios.

A vertente projetual pressupôs desde cedo uma estratégia de grupo ampliada à escala da cidade, onde se investigou, debateu e documentou questões sobre a complexidade espacial e social, baseadas na temática de uma cidade com um potencial ribeirinho não aproveitado. Como devolver a cidade ao seu rio? Como re-desenhar a frente urbana, promovendo usos mistos, recuperando identidades, integrando novas estruturas de mobilidade e criar novos espaços públicos? Com base no entendimento do lugar, resultando ele parte de um contexto natural mas também construído, desenvolve-se o objeto arquitetónico integrado na lógica da estratégia de grupo. Este propõe a re-qualificação do cemitério Nossa Senhora da Piedade, criação de uma capela e um centro paroquial S. Sebastião localizado no quadrante Sudeste da cidade.

A vertente teórica pretende conhecer e inventariar os vestígios industriais da cidade de Setúbal com o intuito de responder e contextualizar questões como: Porque são deixadas as chaminés intactas se as fábricas são demolidas? O que guardar da vasta quantidade de vestígios industriais deixados ao abandono e que ainda proliferam pela cidade de Setúbal? Apesar de ser desejável a articulação da investigação teórica com a vertente projetual, uma vez que o local a ser intervencionado contém uma história singular e um passado de referência no campo da indústria conserveira, algo que nos é constantemente lembrado pela imponente presença das antigas chaminés de tijolo laranja ao longo da paisagem, foi claro, desde o início, que tal não seria praticável dado o volume de investigação requerido para incluir todas as vertentes, com profundidade, sobre o objeto de estudo. Assume-se

assim, claramente, que esta informação foi adquirida de forma tardia, não permitindo que o projeto tivesse tido este conhecimento em consideração. Neste contexto, aceita-se a total separação das duas áreas.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

8 INTRODUÇÃO GERAL

12 I - VERTENTE PRÁTICA

Requalificação do cemitério Nossa Senhora da Piedade , Capela e Centro Paroquial S. Sebastião

14 TRABALHO DE GRUPO

28 PLANO ESTRATÉGICO

32 PROGRAMA RELIGIOSO

36 LUGAR

64 EDIFÍCIO CEMITERIAL

72 CAPELA

80 CENTRO PAROQUIAL

92 ESTRUTURA

98 II - VERTENTE TEÓRICA

A arquitetura industrial conserveira em Setúbal. De 1924 – 1994.

I - VERTENTE PRÁTICA

REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE, CAPELA E CENTRO PAROQUIAL S. SEBASTIÃO

Trabalho Prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientador:

Professor Pedro Botelho, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

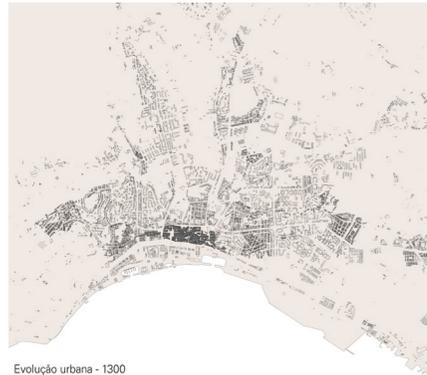
Trabalho de Grupo: Cristina Romão; Filipe Teixeira; Humberto Alves; Maria João Santinhos



▼ Área de intervenção

TRABALHO DE GRUPO - ANÁLISE

Cidade nascida do estuário mas que hoje, paradoxalmente, se encontra fechada sobre si. A cidade de Setúbal, a cerca de 40 quilómetros de Lisboa, nasceu e cresceu a partir da sua relação intrínseca com o estuário Sado. Esta ligação determinou a forma do seu desenho urbano e proporcionou, até há relativamente pouco tempo, os meios técnicos e económicos para o seu desenvolvimento. O período de desenvolvimento fomentado pelas atividades piscatórias e que vemos refletido na cidade, seja pela venda de conservas ou pela agitação das lotas, originou a sua expansão não só em torno da orla ribeirinha, mas também em direção ao interior. Contudo o posterior abandono da indústria e das suas infraestruturas gerou e acumulou enormes tensões no território e a partir daí nunca se estabeleceu novamente a sua ligação efetiva com o rio.



Evolução urbana - 1300



Evolução urbana - 1800



Evolução urbana - 1968



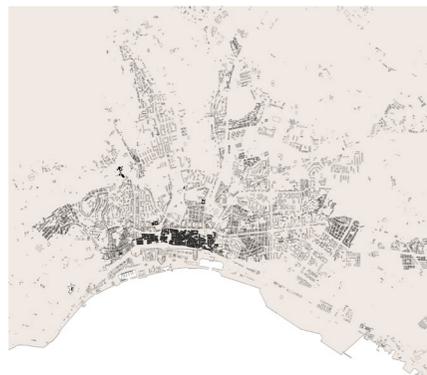
Evolução urbana - 1600



Evolução urbana - 1900



Evolução urbana - 1983



Evolução urbana - 1700

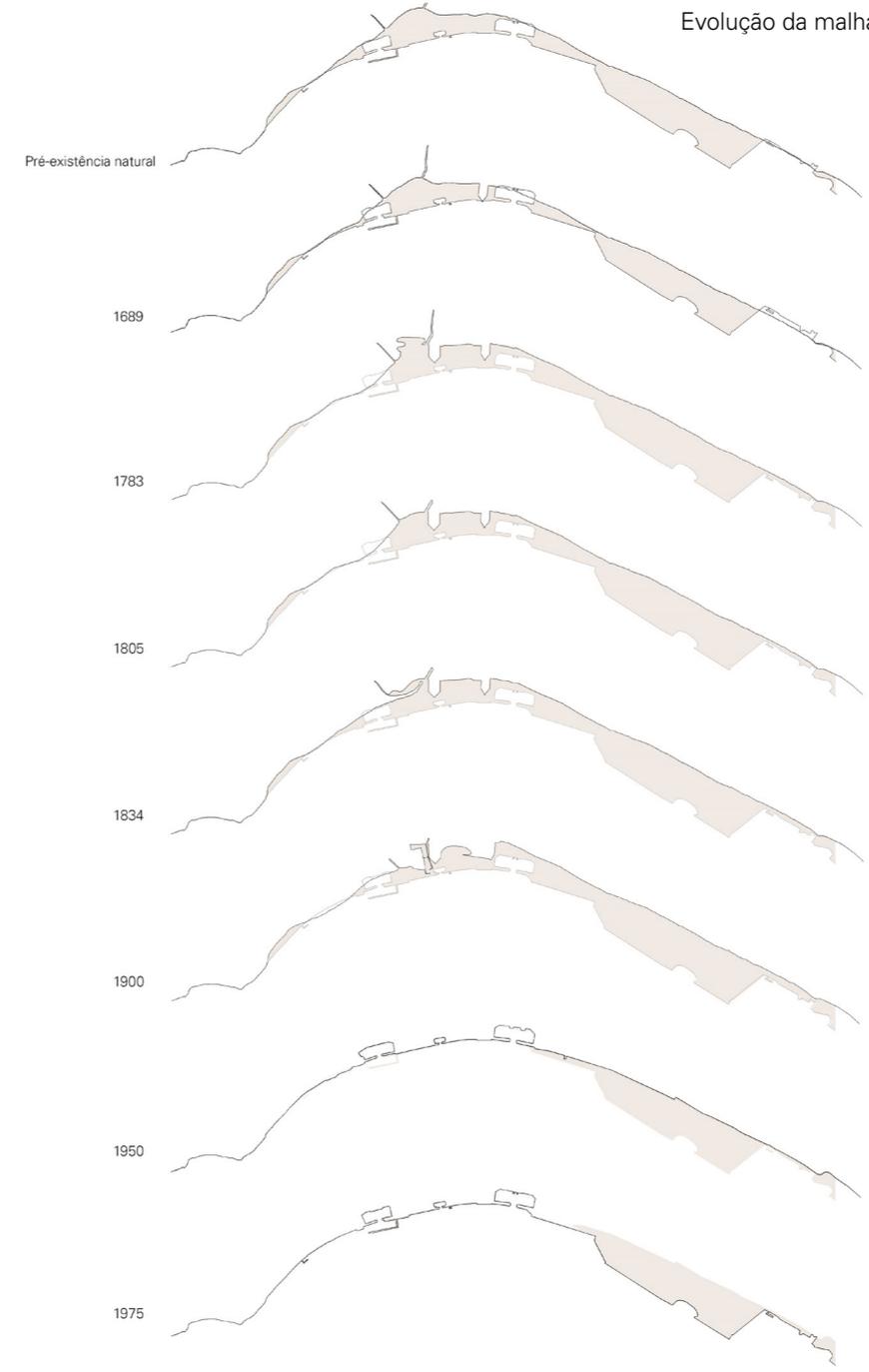


Evolução urbana - 1958



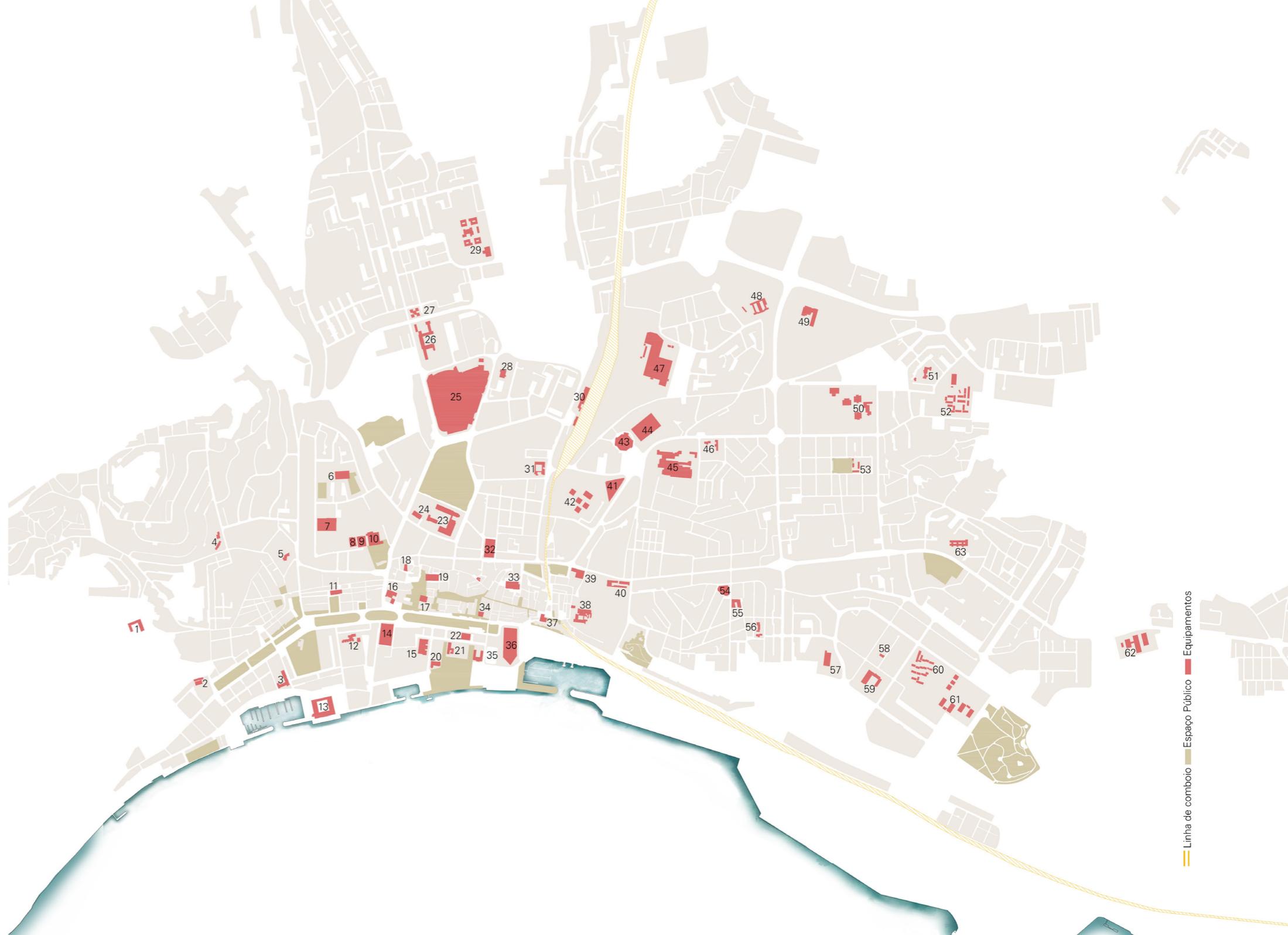
Evolução urbana - 1997

Evolução da malha urbana e Orla ribeirinha



1. CONVENTO DE SÃO FRANCISCO
2. EXTERNATO DIOCESANO SEBASTIÃO DA GAMA
3. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SETÚBAL
4. JARDIM DE INFÂNCIA E ENSINO BÁSICO - ESCOLA Nº 5 DE SETÚBAL
5. MISSIONÁRIAS DA CARIDADE
6. EB1 Nº 3 DE SETÚBAL
7. EB1 / JI MONTALVÃO
8. ASILO ACÁCIO BARRADAS
9. ACADEMIA LUÍSA TODI
10. IGREJA E MOSTEIRO DE JESUS
11. CENTRO SOCIAL FRANCISCO XAVIER
12. JARDIM DE INFÂNCIA - O AQUÁRIO
13. EDIFÍCIO DA LOTA DE SETÚBAL
14. MERCADO DO LIVRAMENTO
15. TRIBUNAL
16. PSP DE SETÚBAL
17. IGREJA DE SÃO JULIÃO
18. CASA DA CULTURA
19. CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
20. INATEL
21. CAPITANIA
22. FORUM LUÍSA TODI
23. ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA
24. CTT POST OFFICE
25. ESTÁDIO DO BONFIM / PAVILHÃO ANTOINE VELGE
26. ESCOLA SECUNDÁRIA BOCAGE
27. CONSERVATÓRIO REGIONAL DE SETÚBAL
28. EB1 Nº2 DE SETÚBAL
29. ESCOLA PREPARATÓRIA DE BOCAGE
30. ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SETÚBAL
31. CONVENTO SÃO JOÃO BAPTISTA
32. ESTAÇÃO RODOVIÁRIA
33. IGREJA DE SANTA MARIA DA GRAÇA
34. BIBLIOTECA MUNICIPAL
35. GNR / BRIGADA FISCAL
36. ESCOLA DE HOTELARIA DE SETÚBAL
37. MUSEU DO TRABALHO "MICHEL GIACOMETTI"
38. IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO
39. PSP
40. G.N.R.
41. ÁREA COMERCIAL
42. ESCOLA BÁSICA 2º E 3º CICLO DE ARANGUEZ
43. PRAÇA DE TOUROS CARLOS RELVAS
44. CAMPO DA BELA VISTA
45. HOSPITAL DE SÃO BERNARDO
46. ESCOLA DO PINHEIRINHOS
47. INST. DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
48. ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SETÚBAL
49. HOTEL NOVOTEL SETÚBAL
50. ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO II
51. EB1 Nº 6 DE SETÚBAL
52. ESCOLA BÁSICA LUÍSA TODDI
53. EB1 Nº 10 DE SETÚBAL
54. MERCADO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
55. HOTEL ISIDRO
56. EB1 Nº7 DE SETÚBAL
57. SUPERMERCADO LIDL
58. ESCOLA INFANTIL DO BAIRRO DA BELA VISTA
59. ESCOLA EB1 BELA VISTA
60. ESCOLA SECUNDÁRIA DA BELA VISTA
61. ESCOLA SECUNDÁRIA DE ANA DE CASTRO OSÓRIO
62. ESCOLA SECUNDÁRIA DOM MANUEL MARTINS
63. ESCOLA PRIMÁRIA 1º MAIO

Mapa de equipamentos e espaço público



Mapa de espaços verdes



A proposta de grupo oferece a oportunidade de repensar as vivências urbanas de uma cidade que possui uma disposição portuária natural. Sugere-se uma nova realidade onde se cruzam novos usos, formas e espaços, permitindo reclamar a dimensão pública, oferecer à cidade e aos bairros periféricos, localizados a nascente, espaços verdes de referência e ainda redesenhar a linha de costa da cidade para algo que nos remeta à linha original, mais suave e respeitadora da sua topografia.

Procurou-se por isso restituir a linha de costa original que acaba na Doca do Comércio tentando liga-la ao terminal acrescentado no final do século. A escala reduzida do novo desenho aproxima-o da escala da própria cidade, permitindo aliar construção nova a zonas de fruição pública, enquanto o espaço devolvido ao rio, garante uma nova doca para os ferries.

O novo desenho urbano estabelece ainda um percurso público entre a Avenida Luísa Toddi e o Parque da Bela Vista articulando o Jardim Engenheiro Luís da Fonseca, o Jardim Camilo Castelo Branco, assim como outros pontos que se afirmem como novas centralidades na Estrada da Graça.

A nova estrutura verde visa não só criar ligações entre os espaços verdes urbanos da cidade e a envolvente natural, mas também enquadrar estes espaços dentro de um sistema que se pretende conectado na sua totalidade.

Fazendo a separação entre o Norte da cidade e a frente ribeirinha, encontramos a nascente, um espaço verde natural marcado por um acentuado declive. A solução encontrada reintegra quatro eixos viários no sentido perpendicular à linha de água, promovendo uma ligação efetiva com a orla ribeirinha da cidade, que é precisamente o oposto do sentido Poente-Nascente que permitiu um desenvolvimento urbano pouco articulado com a sua frente. Compreende-se que o isolamento do Bairro da Bela Vista em nada contribui para a melhoria da qualidade de vida dos que nele habitam,

TRABALHO DE GRUPO - ESTRATÉGIA

assim um dos eixos definidos é a Avenida Francisco Fernandes, onde se prevê a recuperação dos percursos já existentes de acesso à zona mais baixa.

Propõem-se ainda os eixos que convergem no Mercado Nossa Senhora da Conceição, sendo eles a rua Dr. Fernando Garcia e a rua Rodrigo Ferreira da Costa. A recuperação e reformulação deste mercado alia-se à criação de um percurso mecanicamente assistido que ligue as duas cotas e que incorpore equipamento de forma a viabilizar economicamente a estrutura. Num último eixo, surge a rua Camilo Castelo Branco, localizada na charneira de uma zona urbanisticamente consolidada com a área nascente, oferece as condições necessárias à implementação de equipamentos que restaurem o tecido urbano envolvente. É neste lugar que se ergue a capela e centro paroquial S. Sebastião e um edifício que prevê a requalificação do cemitério Nossa Senhora da Piedade.

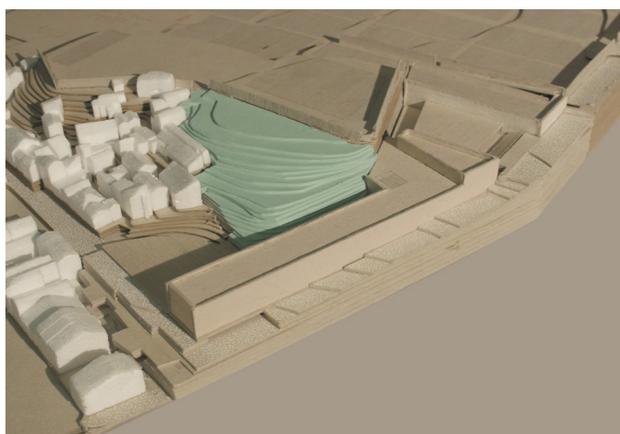
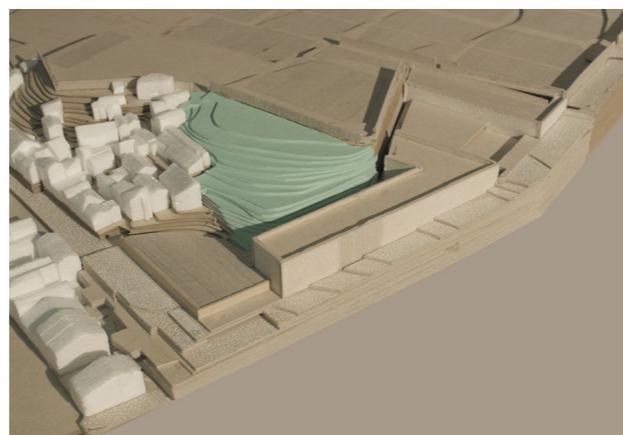


PLANO ESTRATÉGICO

Definiu-se um plano estratégico mais aproximado que tem como base a linha de pensamento já desenvolvida na estratégia de grupo. Neste sentido, propõe-se para além do novo equipamento paroquial e cemiterial, um edifício museológico do lado oposto da rua que se relaciona com o jardim Camilo Castelo Branco. Define-se um novo esquema de circulação viário, pedonal e de tram-train, assim como a implantação de um edifício de apoio aos pescadores na Doca do Comércio, habitação e comércio nos dois lados da Estrada da Graça.





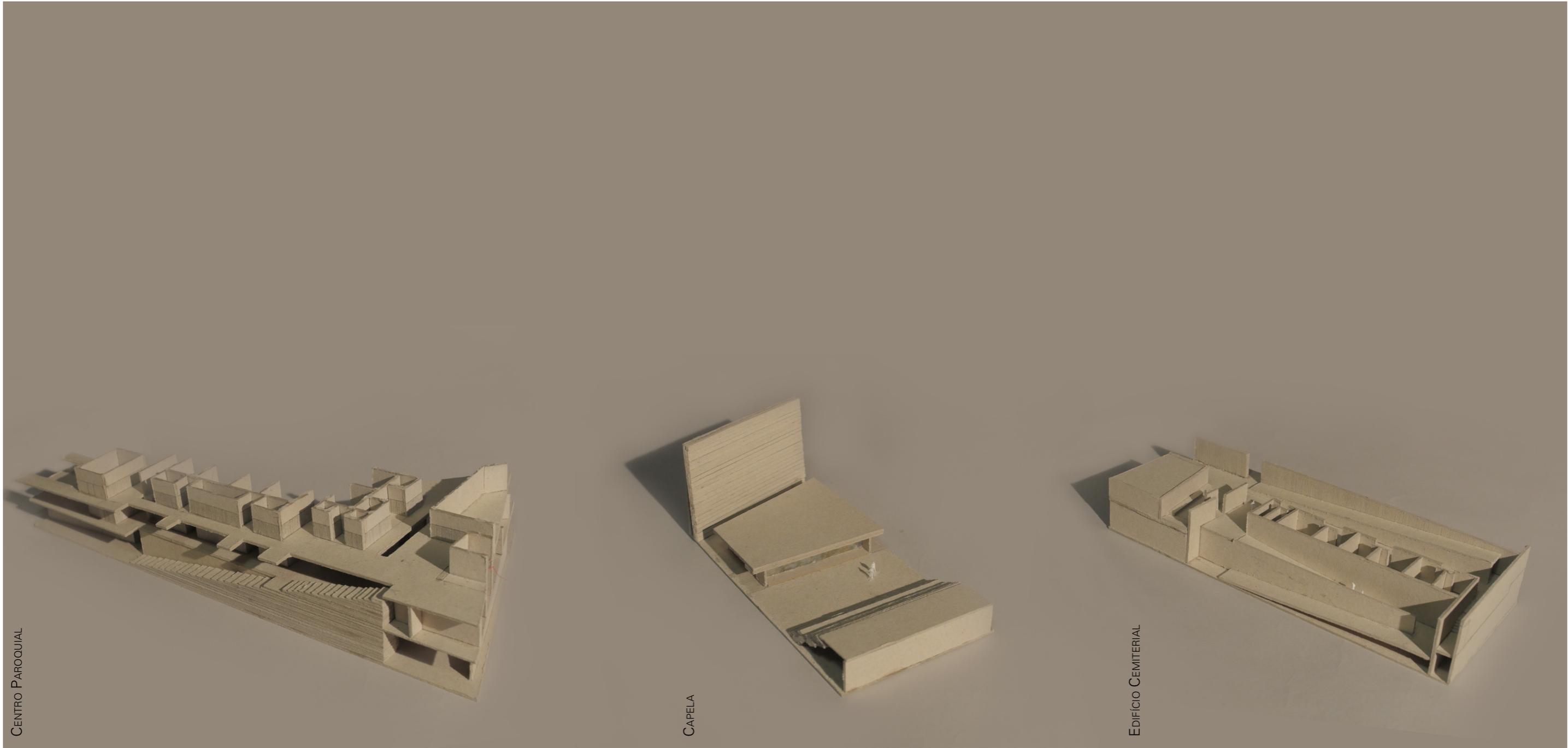


PROGRAMA RELIGIOSO

O objetivo de todo o projeto de arquitetura sempre consistiu na definição de um novo espaço para a cidade, fortemente ligado a um programa e a um lugar. É através desta premissa que os novos edifícios são pensados, numa procura de se relacionarem com a circunstância pré-existente. A recente destruição de construções fabris a sul, do lado poente da rua Camilo Castelo Branco expôs o baluarte de São Domingos, um importante troço da fortificação da muralha seiscentista de Setúbal. O perímetro da antiga muralha encontra-se agora delimitado a Norte, pelo cemitério de Nossa Senhora da Piedade, edificado na segunda metade do século XIX, a poente pela Igreja de São Sebastião, igreja do antigo Convento de São Domingos e, ainda pela encosta a Sul, onde assenta o bairro das Fontainhas, um bairro pouco coeso a nível urbano.

É precisamente neste local e circunstância que se estabelece o novo equipamento contemporâneo. Propõe-se assim a requalificação e revitalização do cemitério de Nossa Senhora da Piedade recriando novos limites e espaços de apoio adequados às funções cemiteriais¹. Sugere-se também a transferência do centro social e paroquial de S. Sebastião, instalado na Rua Gonçalo Abreu para o novo equipamento, já que este apresenta um espaço limitado às valências programáticas que oferece - centro comunitário e familiar de ação social, psicologia, terapia da fala, distribuição de alimentos aos carenciados. O novo equipamento centraliza estas valências sociais num único espaço e articula ainda as de uma creche, jardim-de-infância, refeitório e uma pequena capela.

¹ A prestação de serviços de manutenção cemiterial consiste nos seguintes trabalhos: aplicação de herbicida; pintura de muretes; limpeza de árvores dentro recinto; corte de relva e arbustos; varredura e recolha de lixo nos arruamentos; limpeza e arranjo de secções; abaulamentos de sepulturas; retirar flores velhas das zonas de inumações e desperdícios de mármore; demarcar secções; montagem de arranjos para sepulturas; preservar as sepulturas (limpar mármore, avivar letras, lápides e outros); abertura de sepulturas (inumação e exumação) com lavagem e arrumação da ossada dentro da urna e colocar num ossário; transladação de jazigo particular, capela e subterrâneo.



CENTRO PAROQUIAL

CAPELA

EDIFÍCIO CEMITERIAL

Os vestígios do Baluarte do séc. XVI, os limites do cemitério Nossa Senhora da Piedade e a escarpa verde tornam-se, como foi referido, os fios condutores de todo o projeto.

A primeira ação foi a clara delimitação do espaço reservado ao cemitério, onde um novo edifício de apoio assume uma posição estratégica ao encerrar o seu limite. Procurou-se projetar uma volumetria que no decorrer do tempo se unisse de forma natural com o lugar, apagando-se a imagem de um objeto novo que ali foi acrescentado. O edifício cemiterial preserva por isso a altura do muro e fecha-se para a rua de modo a proteger aqueles que passam pelo longo e doloroso processo de luto. Materializa-se como algo tumular, monolítico até, ao assumir um carácter puro através de uma volumetria simples que remata e clarifica o espaço cemiterial. Por outro lado, relaciona-se de forma direta com o espaço que serve o cemitério, permitindo através de uma rampa aceder à cobertura onde se dispõem os ossários anteriormente localizados do lado superior sul do cemitério. Com a transferência dos ossários prevê-se uma reestruturação do cemitério, recuperar-se-á assim a vista privilegiada sobre a orla ribeirinha e arrábida e afirmar-se-á a antiga muralha como elemento delimitador do espaço cemiterial.

O baluarte de São Domingos sustenta a memória da cidade seiscentista, por essa razão o novo equipamento procura relacionar-se cuidadosamente com a sua presença ao afastar-se cinco metros para nascente e permitindo uma leitura quase panorâmica da sua imagem. Por conseguinte a capela apresenta-se a um nível inferior ao da rua, flanqueada por dois planos verticais, o do cemitério e o do centro paroquial, e desenvolve-se através de uma escadaria ampla que leva ao pátio-adro com o intuito de estabelecer a continuidade entre a rua e a muralha.

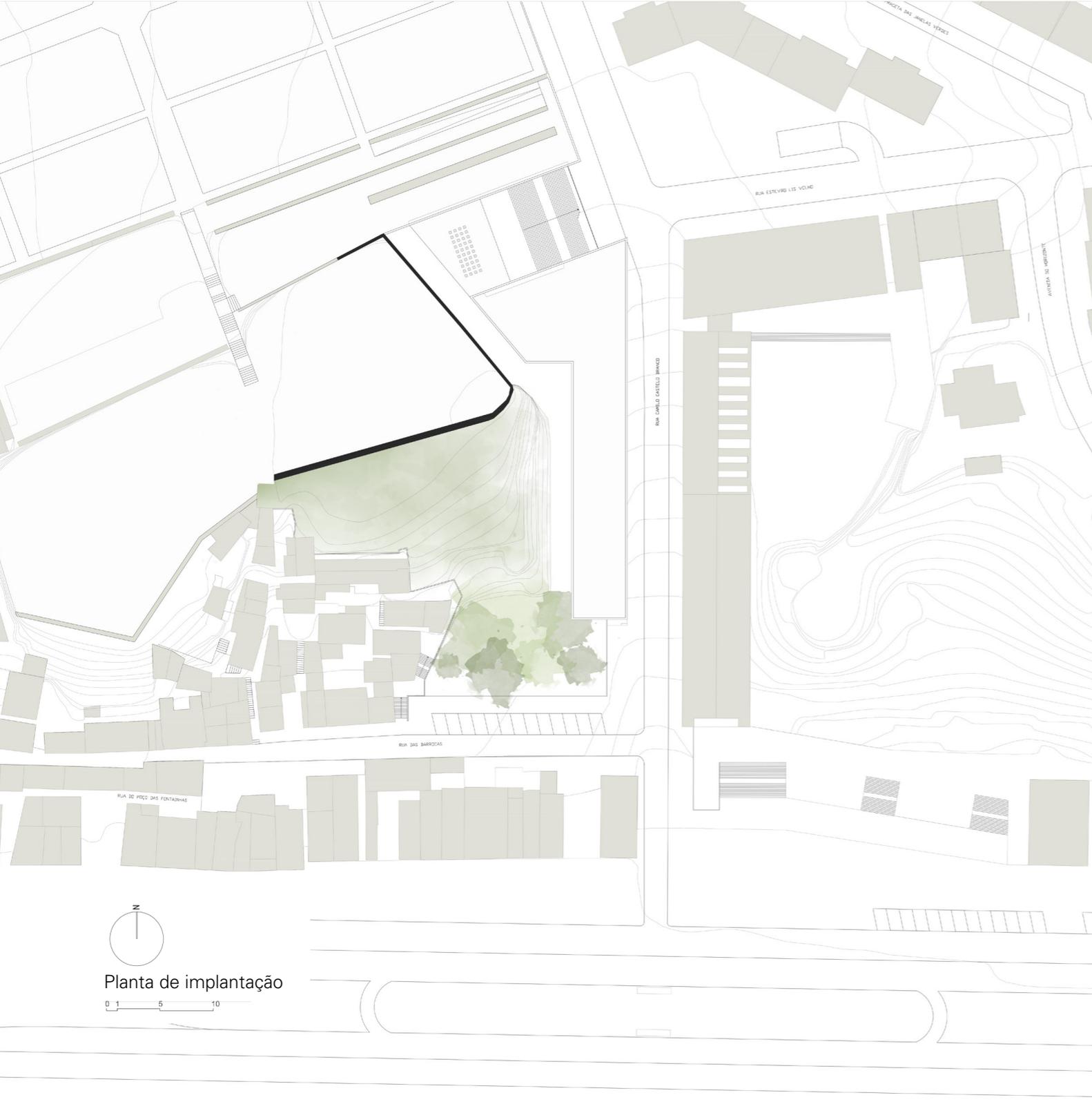
Adjacente à capela, a sul, e acompanhando a Rua Camilo Castelo Branco surge um corpo longitudi-

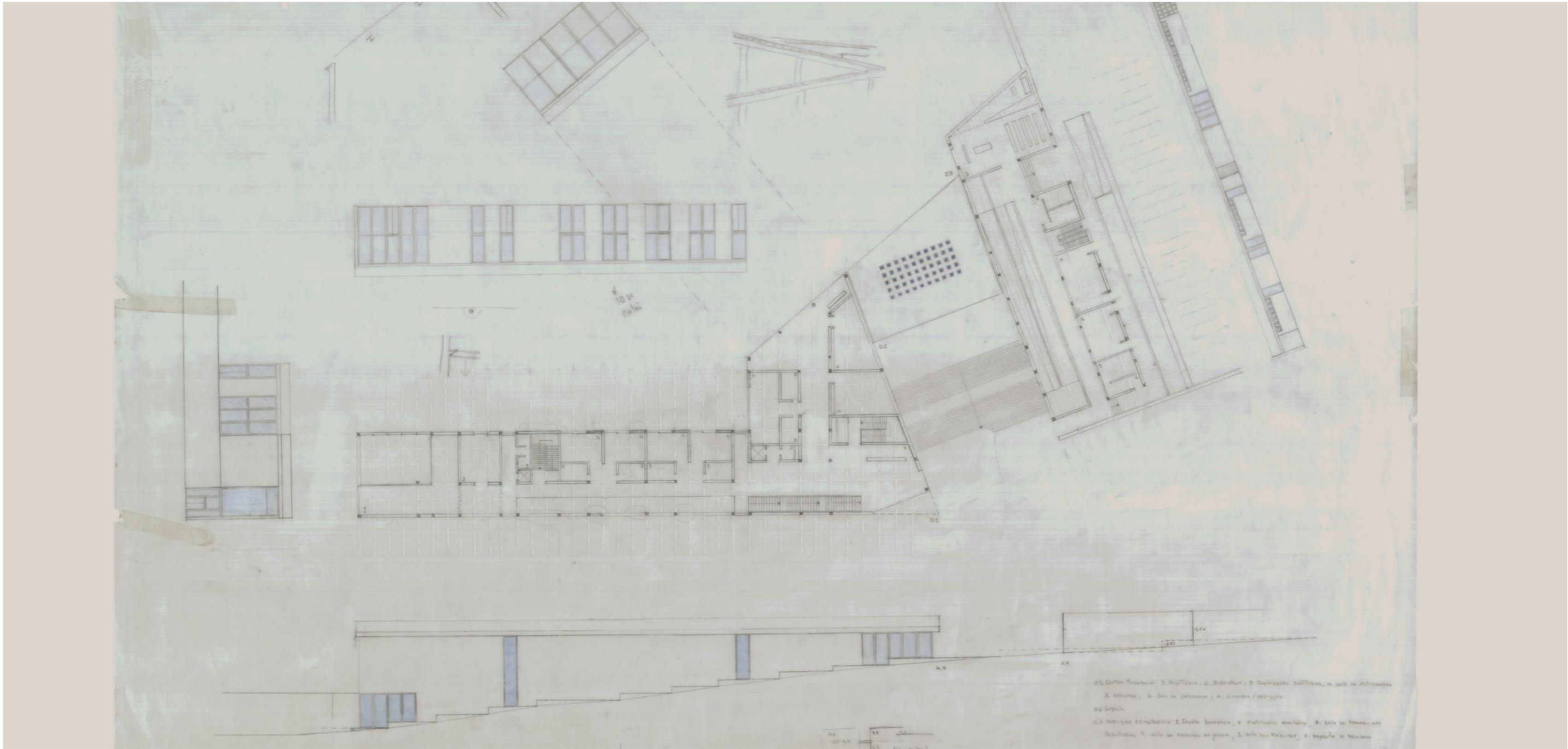
LUGAR

nal, também de linhas marcadamente retas, que alberga o centro paroquial. Numa procura pelo todo coeso e coerente, quer na sua contemporaneidade quer na valorização da memória edificada, reconhece formalmente a sua relação com o sítio natural, o edifício paroquial assume a altura do muro que circunscreve o cemitério e afasta-se do baluarte e do declive, deixando-os respirar. Afastada da estrutura pré-existente que encerra, a nova volumetria revestida a pedra Branco Mar proporciona um espaço exterior contido e íntimo que se desdobra a sul num grande pátio, elevado em relação à cota da rua e marcado pela sombra dos plátanos que aí se elevam. A criação do centro paroquial num espaço urbano descaracterizado ofereceu a oportunidade de repensar o território envolvente. Neste sentido, no seu extremo, uma passagem vem dar continuidade à rua das Barrocas. A importância desta permeabilidade assume-se pela revitalização do bairro das Fontainhas, que ao articular-se diretamente com a rua Camilo Castelo Branco desenvolve novas relações urbanas com o lado nascente da cidade, inclusive com o novo centro paroquial.





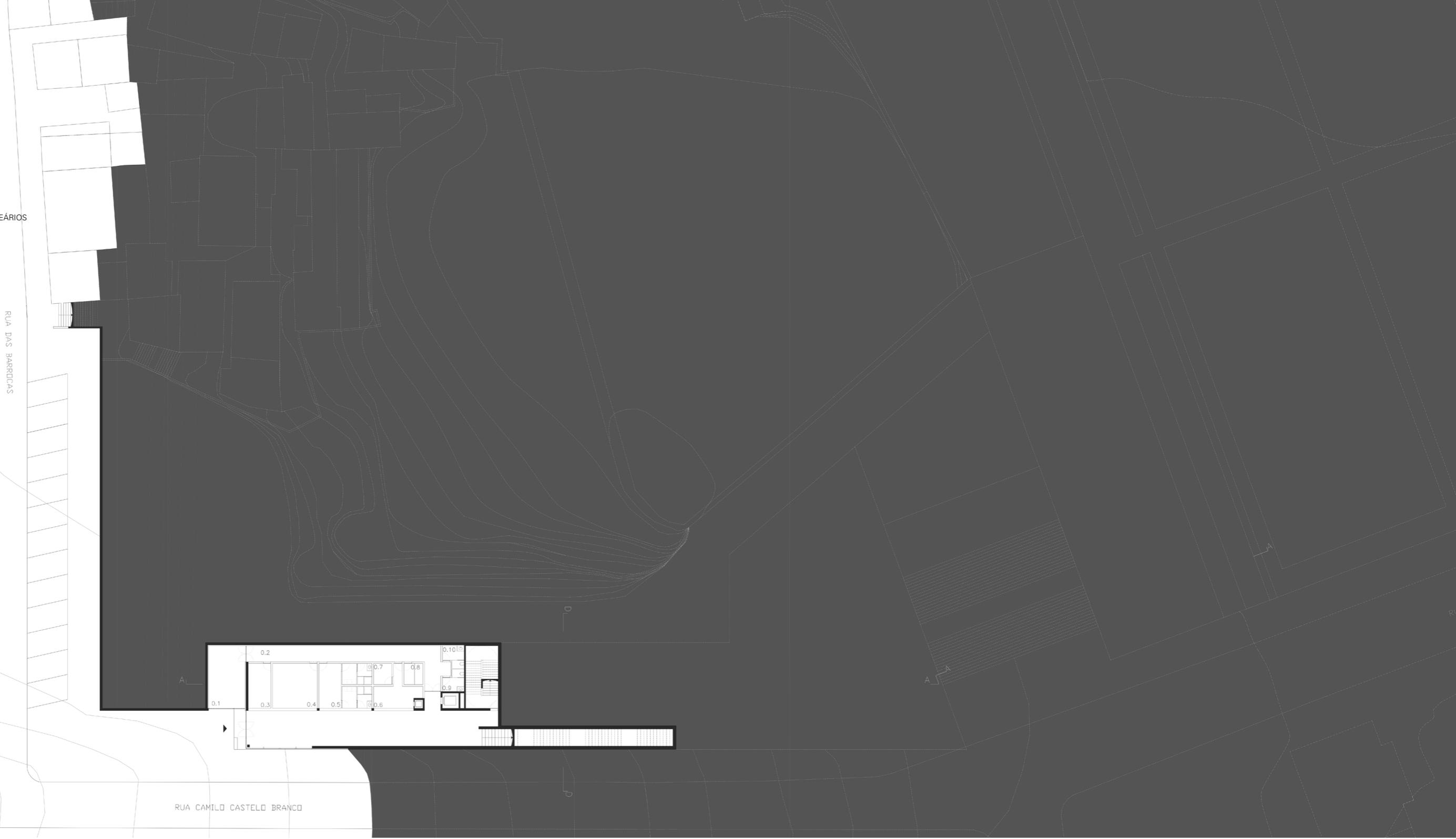




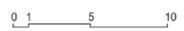


Centro Paroquial

- 0.1 CARGAS E DESCARGAS
- 0.2 ZONA DE SERVIÇO
- 0.3 SALA DAS CALDEIRAS
- 0.4 LAVANDARIA
- 0.5 SALA DO PESSOAL C/ BALNEÁRIOS
- 0.6 DISPENSA
- 0.7 DISPENSA FRIOS
- 0.8 DEPÓSITO DE RESÍDUOS
- 0.9 I.S. (F)
- 0.10 I.S. (M)



Planta piso 0



RUA CAMILO CASTELO BRANCO

RUA DAS BARCOAS

EDIFÍCIO CEMITERIAL

- 0.1 SALA DE APOIO AO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO
- 0.2 ARRUMO
- 0.3 BALNEÁRIO (F)
- 0.4 BALNEÁRIO (M)
- 0.5 RAMPA DE ACESSO À CAPELA

CAPELA

- 0.1 NAVE
- 0.2 ALTAR
- 0.3 CORREDOR LATERAL
- 0.4 ANTECÂMARA
- 0.5 PÁTIO-ADRO

CENTRO PAROQUIAL

- 0.1 REFEITÓRIO
- 0.2 COZINHA
- 0.3 DEPÓSITO DE RESÍDUOS
- 0.4 I.S. (F)
- 0.5 I.S.(M)
- 0.6 SALA DE ATIVIDADES 4 A 5 ANOS
- 0.7 ARRUMO
- 0.8 ANTECÂMARA
- 0.9 I.S.(DEFICIENTES)
- 0.10 SALA DE ATIVIDADES 3 A 4 ANOS
- 0.11 BALNEÁRIO
- 0.12 SALA DE MONITORES
- 0.13 SALA DE APOIO À SALA DE MONITORES
- 0.14 GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
- 0.15 SALA DE ISOLAMENTO
- 0.16 SALA DE ACOLHIMENTO
- 0.17 SACRISTIA
- 0.18 PÁTIO

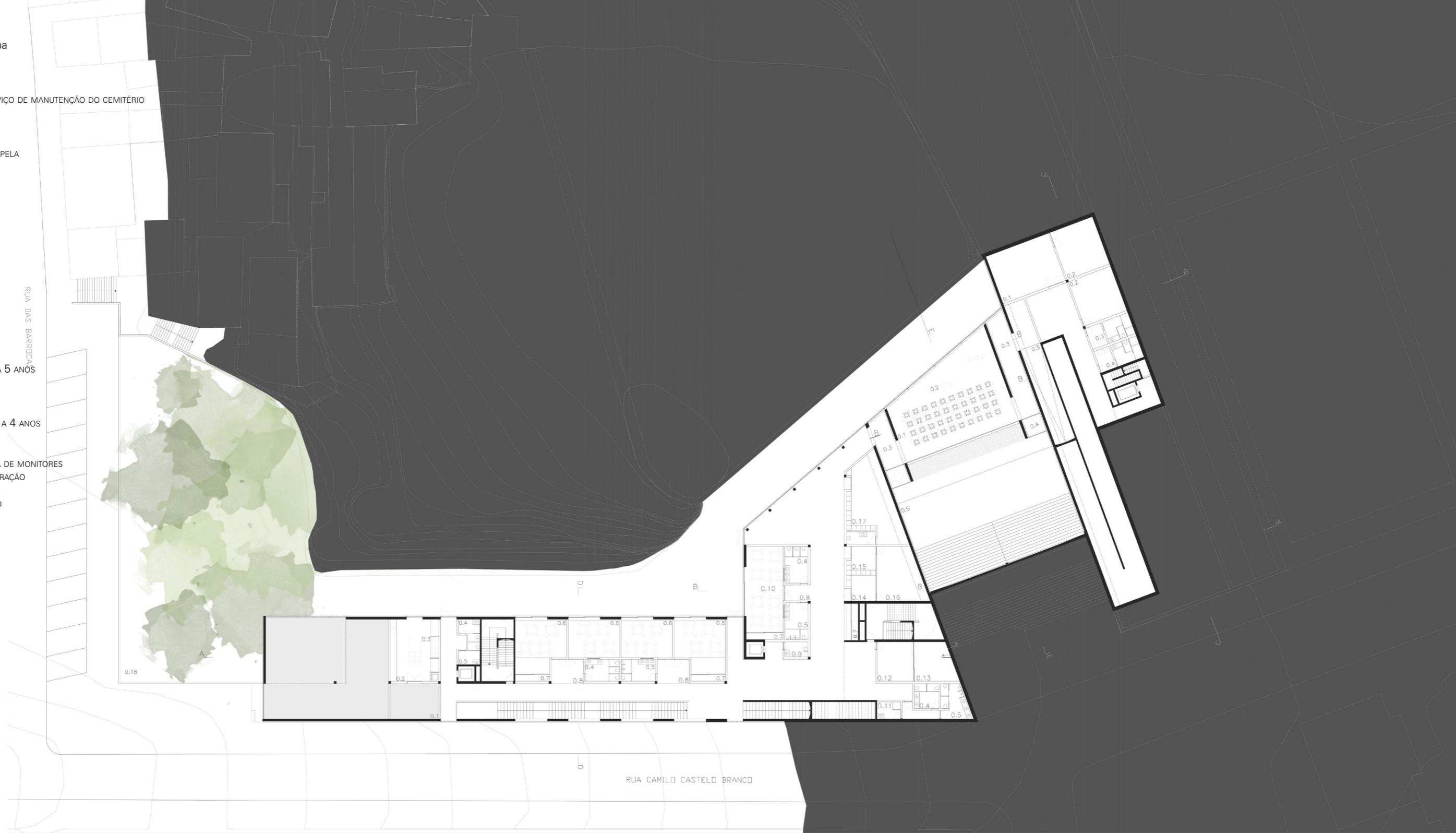
RUA DAS BARROÇAS



Planta piso 1

0 5 10

RUA CAMILO CASTELO BRANCO



EDIFÍCIO CEMITERIAL

- 0.1 CAPELA MORTUÁRIA
- 0.2 I.S. (F)
- 0.3 I.S. (M)
- 0.4 SALA DE APOIO AO SERVIÇO DE MA-
NUTENÇÃO DO CEMITÉRIO
- 0.5 DEPÓSITO DE RESÍDUOS
- 0.6 RAMPA DE ACESSO À CAPELA

CENTRO PAROQUIAL

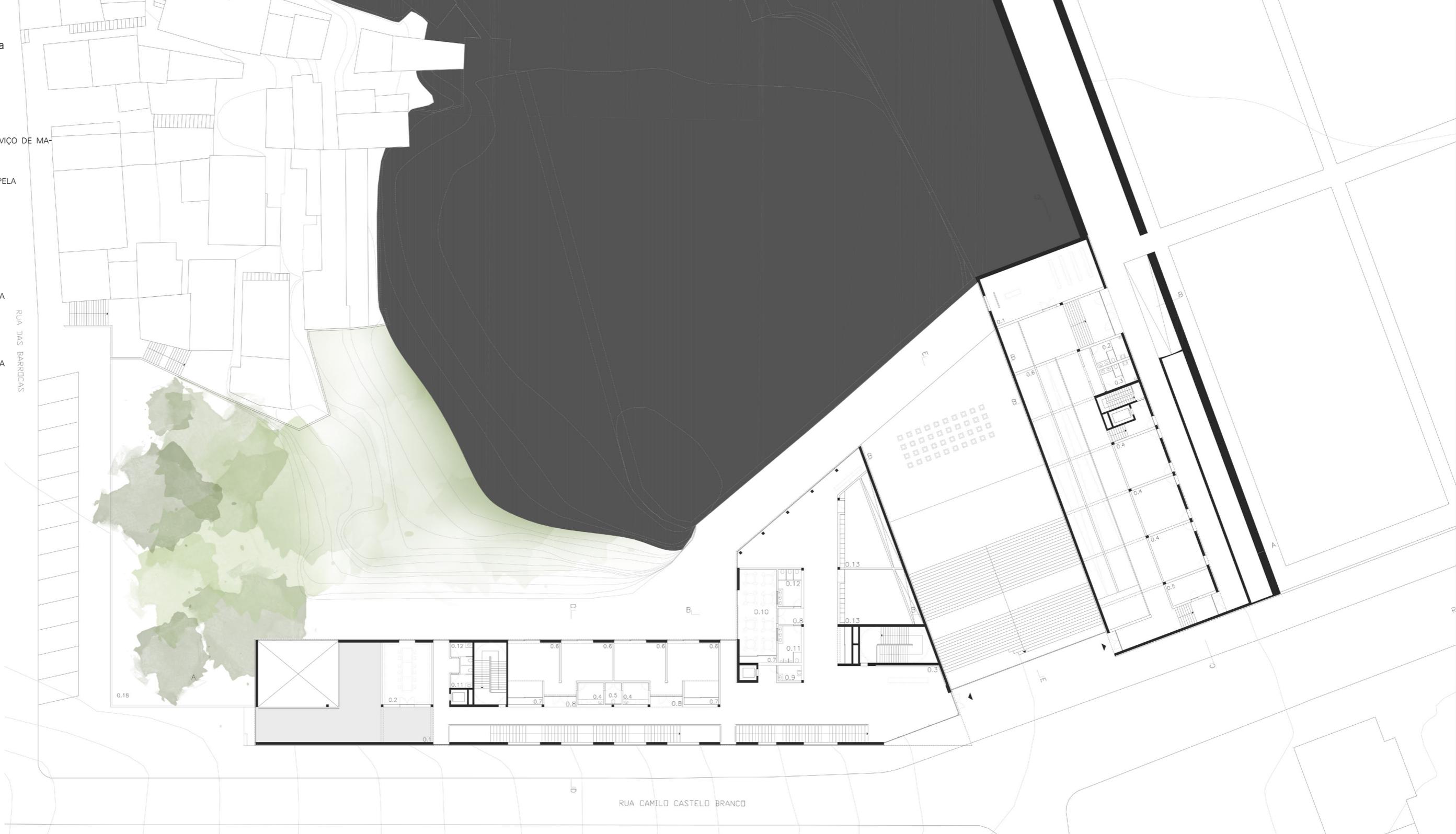
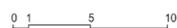
- 0.1 SALA POLIVALENTE
- 0.2 BIBLIOTECA
- 0.3 LIVRARIA
- 0.4 SALA DAS MUDAS
- 0.5 I.S.
- 0.6 SALA DE ATIVIDADES 12 A
36 MESES
- 0.7 ARRUMO
- 0.8 ANTECÂMARA
- 0.9 I.S.(DEFICIENTES)
- 0.10 SALA DE ATIVIDADES 3 A
4 ANOS
- 0.11 I.S. (M)
- 0.12 I.S. (F)
- 0.13 SALA DE CATEQUESE
- 0.18 PÁTIO

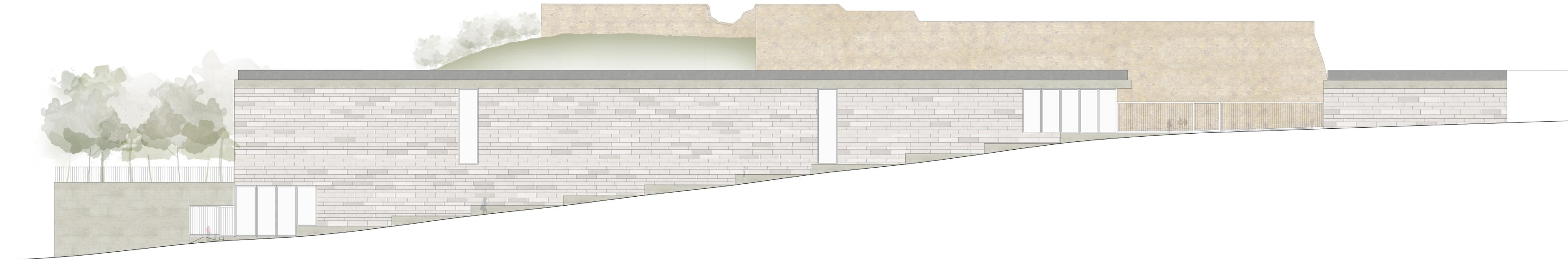
RUA DAS BARROÇAS

RUA CAMILO CASTELO BRANCO



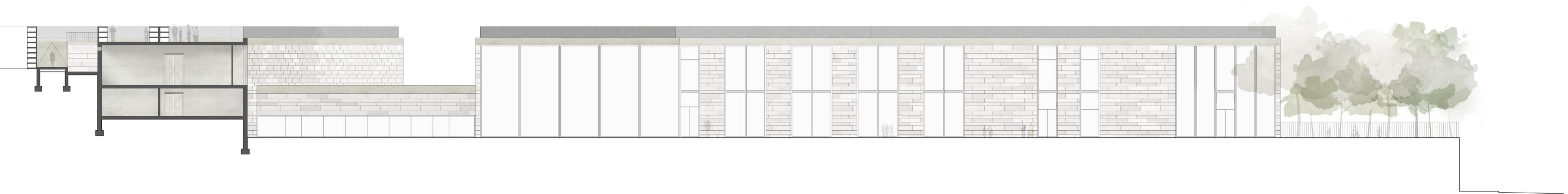
Planta piso 2



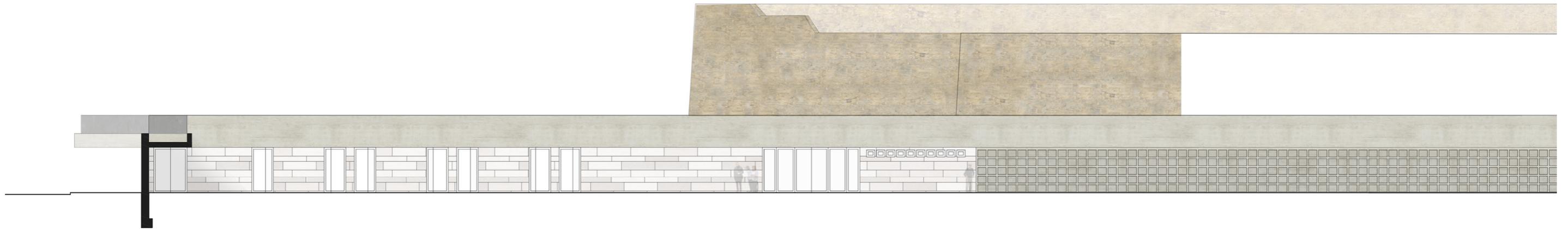


Alçado Nascente Rua Camilo Castelo Branco

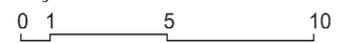
0 1 5 10



Corte Alçado Nascente Pátio
0 1 5 10



Alçado Norte Cemitério Nossa Senhora da Piedade





Alçado Sul Rua das Barrocas
0 1 5 10

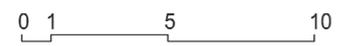


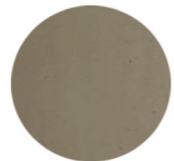
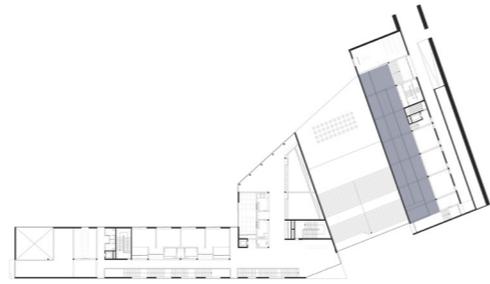
EDIFÍCIO CEMITERIAL

Desenvolvem-se ao longo do alçado norte do edifício, os espaços cemiteriais, acessíveis pelo exterior permitem uma relação direta com o cemitério sem com isso perturbar aqueles que fazem o luto. Aqui encontram-se os vários serviços necessários à manutenção da área cemiterial, salas para arranjos das sepulturas, arrumos e para arranjos do jardim. Interiormente este espaço procura simplicidade na sua organização, definido por um eixo que separa as salas cemiteriais das rampas de acesso à capela, culminando numa pequena capela mortuária. O edifício possui duas entradas públicas controladas, uma pelo lado do cemitério e outra pela rua Camilo Castelo Branco.



Corte C Edifício Cemiterial





Parede em alvenaria de tijolo, reboco pintado ,cor beje



Guarda em aço inox



Laje e viga 90x30 cm de betão armado



Pavimento a pedra moleanos , acabamento polido



No interior do edifício cemiterial a luz vinda da cobertura indica a descida pela extensa rampa, localizada no edifício cemeterial, que conduz à sala da capela. A rampa garante o acesso de todos os fiéis e possibilita a criação de um ambiente que ao afastar-se lentamente do mundo exterior transmite ao crente, através da rudez e pureza do material conseguida de uma volumetria de linhas retas, a proeminência do silêncio que ecoa na amplitude do espaço, uma atmosfera de aproximação ao espiritual e ao religioso.

A sala da capela, ao centro, assume uma planta quadrangular. As naves laterais unem o espaço central aos programas adjacentes e acolhem os confessionários e o ostensório. A sensibilidade e o conservadorismo inerente ao espaço religioso obrigou a um constante pensamento sobre a tensão entre exterior e interior. Por oposição à igreja tradicional procurou-se alcançar permeabilidades visuais que desafiam a relação privado - público. É desta forma, que sem nunca descurar o sentimento de refúgio, o altar tem como fundo a muralha e a entrada materializa-se pela transparência do vidro que cobre a fachada e pela presença de plantas de pequeno porte que moderam a ausência de invólucro. A contradição aqui presente resulta da localização inferior da capela, que possibilita o uso de fachadas envidraçadas com finos caixilhos de chapa de alumínio anodizado, com cor inox, a Este e a Oeste, preservando a tão imprescindível privacidade.

A dimensão que a luz ocupa nestes programas é também essencial. De manhã, o sol nascente incide no baluarte acentuando a sua cor, e naturalmente a pátina deixada pelo envelhecimento deste elemento histórico. A consciência do decorrer do tempo e a vulnerabilidade da vida humana que lhe é inerente confere um significado especial ao altar. Resulta numa certa poética do lugar, onde a luz do dia é filtrada pela fachada a nascente ao mesmo tempo que se reflete na muralha, dando à sala um ambiente suave e calmo que se harmoniza com o soalho em madeira clara e sublinha a massa

CAPELA

pesada da pedra cinzenta. A meio do dia, o vidro azul colocado na cobertura, inspirado nos antigos vitrais das igrejas góticas, reluz sobre os fiéis de forma direta, conferindo um ambiente intimista e com significado. A luz vem do céu. À tarde este espaço não retira o mesmo proveito do reflexo dessa luz, pois fica na penumbra, na sombra do baluarte e do edifício do centro paroquial.



Corte E Capela

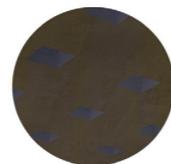
0 1 5 10



Pavimento em madeira freixo



Laje de betão armado à vista

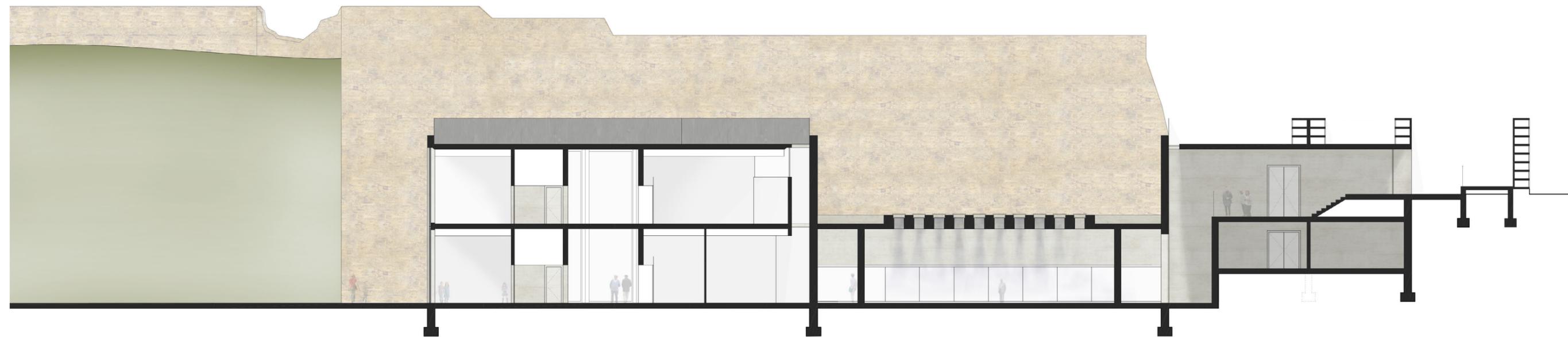
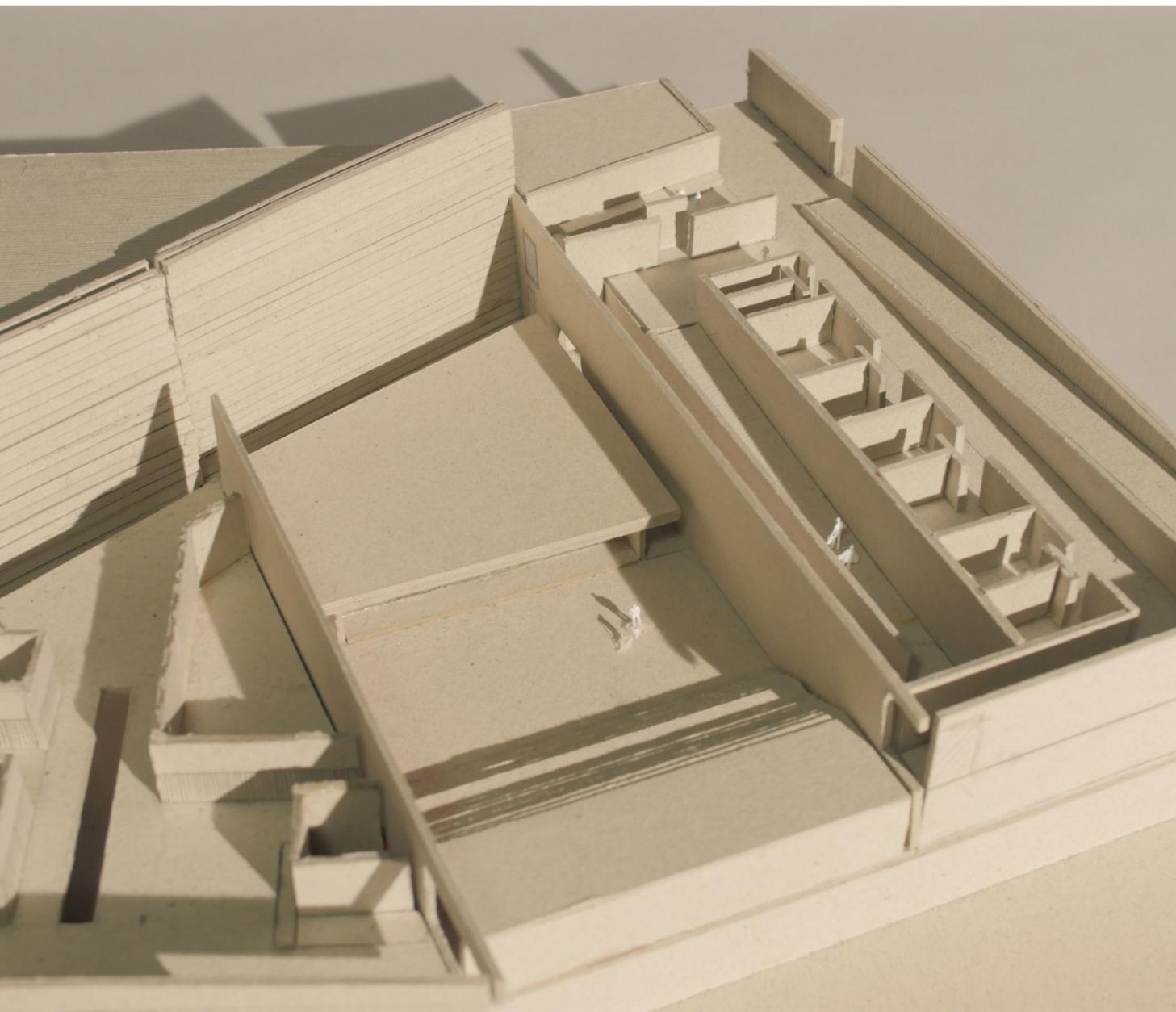


Laternim 60x60-cm, vidro duplo azul



Parede em betão armado, reboco pintado, cor branco.





Corte B Centro Paroquial Capela Edifício Cemiterial
0 1 5 10



Corte A Centro Paroquial Capela Edifício Cemiterial

0 1 5 10

CENTRO PAROQUIAL

A sul encontra-se o centro paroquial, com as entradas e saídas a localizarem-se nas extremidades do edifício. Considerou-se uma solução simples e prática que permitisse resolver a inclinação acentuada da rua através da criação de três pisos que comunicam diretamente com os pontos de entrada e saída. A existência de apenas dois pontos de acesso ao edifício, a topografia acidentada que encerra o conjunto a poente bem como o pátio elevado sem ligação física ao público são aspetos importantes tidos em conta num programa social como este para a segurança e privacidade das crianças.

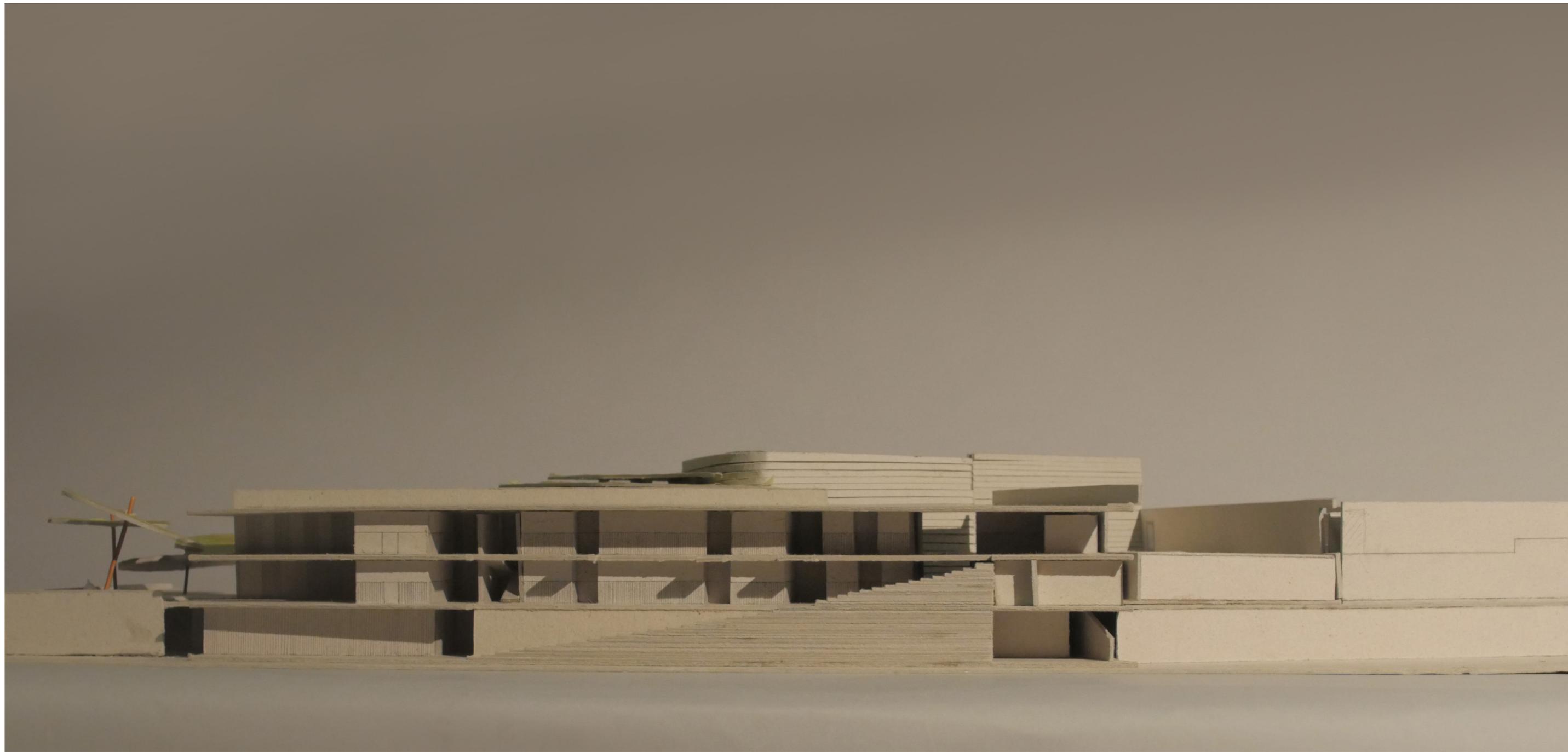
Interiormente o centro paroquial desenvolve-se acompanhando o eixo da rua onde uma escadaria que percorre os vários pisos do edifício permite uma acessibilidade prática e eficiente a todo o centro paroquial. Este eixo é igualmente caracterizado pela luz suave e em parte filtrada que contrasta com a abundância de luz e transparência do interior das salas. Estas encontram-se organizadas de frente para a escarpa verde e funcionam como pequenos núcleos que se afastam do ambiente citadino e se fundem com o verde exterior, funcionando como refúgios que permitem concentrar diversas valências programáticas. A luz do dia atravessa os vãos de vidro que acompanham a altura da sala, matiza a cor azul do tapete que cobre o pavimento e as sólidas paredes claras definindo um espaço onde a cor é protagonista. A procura pelo uso de texturas e pela constante harmonização entre os materiais foi importante para o desenho de um espaço dedicado aos mais novos que entra, como referido, em contraste com o espaço de circulação que se quer sóbrio e simples.

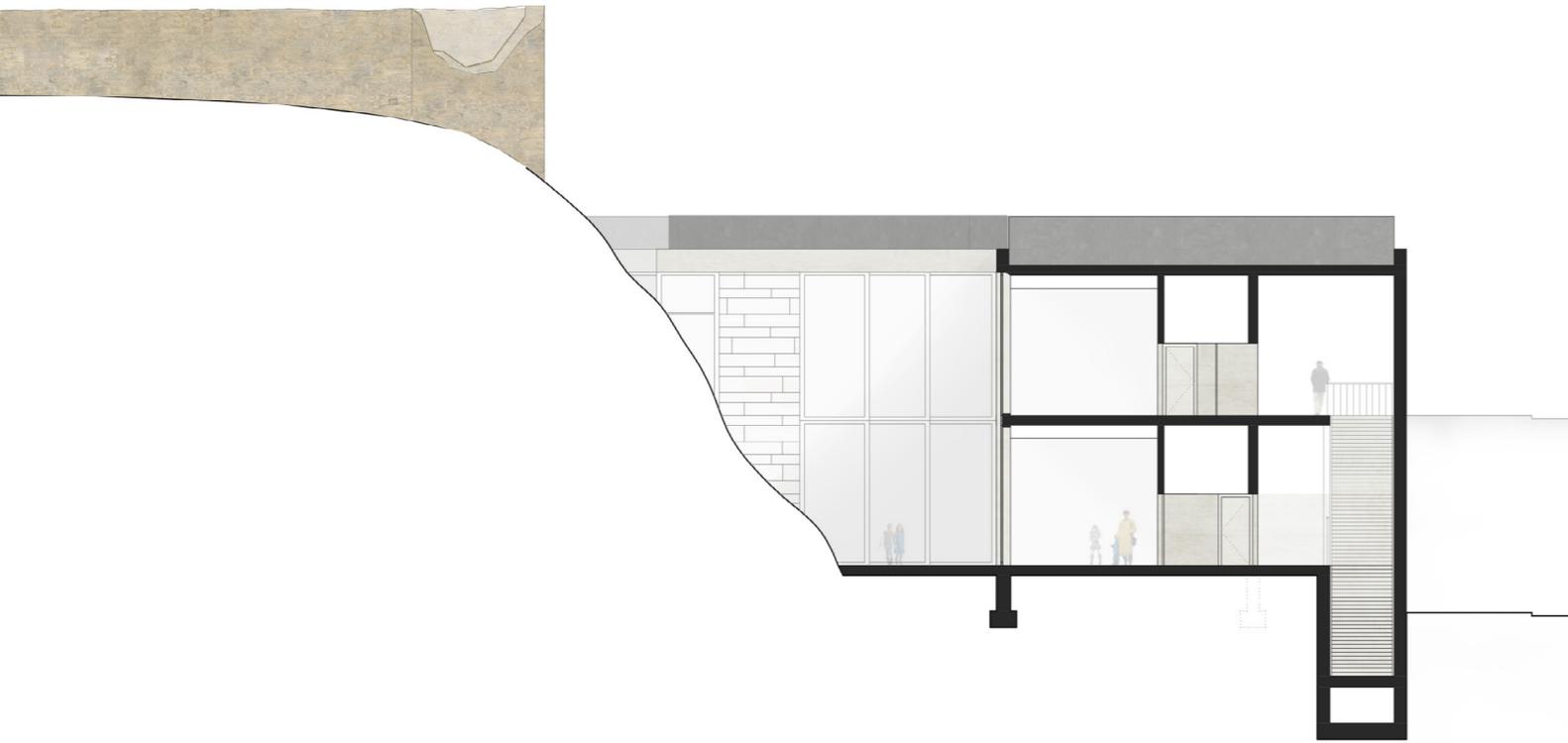
Como mencionado anteriormente a muralha é assumida como ponto gerador do projeto pelo que não se podia ignorar a sua presença. Esta impõem-se num paralelismo ao edifício, a noroeste, ao assumir-se como parte integrante do mesmo. Isto é, ao cobrir toda a fachada com um grande pano de vidro o baluarte torna-se a parede que remata o edifício, mantendo uma relação direta com a memória.

O refeitório desenvolve-se no limite sul do edifício, caracterizado pelo duplo pé direito relaciona-se diretamente com o pátio através dos altos e majestosos vãos ensombrados pela copa dos plátanos.

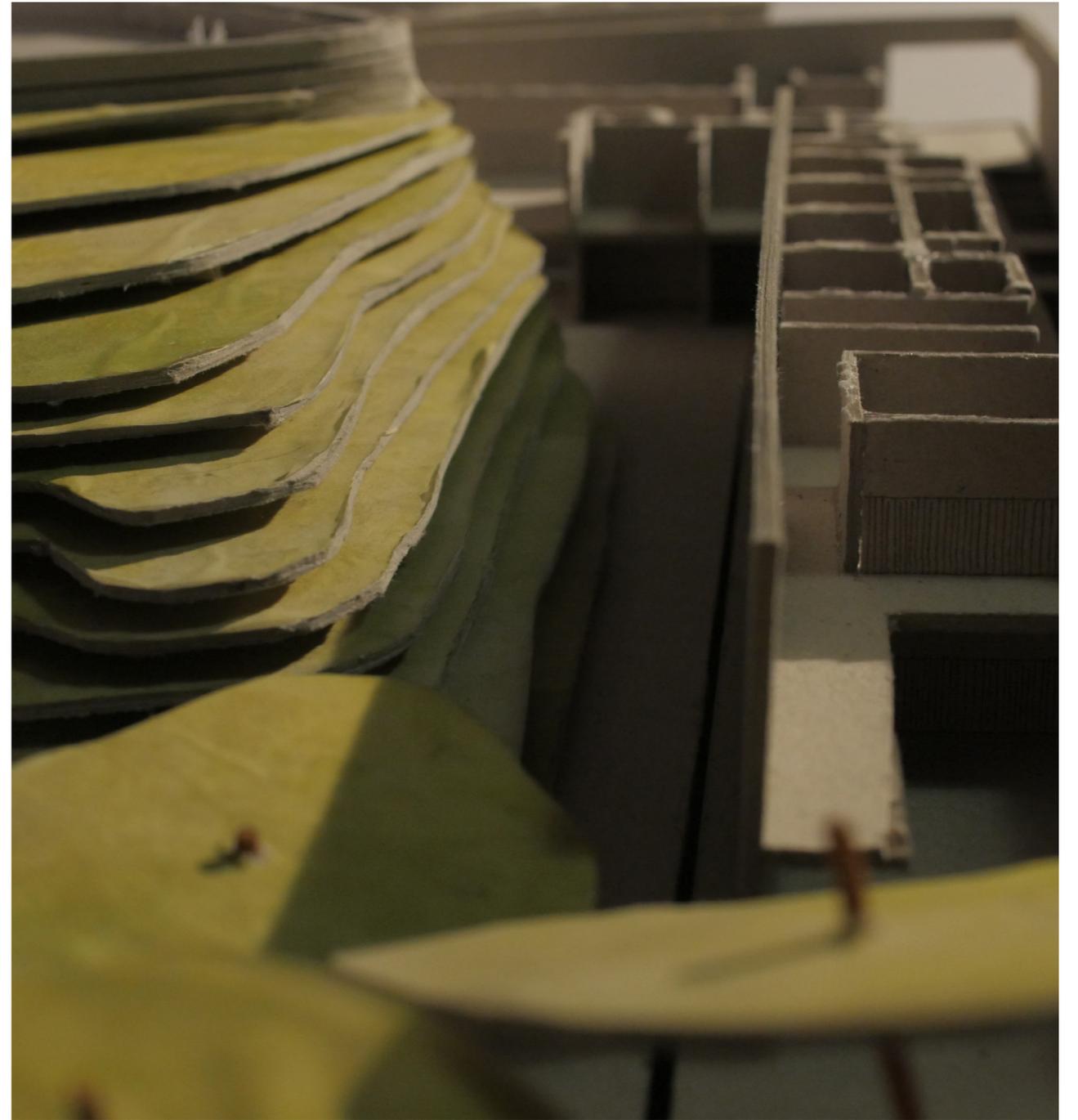
Marcado ainda pelo grande vão a Sul, este espaço oferece vistas sobre o rio.

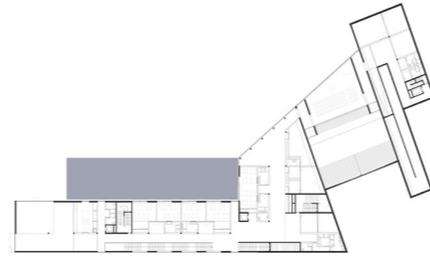
No piso inferior, encontra-se os vários serviços de apoio ao refeitório e uma sala para o pessoal que ali trabalha, acessíveis por um corredor secundário. Neste nível desenvolve-se uma pequena zona de cargas e descargas.



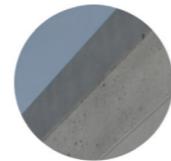


Corte D Centro Paroquial





Vidro Duplo com caixilho em chapa de alumínio anodizado, cor inox

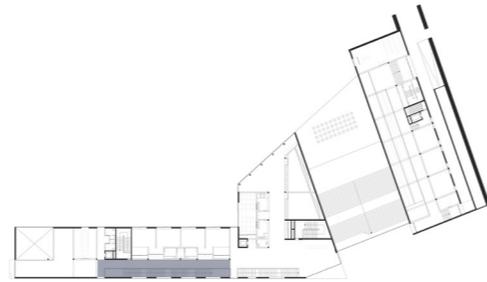


Lage 30 cm + viga de 50 cm x 40 cm em betão armado
Chapa de zinco



Revestimento a pedra Branco Mar, acabamento riscado





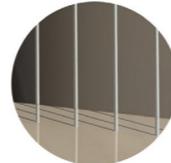
Pavimento a pedra moleanos , acabamento polido



Parede em alvenaria de tijolo, Reboco pintado ,cor branco

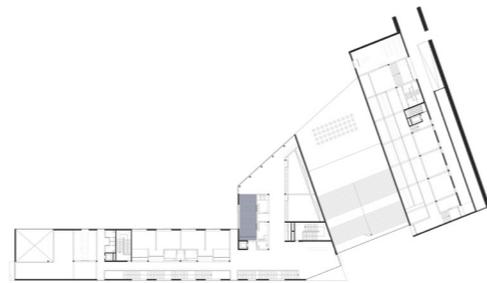


Laje de betão armado à vista



Guarda em aço inox





Tecto falso
em Celenit
pintado, cor
branco



Parede em alvenaria de tijolo, reboco
pintado, cor branco.
Lambrim com 1 m de altura: pintura a tinta
de esmalte (lavável)



Pavimento
em Linólio
cor azul



EDIFÍCIO CEMITERIAL

A estrutura do edifício cemiterial é constituída por lajes, vigas e pilares de Betão armado sendo que apenas a parede exterior, do lado sul, funciona como uma parede toda ela estruturante de betão. Não apresentando grandes dificuldades em vencer os vãos, devido à regularidade do edifício e ao facto dos compartimentos serem pouco amplos, os pilares de 0,30m x 0,30m encontram-se equidistantes, separados por 5.80m. As vigas que aí se apoiam, com 0,90m de altura, permitem vencer os vãos de 8m existentes entre a parede exterior, a sul, e as salas de apoio. Optou-se neste caso por não ocultar as vigas já que desde cedo existiu a intenção de afirmar a robustez e a expressão estereotómica do edifício através das texturas do betão.

Na cobertura, os ossários encontram-se alinhados com a estrutura do edifício onde se erguem blocos de betão armado individuais de 1,16 x 0,84 x 0,58 m.

CAPELA

A capela apresentou algumas dificuldades estruturais no que respeita à cobertura. Preconizou-se por questões formais um grande plano horizontal que teria de vencer 16 metros de vão, o que obrigou a uma solução estrutural que pressupõe o uso de vigas pré-esforçadas com 0.50m de largura e 0.80m de altura, com um afastamento de 1,20m entre si, ao longo da cobertura, perpendicularmente ao eixo da capela. Devido à geometria da capela em planta trapezoidal, a cobertura remata na fachada poente com uma viga pré-esforçada que suporta o peso das vigas que confluem nela. As vigas de betão armado, colocadas no lado exterior da cobertura com o intuito de suavizar o interior da capela, assentam em duas paredes interiores de betão armado com 0,25 m de espessura. As entradas de luz que se encontram entre as vigas são abertas na parte superior da viga o que permite difundir a

ESTRUTURA

luz direta vinda da cobertura. Na periferia assenta uma chapa de zinco que confere um aspeto plano à cobertura e permite a colocação do isolamento pelo exterior.

CENTRO PAROQUIAL

A estrutura do edifício paroquial, de uma forma geral, é constituída por lajes, vigas e paredes de betão armado e em casos especiais, por vigas de betão armado pré-esforçado. Considera-se a utilização de pré-esforço nas vigas da cobertura, vencendo o vão de 12 metros referente ao troço envidraçado do refeitório orientado a poente ou, na entrada a Norte, nas vigas que suportam a laje da cobertura que vence um vão em consola de 10 metros. As vigas pré-esforçadas têm uma largura de 0.30m e uma altura de 1.00m.

As paredes exteriores e interiores, compreendidas entre os elementos estruturais, são preenchidas por panos de alvenaria simples, nas interiores, e dupla com isolamento térmico nas exteriores.

As paredes de betão das fachadas têm uma espessura de 0.30m, são isoladas termicamente e revestidas a pedra lioz. Na fachada nascente, em que o pé-direito vence mais do que um piso, impuseram-se vigas de betão armado de 0,25 m de largura e 0,40 m de altura, ao nível dos pisos, entre as paredes de betão, com o intuito de garantir o travamento das paredes de alvenaria e melhorar o comportamento estrutural do edifício aos sismos. No interior, seguiu-se a solução de pilares e vigas, suportando as lajes de betão armado, as quais têm 0.20m de espessura, vencendo vãos em média de 8 metros. Nos casos em que não se admite a existência aparente dos cutelos das vigas, optou-se por lajes fungiformes maciças.

Atendendo ao duplo pé direito do refeitório e ao grande vão em causa (14 metros), foi necessário implantar um pilar em betão armado e vigas pré-esforçadas (0,30 m x 0,50 m), que rematam e su-

portam a laje em consola.

As zonas técnicas no primeiro piso são todas construídas em cave, sendo por isso os elementos verticais construídos com paredes contínuas de betão armado, funcionando como muros de suporte das terras.

A ARQUITETURA INDUSTRIAL CONSERVEIRA EM SETÚBAL. DE 1924-1994

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientador:

Professora Doutora Arquiteta Soraya de Fátima Mira Godinho Monteiro Genin, Professor auxiliar convidado, ISCTE-IUL

A arquitetura industrial conserveira em Setúbal. De 1924 - 1994.

Maria João Ferreira Santinhos

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientador

Professora Doutora Arquiteta Soraya de Fátima Mira Godinho Monteiro Genin

Outubro | 2015

Agradecimentos

Não podia deixar de expressar o meu obrigado a todos os que fizeram parte deste processo das mais diversas formas. Em especial:

À minha orientadora, professora Soraya Genin, pelo apoio, segurança e confiança transmitida para o prosseguimento do trabalho.

A todos os que contribuíram para a concretização dos objetivos propostos, quer através do conhecimento de outras fontes de informação, quer pela disponibilidade para a consulta de documentação ou ainda pelo apoio à reprodução e tratamento digital da mesma. Nomeadamente à Dr.ª Cláudia e Dr.ª Anabela do Arquivo Distrital de Setúbal, ao Centro de Documentação do Museu do Trabalho, ao Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro na Casa Bocage, ao Dr. João Gonçalves do Arquivo do Porto de Setúbal, ao Arquivo Municipal de Setúbal, à Arq. Inês Gato Pinho, ao Prof. Albérico Costa, à Dr.ª Helena Dias.

Aos meus amigos e colegas, nomeadamente ao Viroc, pelo apoio e interesse no meu percurso, e ainda por todos os momentos de descanso e descompressão.

À minha família, por serem quem são e pelo apoio constante na prossecução dos meus sonhos.

Ao Filipe pela energia e determinação transmitida, mas sobretudo pela possibilidade de partilhar o mesmo interesse na procura pela arquitetura.

Aos meus pais, pela dedicação, força e entusiasmo constante, evidenciado nestes últimos cinco anos e sem o qual o desfecho seria outro.

À minha Avó.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Património industrial de Setúbal, nomeadamente a indústria conserveira documentada no Registo Notarial, em atividade entre 1924 e 1994. Complementa o inventário elaborado por Ana Alcântara em *A Indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)* e responde a um dos princípios enunciados em Cartas e Recomendações Internacionais, a inventariação como meio prioritário de Salvaguarda do Património Arquitetónico.

O primeiro capítulo analisa o Património Industrial num panorama internacional. A partir de Cartas, documentos patrimoniais e reflexões de autores relevantes, compreende-se as razões de atribuição de valor e de salvaguarda, o valor da memória, a importância e o significado de património industrial, a forma como se deve proceder à sua salvaguarda.

O quadro português, analisado no segundo capítulo, revela um movimento tardio na proteção do património industrial, iniciado no Estado Novo com a extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Investiga-se o processo de salvaguarda e os critérios de classificação do património industrial.

O terceiro capítulo é dedicado a Setúbal, sendo o mais importante deste trabalho. Apresenta um inventário da indústria conserveira de Setúbal, informação inédita, que tem por base um trabalho exaustivo de pesquisa de documentos em diversos arquivos de Setúbal: Analisam-se os registos do Cartório notarial, os processos de obras das fábricas e a proposta de alteração do Porto de Setúbal de 1933, contextualizando-os num enquadramento político-histórico. Todo este registo é complementado pelo arquivo fotográfico de Américo Ribeiro. O inventário que aqui se expõe surge da importância de preservar uma memória destes edifícios que, em muitos casos, se encontram num estado de irremediável finitude. A partir deste foi possível localizar a maior parte das fábricas e

analisar a situação atual (edifício existente, demolido ou em ruínas), com base na observação direta. Esta análise regista-se na tabela e no levantamento fotográfico.

Palavras-chave: Setúbal; Indústria Conserveira; Património industrial; Memória

Abstract

This study aims to analyze the industrial heritage of Setúbal, namely the canning industry, active between 1924 and 1994, and documented on Notarial Register. It complements the inventory elaborated by Ana Alcântara in *A Indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)* and responds to the principles set out in International Letters and Recommendations, with inventory as a priority means for the Protection of the Architectural Heritage.

The first chapter analyzes the Industrial Heritage in the international arena. From letters, patrimonial documents and relevant authors' reflections, it explains the reasons for assigning value and safeguard like the value of memory, the importance and significance of industrial heritage and how they should proceed to safeguard.

The Portuguese reality, analyzed in the second chapter, reveals a late move in protecting the industrial heritage, started in the "Estado Novo" with the gone Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Investigates the process of safeguarding and the criteria of the industrial heritage classification.

The third chapter is devoted to Setúbal, and it's the most important. It presents an inventory of Setubal's canning industry, unpublished information, which is based on a comprehensive working papers of research in several Setúbal files: It analyzes the notary's records, the processes of construction in factories and the amendment of Port of Setubal of 1933, contextualizing them in a political and historical background. This whole record is complemented by photographic archive of Américo Ribeiro. The inventory here expose arises from the importance of preserving a memory of these buildings, that in many cases are in a state of irreversible ruin. From this, it was possible to

locate most of the plants and analyze the current situation (existing building, demolished or ruined), based on direct observation. This analysis is registered on table and photographic survey.

Palavras-chave: Setúbal; Canning Industry; Industrial heritage; Memory

Índice

Agradecimentos.....	102	3.1. A indústria conserveira e o desenvolvimento da cidade.....	148
Resumo.....	104	3.2. Inventário das unidades conserveiras.....	151
Abstract.....	106	3.2.1. Análise de dados.....	153
Introdução.....	112	3.2.1.1. Análise cronológica.....	154
1. O quadro Internacional.....	120	3.2.1.2. Obras de requalificação das unidades conserveiras.....	156
1.1. A implantação da fábrica na cidade.....	120	3.2.1.3. Obras do Porto de Setúbal.....	158
1.2. Cartas e documentos patrimoniais.....	124	3.2.1.4. Os vestígios das fábricas conserveiras.....	159
1.3. A memória como valor afetivo.....	132	3.2.1.5. As chaminés de tijolo.....	166
1.4. Acumulação de bens patrimoniais.....	134	Considerações finais.....	170
2. O caso Português.....	138	Fontes e Bibliografia.....	174
2.1. Organizações patrimoniais.....	138	Bibliografia geral.....	174
2.2. Processo de salvaguarda de bens patrimoniais.....	141	Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo do Cartório Notarial de Setúbal (A.D.S., CNSTB)	178
2.3. Critérios de classificação.....	144	Notário privativo, Averbamento diário dos atos lavrados nas notas.....	178
3. O caso de estudo: Setúbal.....	148	1º Cartório: Registo Diário de escrituras.....	178

2º Cartório: Índice diário de escrituras.....	179	Anexo IV - Reportagem fotográfica do estado atual das unidades conserveiras.....	256
Notas para escrituras diversas.....	180	Anexo V - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro.....	281
Arquivo Distrital de Setúbal, Processos de obra da Câmara Municipal de Setúbal (A.D.S., CMSTB).....	190	Anexo VI - Processos de obras das unidades conserveiras, Câmara Municipal de Setúbal	293
Periódicos, indústria conserveira.....	191	Anexo VII – Memórias descritivas dos processos de obra das unidades conserveiras, Câmara Municipal de Setúbal.....	325
Índice de abreviaturas.....	194		
Índice de quadros.....	196		
Índice de cartografia.....	196		
Índice de Figuras.....	196		
Índice de documentos.....	206		
Anexos.....	211		
Anexo I – Tabela: Unidades conserveiras em atividade entre 1924-1994	212		
Anexo II - Planta com a localização das unidades conserveiras de Setúbal, em atividade no período 1924-1994.....	247		
Anexo III – Cartografia do Arquivo do Porto de Setúbal.....	249		

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo dar a conhecer o Património industrial de Setúbal, nomeadamente a indústria conserveira em atividade no período de 1924-1994, através de um inventário realizado a partir do fundo notarial do Arquivo Distrital de Setúbal. Esta informação é complementada com documentação gráfica e fotográfica do Arquivo Fotográfico de Américo Ribeiro, com os processos de obras de algumas fábricas, da Câmara Municipal de Setúbal, e com cartografia do Arquivo do Poto de Setúbal.

A escolha do tema tem origem em questões colocadas no desenvolvimento do Projeto: Porque sobrevivem as chaminés se as fábricas são demolidas? O que manter da vasta quantidade de vestígios industriais deixados ao abandono e que proliferam na cidade de Setúbal? E ainda num interesse muito particular sobre a importância do património como gerador de memória na cidade, a relação entre essa memória e a contemporaneidade presente nas cidades, quais são os critérios de salvaguarda do património industrial?

A arquitetura industrial conserveira em Setúbal. De 1924 – 1994, pretende reunir informação e documentação escrita, gráfica e fotográfica existente nos arquivos de Setúbal e confrontar esse levantamento com a situação atual. Não é feita uma análise detalhada de cada imóvel, mas apenas se a construção foi mantida, demolida ou se está em estado de ruína. Serve de base a futuros trabalhos sobre o tema.

O Estado de arte a nível internacional e nacional tem por base diversas monografias, artigos e teses de mestrado e de doutoramento. Foi fundamental para o desenvolvimento deste tema o extraordinário trabalho de Deolinda Folgado, dedicado ao património industrial.

Importou numa primeira fase compreender, num panorama internacional, as razões que levaram ao declínio da indústria que outrora foi defendida como símbolo do progresso. Impôs-se para isso um necessário esclarecimento sobre a implantação da fábrica na cidade retomando o tema da cidade industrial oitocentista exposto por Lewis Mumford na sua obra *The City in the History – its transformations, and its prospects*. A dissertação de doutoramento *A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*, da autoria de Deolinda Folgado, constitui um importante estudo sobre a indústria da segunda geração (neotécnica) e o seu enquadramento na cidade. Apesar de se debruçar com maior incidência no caso de Lisboa, enuncia num primeiro momento o planeamento urbano inerente ao fenómeno da industrialização num contexto internacional que recua ao século XIX.

Após a análise dos fatores que levaram ao abandono da fábrica no século XX, houve a necessidade de compreender o conceito de património industrial assim como os valores atribuídos a estes edifícios mais recentes. A recente valorização do património industrial, da segunda metade do século XX, é ainda de difícil aceitação e reconhecimento, não integrando, por isso a grande maioria dos inventários realizados.

Interessou particularmente para o trabalho compreender o processo de salvaguarda, qual o seu propósito e em que situações é aplicado. Neste sentido, registaram-se os valores consensualmente defendidos nos diferentes documentos e cartas patrimoniais. O enquadramento em que foram redigidas e publicadas, por ordem cronológica, tornou-se fundamental para compreender a evolução dos modelos do património, desde as primeiras preocupações de salvaguarda dos monumentos até ao reconhecimento de um património mais recente. A apreensão das múltiplas transformações que foram decorrendo nas cartas foi auxiliada pelo trabalho de Maria João Neto. *Memória, Propaganda*

e *Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, consiste num importante documento para o entendimento da ação do Estado Novo e de organismos como a DGEMN no que diz respeito à preservação de monumentos nacionais, onde se apresentam as iniciativas e os critérios regentes na atuação com base na historiografia e cronologia. Apesar de se centrar no panorama nacional, concretamente entre o período de 1929 até 1960, é feito um enquadramento internacional com o propósito de compreender a forma como a Europa resolvia as questões de salvaguarda de monumentos históricos e quais as diretrizes aí espelhadas. Os artigos do periódico *Estudos/ Património*, A propósito da carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitetónico nos últimos cinquenta anos e Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa estabelecem para além do contexto em que a carta de Atenas, a carta de Veneza e a carta de Cracóvia aparecem, as suas respetivas alterações, analisando a importância destas cartas nas ações de preservação dos edifícios históricos.

Surgiram questões que suscitaram reflexões nos capítulos seguintes, *A memória como valor afetivo e Acumulação de bens patrimoniais*, do presente trabalho. *A alegoria do património* de Françoise Choay, *A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro* de Maria Filomena Barato ou *Património industrial. Que memória?* de Deolinda Folgado foram os estudos de referencia. Estas reflexões pretendem compreender as razões que levam à salvaguarda de edifícios de outras épocas, assim como o processo de seleção de bens patrimoniais.

A análise do panorama português, aborda as razões do reconhecimento tardio da indústria como bem patrimonial. Importou contextualizar a ação das organizações patrimoniais num enquadramento político-histórico, percecionando os valores defendidos durante o Estado Novo. Nesse sentido e de acordo com *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)* da

autoria de Maria João Neto define-se o processo de salvaguarda patrimonial nacional, bem como os modelos nacionais de reconhecimento do património industrial. Por último, apresenta-se neste capítulo os Critérios de classificação de casos industriais, fundamentado, mais uma vez no trabalho de Deolinda Folgado em *Património Industrial. Que memória?* e *'Memória ao Negro' ou a salvaguarda como reduto da memória*.

Por ser de impossível cumprimento defender como património aquilo que se desconhece, tornou-se imprescindível uma procura metódica de informação relativa às unidades conserveiras de Setúbal. A falta de informação sobre esta matéria, bem como a falta de uma conveniente conservação dos edifícios e documentos de arquivo, conduziu a um exaustivo processo de investigação que teve início com a identificação das sociedades industriais que em Setúbal estabeleceram fábricas.

Foram consultados no centro de documentação do Museu do Trabalho, jornais e revistas de épocas referentes aos seus períodos de laboração assim como uma tabela baseada no espólio do sindicato nacional, onde se encontram catalogadas as fábricas e empresas de conservas em Setúbal, entre os anos de 1952 a 1977. Numa segunda fase da investigação, foi efetuada uma extensa e criteriosa pesquisa no Arquivo Distrital de Setúbal de forma a elaborar uma base de dados relativa às unidades fabris que exerceram atividade entre 1924 e 1994. Foi consultado o fundo notarial de Setúbal, compreendido nesse período, e constituído por dois cartórios públicos e um privado.

A tabela produzida através desta pesquisa, baseada no trabalho desenvolvido por Ana Alcântara em *A Indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)*, contempla os anos de fundação e dissolução das sociedades, identifica as suas unidades fabris, a sua localização e o tipo de conservas produzido. Sempre que alguma informação escasseava, foi feita uma pesquisa suplementar através do cruzamento de informação retirada a partir de documentos, como por exemplo, a revista periódica

Conservas de Peixe ou o jornal *O século - Os Produtos Portugueses no Mundo*.

Ainda no Arquivo Distrital de Setúbal, foram consultados e posteriormente digitalizados os processos de obra relativos a alterações realizadas em algumas das unidades conserveiras. De forma a completar este processo de investigação foi ainda feita uma pesquisa no Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro da Casa Bocage e reunida cartografia do museu do Porto de Setúbal, consolidando-se assim toda a pesquisa através destes elementos gráficos e fotográficos que permitem uma mais adequada análise dos vestígios industriais.

Procedeu-se ainda a uma breve contextualização do material apresentado em anexo, evidenciando o período do Estado Novo, momento a partir do qual se faz sentir uma mudança na leitura da fábrica, a nível social, económico, arquitetónico e territorial. De forma a concluir esta análise refletiu-se sobre a forma como estes vestígios caracterizam a cidade e seu o valor, não querendo com isto ditar uma opinião sobre o seu destino.

“ O património industrial compreende os vestígios da cultura Industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação” (TICCIH, 2003, p. 3).

1. O quadro Internacional

1.1. A implantação da fábrica na cidade

A procura das razões que levaram ao encerramento de inúmeras fábricas e ao abandono do lugar que ocupavam no tecido urbano ao longo do século XX, não pôde ignorar a conceção moderna da fábrica e a importância que desempenhou nas mudanças territoriais, sociais e económicas. Na obra *A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*, da autoria de Deolinda Folgado, a fábrica é compreendida como um “*complexo sistema funcional, relacional e produtivo*” (2009, p. 31) em constante evolução. Para Folgado o contributo de Lewis Mumford foi essencial para a compreensão e estruturação das três fases que definem a evolução tecnológica¹. A fase em que se insere a indústria aqui estudada é a idade neotécnica, estabelecida no intervalo de tempo entre 1832 e o início da Segunda Grande Guerra Mundial². Estamos perante um fascínio pela máquina que procura otimizar a linha de montagem, perante uma nova realidade da indústria que integra novos

1 A cada período associa-se um determinado processo tecnológico: A fase eotécnica desenvolveu-se entre o Século X e o Século XVIII, e tal como o nome sugere, depende da energia proveniente do vento, mas também da água e da madeira; a fase seguinte, paleotécnica, iniciada a partir de 1750, corresponde ao momento da primeira Revolução Industrial onde a máquina a vapor é a principal responsável pela produção; por fim, a indústria neotécnica, associada a uma outra fonte de energia, a eletricidade (Folgado, 2009).

2 A definição desta cronologia enquadra-se nos países que presenciaram, primeiramente a Revolução Industrial, Estados Unidos da América e Europa Setentrional. Em Portugal, o período da indústria neotécnica assume-se, fundamentalmente, entre os anos 30 e 90 de novecentos (Folgado, 2009).

materiais na sua construção³. “*O conceito de fábrica evolui na adaptação ao sistema produtivo (...)*” (Folgado, 2009, p. 33), não querendo isto dizer que se tenha definido, pela sua arquitetura, um modelo exclusivo de edifício fabril. De facto a qualidade formal e arquitetónica da fábrica dependia da indústria que lhe estava associada, mas na maioria das vezes da maior ou menor preocupação dos empresários com a maquinaria. Ou seja, uma maior preocupação direcionada ao equipamento e ao seu constante reparo e modernismo negligenciava, muitas vezes a qualidade arquitetónica do edifício. A condição de celeridade e alterabilidade em que se inscreve a fábrica deste período vai além da organização espacial e da estética do edifício industrial e afeta igualmente o paradigma social e territorial. A melhoria das condições de vida surge quase como uma premissa inerente à fábrica da segunda geração, onde a adaptação do operário à mecanização perpetua um novo estatuto.

A compreensão da implantação da fábrica no território obrigou a um estudo que retoma a fase paleotécnica. A Revolução industrial veio alterar os modelos de desenvolvimento, organização e vivência das cidades e, conseqüentemente a paisagem da Europa a partir do século XIX (TICCIH, 2003). A cidade industrial oitocentista foi assinalada pelo êxodo rural: o campo foi sendo despovoado originando, assim, uma descontrolada expansão demográfica nas grandes zonas urbanas. “*Uma economia em expansão obriga ao crescimento de uma população; e o crescimento de uma população obriga à expansão da cidade*” (Mumford, 1961, p. 485). Era impossível redesenhar a cidade ao ritmo desse exponencial crescimento demográfico e da crescente falta de higiene, luz, ar fresco e espaço na maioria das habitações existentes - originando problemas sociais, culturais, económicos, de segurança e morais refere Folgado (2009) fundamentando-se no trabalho de Mumford. O

3 Materiais de construção como o ferro, o vidro e o betão armado, resultantes do progresso industrial marcaram os tempos modernos ao solucionar desafios estruturais e estéticos da própria arquitetura fabril.

desenvolvimento industrial promoveu assim a construção de novas áreas urbanas, embora na sua maioria afastadas física e culturalmente dos centros históricos. Estes tecidos já consolidados ou em consolidação encontravam-se geralmente articulados a uma nova centralidade originada pela presença estrutural de uma linha ferroviária. Deolinda Folgado menciona que este crescimento *“criou rupturas a nível do desenvolvimento urbano, enquanto fenómeno de sedimentação indiscriminada de assentamento fabril e gerou soluções, enquanto factor agenciador de respostas planeadas para as dificuldades provocadas por essa mesma industrialização”* (Folgado, 2009, p. 83). Neste sentido surgem diversas experiências urbanas como a *cidade-jardim* de Ebenezer Howard (1850-1928), onde a oposição entre espaço urbano e campo se dilui, ou a *Cité Industrielle* de Tony Garnier (1869-1948) baseada em princípios de higiene e funcionalidade que contemplam um urbanismo associado à fixação da fábrica da época neotécnica na cidade.

Se anteriormente a fábrica pertencia à cidade, adaptando-a cultural e socialmente como defendeu Folgado (2009), hoje assiste-se nas cidades, continuamente, ao ruir destas construções arquitetónicas. Ana Catarina Serrano refere que estas ruínas *“estão frequentemente relacionadas com as problemáticas da cidade atual, mas constituem simultaneamente uma parte integrante de um conjunto urbano com valor histórico e apresentam-se por isso como elementos constituintes de uma imagem urbana com significado e valor”* (2010, p. 50).

Devido às consequências da Segunda Guerra Mundial⁴, estes testemunhos edificados foram, na sua maioria, desprovidos das funções de origem, acabando por ser levados ao abandono ou mesmo à sua

4 Portugal não foi afetado pela destruição provocada pelos bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial, uma vez que não fez parte dos países envolvidos.

destruição (Matos, et al., 2003) e, por sua vez *“à consciência de perda irremediável, ao sentimento de que alguma coisa é descartável e finita”* (Silva, 2014, p. 29). A perda das suas funções deveu-se, igualmente, ao desenvolvimento tecnológico do pós-guerra. A imposição de novas estratégias urbanas que tinham como base o progresso, a beleza, a modernização e os valores económicos, levaram-nos a essa *“consciência”*. Facto que se observa no estado atual de esquecimento e abandono das zonas outrora fortemente industrializadas do século XIX e inícios do século XX (Matos, et al., 2003). Este progresso desenfreado provocou uma perseverante expansão da malha urbana em relação aos seus limites, porém desequilibrada e dissemelhante na sua dispersão social, física e funcional. Por conseguinte, negligenciou-se a cidade pré-industrial ao apoiar metodologias pouco ou nada planeadas, que não tinham em conta a preservação do tecido urbano industrial e, por essa causa, arruinaram alguns dos edifícios industriais mais significativos (Serrano, 2010).

Face a essa destruição massiva, a ruína ainda é valorizada. Françoise Choay (1999) afirma que as ruínas têm direito à sua própria inutilidade. O arquiteto português, Raul Lino, acredita que a *alma própria* da ruína, já isenta de função, e o pitoresco da paisagem que a circunda estimulam o sentimento de quem a observa, mas afirma que *“não basta consolidarmos as pedras é preciso também mantermos viva a tradição de todos aqueles valores espirituais, quer a sua missão ativa ainda perdure, quer já tenha terminado”*⁵ (Neto, 2001, p. 240).

Não se propõem, contudo, a salvaguarda a todo o custo dos edifícios fabris em ruína, uma vez que isso *“seria não só de impossível cumprimento como de um reducionismo perigoso”* (Silva, 2014,

5 Afirmação proferida por Raul Lino ao tomar posse do lugar de Diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em Janeiro de 1949 (Neto, 2001).

p. 30) . Para Vítor Serrão é essencial aceitar que a riqueza do património arquitetónico constrói-se diariamente através da renovação do edificado e, inevitavelmente através da sua perda que não sobrevive ao desgaste do tempo (morte natural)⁶. Não se pretende com esta aceitação incentivar “*ondas de destruição e abandono sem critérios*” (Silva, 2014, p. 30) mas apenas, aceitar a dimensão temporal da arquitetura reconhecendo o inevitável processo de transformação provocado pela passagem do tempo (Gracia, 1992).

É, por isso, de uma importância inegável compreender o valor e o significado de *património* antes que lhes seja negada a sua recuperação.

“O património construído transmite, invariavelmente, um conjunto de informações que ultrapassa o domínio do edificado. Informações que refletem desde a multiplicidade de modos de vida associados a esse património até às inúmeras soluções culturais que respondem aos desafios do quotidiano, que se manifestam ao plano do material ou imaterial. O património identifica ainda permanências, tendências ou renovações de uma dada comunidade, reconhecendo-se as respetivas idiosincrasias nas opções edificatórias relacionadas com as funções, do lazer, da defesa, da justiça, do ensino, da política, da religião, entre outras, para além das formas de habitar” (Folgado, 2009, p. 88).

1.2. Cartas e documentos patrimoniais

O primeiro capítulo pretendeu compreender a evolução da fábrica na cidade, desde a sua implantação

⁶ Compreende-se por morte natural do edificado, toda a obra arquitetónica que devido ao desgaste do tempo e seu abandono acaba por ruir, não sendo possível a sua recuperação.

ao seu desaparecimento, expondo-a através de um olhar plural. A par deste desaparecimento surgem preocupações com a preservação de vestígios fabris que ainda hoje resistem à voraz passagem do tempo. De facto, o cuidado em proteger o património industrial e de investigar sobre as raízes das sociedades industrializadas e vestígios da Revolução Industrial até aos nossos dias é uma manifestação recente, surgida na segunda metade do século XX. Folgado menciona que “*se em finais do século XIX, inícios do século XX o desafio era salvaguardar a cidade do imparável ritmo mutante provocado pela industrialização, agora esta contenção da mudança tem de passar para o que a industrialização nos legou e que uma sociedade e economia pós-industrial teima em destruir*” (2004, p. 30). Como referido e assumido pela Direcção-Geral do Património Cultural (Direcção-Geral do Património Cultural, s.d.) a causa deste atraso prende-se com a reduzida aceitação do património mais recente e com o desenquadramento deste nos modelos do património clássico. A compreensão deste arquétipo reside na enumeração dos valores consensualmente defendidos nas diversas cartas e documentos patrimoniais e na sua respetiva contextualização, procurando-se assim esclarecer a emergência do conceito de património industrial.

No século XVIII surgem os primeiros cuidados com a salvaguarda patrimonial dos edifícios. Decorre nesta época uma mudança profunda na ideologia até aí defendida, o movimento romântico e a inerente procura pelo conhecimento da anterioridade do Homem conduz a uma conservação real dos monumentos históricos por oposição à preservação iconográfica, precedentemente favorecida. Reflete-se nesse sentido uma progressiva compreensão estilística dos imóveis com o intuito de instituir um sistema de atuação generalizado. No entanto, verificou-se dispersão nas

atitudes e medidas de atuação sobre os monumentos⁷, dispersão essa evidenciada mais tarde pela necessidade de restaurar os monumentos destruídos na Segunda Grande Guerra. O desejo pela aceitação consensual destes valores culturais e a sua conseqüente aplicação no quadro europeu resultou na elaboração da Carta de Atenas (1931) com a *Segunda Conferência sobre a Conservação de Monumentos de Arte e História*. A primeira elaboração dos princípios gerais sobre a proteção de edifícios, qualquer que seja a sua diversidade e contexto contribuiu mais tarde para o desenvolvimento de um movimento internacional, traduzido na atividade da ICOM e da UNESCO e na criação por esta última entidade de um Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro dos Bens Culturais. Com o progressivo aumento desta consciência encontram-se hoje estabelecidos diversos documentos para além da Carta de Atenas, relativos aos princípios orientadores da conservação e restauro do património e aos aconselháveis padrões de atuação (ICOMOS, 1964), como a Carta de Veneza (1964), a Carta de Burra (1979) e a Carta de Cracóvia (2000). Alusivo ao património Industrial, pode ser referida a Recomendação nº R (90) 20 elaborada pelo Comité de Ministros do Conselho Europeu (1990) e a Carta Nizhny Tangil (2003).

Na conferência Internacional de Atenas, foi de opinião consensual que as reconstituições integrais dos bens patrimoniais deveriam ser abandonadas. Se, como consequência do elevado estado de

⁷ Protagonizados respetivamente por John Ruskin (1819-1900) e Violet-le-Duc (1814-1879), o sistema inglês e francês, apresentavam ideais de atuação diferentes no que respeita à salvaguarda do monumento. Enquanto Violet-le-Duc defendia a unidade de estilo pristina, onde a preocupação em preservar um único estilo arquitetónico de uma determinada época no edifício levava à supressão de outras marcas estilísticas, John Ruskin propunha a conservação dos imóveis como alternativa ao restauro. Segundo Maria João Neto, os italianos Camilo Boito e G. Giovanni procuraram encontrar um equilíbrio entre estes dois princípios, ao mesmo tempo que Alois Riegl explorava a definição do conceito de monumento e os seus valores (Neto, 2001).

degradação do edifício for necessário restaurá-lo, esta ação deverá respeitar a obra histórica e artística do passado sem desvirtuar qualquer estilo presente na obra. Foi ainda defendida a ocupação dos monumentos com o propósito de assegurar a sua vitalidade (Serviço Internacional de Museus, 1931). Todavia, estes princípios bem como as advertências enunciadas na Carta de Restauro redigida em Itália (1932) não tiveram a difusão necessária, em parte, devido à Grande Guerra que assolou a Europa em 1939, refere Maria João Baptista Neto (2006). Após a Segunda Guerra Mundial a Europa «devastada» assistiu a procedimentos de atuação para a salvaguarda do seu património muito distintos e pouco fundamentados. Ora se defendia a conservação da ruína como memorial do que resistiu aos bombardeamentos, ora se incentivava à reconstrução total, a uma réplica daquilo que tinha sido no passado. Neto explica ainda que o desejo de encontrar diretrizes que regulassem as posturas de salvaguarda levou, em 1957, a UNESCO a cooperar com o governo francês e organizar o *I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos*. Apesar de não se verificarem resultados práticos deste congresso, a urgência de se estabelecer unanimidade na prática de salvaguarda conduziu à organização de um segundo congresso, de 25 a 31 de Maio em 1964, no qual foi elaborada a Carta de Veneza⁸. “*O esboço de um texto preciso, sucinto, sensível a um equilíbrio consensual (...)*” (Neto, 2006, p. 93), adotado pelo ICOMOS em 1965, é hoje um documento de inegável importância para a matéria de conservação e restauro patrimonial, tendo sido grande a relutância dos técnicos em escrever outras cartas que o pudessem vir a substituir. A carta, tendo como base os textos de 1931 e 1932, sistematizou em dezasseis artigos os princípios e conceitos que devem definir a intervenção e salvaguarda do património arquitetónico e, assim,

⁸ O esboço desta carta foi redigido por Raymond Lemaire (1921-1997), com a colaboração de Paul Philippot (n. 1925) e Jean Sonnier (1913-2004) horas antes da abertura do congresso sem a ajuda de qualquer enunciado ou documentos de apoio (Neto, 2006).

despertou comunidades para a herança cultural e programas de atuação associados e criou condições para entidades como a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS exercerem a sua função. Salienta-se a alteração, no primeiro artigo, de “*obras – primas*” citada na Carta de Atenas (Serviço Internacional de Museus, 1931, p. 1) para “*obras modestas do passado que adquiriram com o passar do tempo, um significado cultural*” (ICOMOS, 1964, p. 1).

A Europa presenciava uma evolução alucinante a nível cultural, jurídico e tecnológico no que respeita à proteção do património, o que fez com que se colocasse a questão: Será necessário uma atualização da Carta de Veneza? Neto afirma que “*certamente que é questionável a forma como o problema tem vindo a ser equacionado: mantém-se a referência do documento de 1964, porque este continua a dar mostras da sua atualidade, mas ao mesmo tempo publicam-se novos textos que vêm na sua complementaridade*” (2006, p. 97). Após a aprovação da Carta de Veneza surgem quase tão ritmados como a produção nas fábricas novos textos patrimoniais sempre que se retoma esta questão. É nesta circunstância que é redigida a Carta de Burra. O encontro do ICOMOS de 1978, *Resoluções para a 5ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*, recupera o apelo de Granada de 1977, sobre arquitetura rural e ordenamento do território. Contudo, este vê-se sem grande efeito devido à geral concordância na não revisão da «imaculada» Carta. Um ano mais tarde, aprovado pelo ICOMOS Austrália, surge, então, a Carta de Burra referente a *variedades regionais* (Neto, 2006, p. 97). Aplica-se a todos os sítios com significado cultural, sejam eles memoriais, árvores, jardins, parques, locais de eventos históricos, áreas urbanas, cidades, locais industriais ou arqueológicos, locais espirituais ou religiosos (ICOMOS Austrália, 1999).

No entanto, é a posição pouco conservadora de R. Lemaire, um dos autores da Carta de Veneza de 1964, no encontro do Japão em 1994, que motiva a elaboração de um novo documento que mantém

o registo do seu antecessor mas responde à nova dinâmica cultural, ao afirmar que negativo seria se aquele documento não fomentasse outros pensamentos e discussões. A Carta de Cracóvia é, assim, assinada a 26 de Outubro de 2000, na conferência internacional, *Cultural Heritage as Foundation of Development Civilisation*. A nova Europa ocupava-se de uma complexidade e pluralização de conceitos, fruto da evolução do termo *monumento* enunciado, no século XIX, por autores como Ruskin. Palavras como *bem-cultural* e *património* foram sendo vulgarizadas com a necessidade de justificar estratégias de intervenção, explica Neto (2002). Esta disseminação do significado resultou em “reconstituições” que destruíram elementos essenciais da memória da obra arquitetónica. O documento de 2000 veio definir termos como restauro, reabilitação, revitalização, recuperação, conservação, entre outros termos, prevendo uma valorização regional, porque cada comunidade deve ser consciente do seu passado e cultura, e da influência que estes têm da sua sociedade e, nesse sentido deve ser responsável pela inventariação e gestão do seu património. O documento prevê ainda que a gestão deve ser fundamental no processo de conservação à escala local e deve controlar as dinâmicas de mudança, as decisões e os seus efeitos, dentro de um quadro de proteção legal e administrativa. Maria João Neto alerta para a extrema importância destes documentos no processo de conservação do património construído, salientando que estes não invalidam, de modo algum, uma interpretação cuidada na sua aplicabilidade prática que deve ter em linha de pensamento as particularidades de cada situação (Neto, 2006).

É nesta constante atualização do conceito de *património* que as fronteiras cronológicas onde se inserem os monumentos ditos clássicos são ultrapassadas, colocando agora ao abrigo do mesmo teto patrimonial os vestígios do período industrial. O Reino Unido foi o primeiro país a encarar a defesa da herança industrial, na década de 50, face ao abandono e destruição de inúmeras estruturas fabris pela avassaladora Segunda Grande Guerra, como vimos no primeiro capítulo. As

primeiras implementações e definições do termo *arqueologia industrial* surgem com um artigo de Michael Rix publicado em 1955. A criação do Industrial Archeology Research Committee em 1958, a 1ª Conferência Nacional sobre Arqueologia Industrial em Inglaterra e, ainda a aceção da noção de *monumento industrial* pelo Council for British Archaeology, em 1959 tiveram também um forte contributo na divulgação e, conseqüente na evolução do conceito. Porém a aceitação da importância deste património deveu-se maioritariamente ao desaparecimento parcial, alvo da segunda guerra, da Euston Station em Londres, em 1962. Importa referir que as autoras de *Intervir no património industrial: Experiências realizadas às novas perspetivas de valorização* (Matos, et al., 2003) defendem que Sousa Viterbo (1845-1910) foi o pioneiro da expressão *arqueologia industrial*, ao reportar em 1860 à necessidade de estudar os antigos moinhos que se encontravam ameaçados pela transição da atividade manufatureira e artesanal para a fabril.

Ao longo das décadas seguintes, o conceito de *arqueologia industrial*⁹ desenvolveu-se associado às metodologias de valorização do património industrial. Destas destacam-se: a reutilização para fins científicos, culturais, educativos, sociais, económicos e políticos; da musealização que permitiu conservar maquinarias, materiais e vestígios das fábricas; a preservação *in situ* de vestígios exemplares, ainda que em ruína, permitiu que se guardassem as memórias do passado, apesar do processo de desindustrialização por que várias regiões atravessavam (Matos, et al., 2003).

9 Segundo a carta de Nizhny Tangil, aprovada pela assembleia geral de TICCIH, a arqueologia industrial designa-se como: “Um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial” (TICCIH, 2003).

Embora na década de setenta do século XX apareçam algumas associações dedicadas ao património industrial, como é exemplo a The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIH, (Serrano, 2010), só em 2003 é redigida, na cidade de Nizhny Tangil, uma Carta direcionada ao património industrial, mais tarde aprovada pela UNESCO. Neste documento é escrito que os edifícios e as estruturas industriais bem como os processos e a maquinaria aí utilizada, a sua localização e as paisagens que ocupam, entre outras manifestações são fundamentais para compreender a totalidade do edifício e a sua história (TICCIH, 2003).

A evolução dos conceitos que compõem os processos de preservação e conservação da memória edificada, identificados em linhas anteriores deste capítulo estão em constante adaptação. As cartas patrimoniais enumeram princípios e recomendações, não constituindo documentos normativos. As diretrizes expostas em cada um dos textos deve ser analisada criticamente e de acordo com a herança cultural em questão. Conservadorismos de “Velho do Restelo” que negam a produção de novos complementos e o sentido de novas Cartas não permite apurar valores que podem não ter sido, até agora identificados. É também imprescindível reconhecer que algumas dessas recomendações anulam outros bens patrimoniais. Por exemplo, o ponto III – *A valorização dos monumentos* da carta de Atenas de 1931 aconselha a supressão de todos os elementos dissonantes que retirem valor aos monumentos artísticos ou históricos, nos quais se incluem as chaminés das unidades industriais (Serviço Internacional de Museus, 1931). Porém, mais tarde, estas são suscetíveis de serem entendidas como herança cultural pelo ponto 2 – *Valores do Património Industrial* mencionados na Carta de TICCIH (2003). Não querendo isto dizer que esta seja a única Carta pela qual se deve guiar

a valorização do património industrial, os princípios enumerados na Carta de Veneza¹⁰ continuam a mostrar-se atuais.

1.3. A memória como valor afetivo

Para além dos valores enunciados nas cartas parece haver um valor que determina, em muitos casos o destino das ruínas edificadas, a afetividade. Neto explica que “*numa era quase sacral do processo tecnológico, a Europa parece sentir necessidade de equilibrar a veia iluminista com valores de natureza sentimental de íntima emoção humana*” (2002, p. 95). Deste modo, a identificação e gestão do património pressupõe mais que uma valorização universal, uma valorização regional. De facto é na memória coletiva de cada comunidade e na consciência do seu passado que se encontram os valores que dão sentido à preservação do património. Folgado constatou-o ao dizer que “*o valor afectivo da memória parece ser o que consolida as marcas do passado com maior significado (...)*” (2005, p. 358).

Contudo, Choay questiona-se sobre “*Qual é o fundamento sobre o qual repousa a conservação do património histórico edificado num mundo que possui os meios científicos e técnicos para guardar na memória e para interrogar o passado, sem mediação de monumentos ou de monumentos históricos reais?*” (Choay, 1999, p. 205).

É no envolvimento direto com a obra que são criadas relações entre o passado e o presente que

¹⁰ Maria João Neto, longe de posições extremistas assevera a atualidade desta carta, afirmando o equilíbrio e a composição objetiva que esta expressa ao longo dos 16 artigos (Neto, 2006).

procura encontrar significado na memória. Kenneth Hudson, um dos pensadores pioneiros sobre património industrial destaca que “*(...) uma fotografia ou um modelo do Coliseu não equivalem de forma alguma à oportunidade de entrar e andar dentro dele, admirando as suas dimensões e as suas técnicas de construção e imaginando a brutalidade e os gritos dos espetáculos de massas que um dia ali tiveram lugar. (...)*” (Hudson, 1990, p. 40).

Também Filomena Barato partilha deste mesmo pensamento, referindo que entender estes bens como objetos artísticos ou de “*museografia*” é anti patrimonial, uma vez que o afastamento da sua dinâmica social e territorial impossibilita a criação de relações com o Homem e conseqüentemente a passagem dessa herança que queremos transmitir a gerações futuras. Acrescenta que os testemunhos da memória são afetados pela forma como os encaramos. A distinção e a dicotomia entre alguns termos expressos em textos patrimoniais, como *Património Monumental* e *Não Monumental, classificado* ou *não classificado*, induz a uma separação quase parcelar do território. Os centros históricos, por exemplo, protegidos pela lei são em muitas cidades “*afastados*” da sua envolvente. Os Sítios e os seus Territórios são lidos como áreas distintas, o “*centro*” é em muitos casos entendido como um objeto num “*museu*” enquanto a área circundante estabelece as novas funcionalidades e centralidades. Esta separação conduz a olhares e procedimentos diferenciados sobre o território e a uma apreciação estática do património (Barato, 2004). O cuidado com as “*coisas*” que legamos e a escolha sobre os vestígios que devem ser resgatados têm, obrigatoriamente de integrar a memória coletiva. Uma preservação do edificado que não atribua significados e não produza ligações com a comunidade de nada serve.

A responsabilidade de salvaguarda não cabe apenas ao Estado e às entidades reguladoras do património, é numa sociedade interveniente que se cosem ações com significado e significantes.

“Partimos, portanto, do princípio que é crucial a incidência social positiva que devem ter todas as decisões tomadas sobre o Património, porque dela depende a vitalidade da própria comunidade” (Barato, 2004, p. 15).

Parece ainda existir uma consciência que leva apenas edifícios de outras épocas, afastados do período temporal em que nos encontramos a integrar a arca patrimonial. Ora se de facto o Homem preserva aquilo que o emociona como disse Folgado de acordo com as ideias proferidas por Marc Guillaume (2005), qual a razão que leva à destruição de um património com qual mantemos uma relação temporal mais próxima. Enquanto qualquer operário ou sujeito pertencente ao universo industrial poderá apreender uma memória deste passado transportando-a para o seu domínio pessoal, devido à relação direta que manteve, a outra parte da sociedade, mais distante, dificilmente a conseguirá alcançar. Estamos perante a noção de *memória autorizada* refere Folgado, perante uma conservação que nos é exterior e sobre a qual ora se tenta justificar uma acumulação de objetos desmedida e pouco refletida ou acredita-se que a influência económica justifica a destruição (Folgado, 2005). É certo que a escolha daquilo que ficará para o futuro não pode passar apenas pela acumulação de objetos que não são reconhecidos ou sobre os quais não exista simbolismo. Desta forma, Matos et al afirma que a valorização deste património deverá recair sobretudo sobre as novas funções que estas grandes estruturas abandonadas poderão albergar. As iniciativas museológicas e académicas contribuem para uma valorização, eminentemente prospetiva e educacional, e por conseguinte um novo paradigma na área cultural (Matos, et al., 2003, p. 32).

1.4. Acumulação de bens patrimoniais

O termo *Património histórico* sofreu no decorrer do tempo uma alteração de sentido. Esta transferência

de semântica deve-se à nossa “sociedade errante”, atreve-se a dizer Choay (1999). Hoje, associada a uma instituição, a uma mentalidade, tornou-se numa “moda”, num comportamento comum e ambíguo, preso à acumulação contínua de inúmeros objetos pertencentes ao passado. *“O culto prestado hoje em dia ao património histórico exige, pois, mais do que uma verificação de prazer. Exige um questionário, uma vez que ele é o revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nelas existem”* (Choay, 1999, p. 11).

Esta última afirmação aplica-se também ao património industrial. Este atravessa uma fase semelhante aquela por que passou o património dito clássico, nos finais do século XIX, e durante o século XX expõe Folgado (2005). Ou seja, a salvaguarda do património arquitetónico e industrial do século passado provoca um “complexo de Noé”, retratado por um colecionismo descontrolado apoiado em simbologias – onde se delapidou a história de edifícios ao deslocar as suas peças para museus (Choay, 1999).

A excessiva acumulação de vestígios reflete-se na privação da «alma cultural» dos edifícios e consequentemente num vazio na memória. Como exposto no capítulo anterior, Filomena Barato (2004) garante que a reconstrução do passado é feita através das observações e da valorização que a comunidade lhes confere. Desta forma, a recolha supérflua a que assistimos em muitos casos faz com que cada exemplo edificado seja menos singular, uma vez que lhe retira a heterogeneidade e o seu carácter excecional ao ser semelhante a outros. Estamos *“perante um paradigma do património. Estamos a classificar o próprio Homem, o Homem atual, tentando prever ou controlar as mudanças civilizacionais que tudo parecem corroer, definindo-se o património como um condicionante do futuro e não apenas um testemunho do passado (...)”* afirma Folgado (2005, p. 361).

Surge a questão, mas então o que guardar? A repetição descontrolada do património não será a resposta, mesmo que este nos ofereça um sentimento reconfortante em relação às interrogações sobre as quais ainda não temos explicação. A contemplação do património industrial deve ser feita com um olhar crítico, com o propósito de separar as heterogeneidades que lhe são inerentes, valorizando-as. Choay (1999) esclarece que a necessidade de um reflexo forte e sólido da Humanidade, por via de uma acumulação de objetos e vestígios desligada de seleções justificadas prende-se com a falta de controlo perante a constante e progressiva atualização da sociedade industrializada, o que parece pôr em causa a sua identidade. Explica ainda que a sua *“interpretação do culto patrimonial como síndrome narcísico é corroborada pela análise do seu contexto cronológico. O desenvolvimento da inflação patrimonial coincidiu, com efeito, com o desenvolvimento de uma agitação cultural no seio das sociedades industriais avançadas, e por consequência, no mundo inteiro* (Choay, 1999, p. 212). Também Folgado (2005) acredita que a necessidade extrema de preservar matéria é explicada por nos encontrarmos num tempo em que a mudança é constante, onde não existem padrões fixos.

Desta forma, qual o processo de seleção a que se assiste nos dias de hoje? A tendência é procurar “clareza” no edifício. Certamente, é mais fácil entender um edifício de carácter industrial se este se apresentar como um elemento único com valor formal, sem quaisquer alterações ao longo do tempo, permitindo por isso apreender uma única época e um único estilo arquitetónico, e se encontre já expropriado dos bens móveis ou integrados, geralmente considerados sem importância. Justificada, como acima referido pela falta de ligação da grande maioria da comunidade por este património, esta clareza do edifício negligencia uma grande diversidade de vestígios e materialidades técnicas dos finais do séc. XX. O problema deve-se à passagem do tempo, a distância temporal não é suficiente, não permitindo uma reflexão ponderada. Na grande maioria dos casos, os promotores imobiliários e o poder político já decidiram e o inventário patrimonial ou ainda não foi feito ou foi simplesmente

ignorado menciona Folgado (2004). De facto os inventários, as metodologias de intervenção e outras ações anteriormente realizadas são maioritariamente centradas nas questões sociais e económicas da fábrica dos finais do século XIX e inícios do século XX, uma vez que a fábrica dos anos Quarenta e Cinquenta ainda se encontrava em funcionamento e por isso não representava uma prioridade. Para a autora, o património industrial ainda procura um conjunto de princípios que o identifiquem como bem cultural sendo necessário considerar valores arquitetónicos, técnicos, urbanos, paisagísticos, históricos, sociais e imateriais (2005). No seguimento de uma salvaguarda refletida, também Barato (2004) alude à importância de conhecimentos pluridisciplinares; de planeamentos mais concertados do território que nunca dissociem o bem cultural do seu contexto; de uma visão política e estratégica sobre o território, que entenda o *Património* como gerador de dinâmicas sociais.

Contudo, salienta-se que em casos internacionais, múltiplos e diversos esforços tem vindo a ser realizados nesse sentido. Surgem inúmeros casos de adaptação de edifícios industriais a museus ou mesmo outros programas, como habitação, comércio, centros culturais, centros de congressos, centros de arte contemporânea, ateliers, escolas, hotéis refere Folgado (2004) ressaltando que estas ações possibilitam a preservação do sítio, da estética fabril, e mais importante mantém uma certa identidade dos lugares industriais.

E Portugal? Qual a posição nacional perante o património industrial? Que critérios fundamentam a sua salvaguarda?

2. O caso Português

Encontrando-se definidos os valores consensualmente protagonizados nas cartas patrimoniais, assim como as ações de salvaguarda no panorama internacional e esclarecidas algumas reflexões mais teóricas sobre a acumulação de bens industriais, importara perceber como Portugal os adotou ou não. O objetivo deste estudo consiste na análise do processo de salvaguarda de bens culturais no território português e, por isso pela compreensão das ações de organizações patrimoniais portuguesas, como a DGEMN¹¹. Com o intuito de perceber as razões que explicam o atraso do reconhecimento do património industrial pelo nosso país, contextualizaram-se os valores patrimoniais defendidos pelo Estado Novo, o seu progresso e desenvolvimento. É neste enquadramento histórico-político que se estabelece o primeiro esforço direcionado para o restauro dos monumentos. Num último ponto esclarecem-se os critérios de classificação dos vestígios fabris no território português¹².

2.1. Organizações patrimoniais

“Apesar da invenção do património urbano por J. Ruskin, William Morris ou Camillo Sitte, na defesa de uma cidade pré-industrial, conceitos embrionários transpostos para os nossos atuais centros históricos, e da abrangência cada vez maior da noção de património, ratificado pelas convenções internacionais ou por organismos como a UNESCO, ICOMOS ou Conselho da Europa, Portugal parece padecer de uma certa mudez

¹¹ Estudo realizado por Maria João Batista Neto em *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*.

¹² Este ponto é fundamentalmente baseado no trabalho de Deolinda Folgado.

perante desafios de salvaguarda de um tempo mais recente” (Folgado, 2004, p. 20).

A este propósito, Vítor Serrão (2014) afirma no texto introdutório de *Portugal em Ruínas* que os responsáveis pela salvaguarda do património nacional rapidamente seguiram os princípios enunciados na Carta de Veneza e noutros documentos aprovados pela UNESCO para preservação da memória comum. O problema está nas práticas adotadas pela DGEMN e pelo IPPAR¹³, afirma. Estes organismos optaram por beneficiar o restauro de Castelos e de outros grandes monumentos religiosos e civis, e prestigiar a conversão de antigos conventos em unidades hoteleiras. Apesar de estabelecido o lugar para uma arquitetura de referência negligenciaram o restante património nacional, deixando-o ao abandono.

Em *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Maria João Neto contextualiza as ações da DGEMN de acordo com o regime político. Regista a rápida tentativa de ocupação por parte do Estado, após a implementação da república, da herança arquitetónica deixada vaga pela Igreja na sequência da Lei da Separação do Estado das Igrejas. Embora o poder político procurasse com profusão descentralizar competências para a aceção de uma política coerente de Belas-Artes, as dificuldades económicas sofridas pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial e a desarticulação de ações e serviços patrimoniais conduziram a um desempenho vagaroso e ocasional face à súbita apropriação de inúmeros edifícios religiosos. Neto (2001) esclarece que esta dispersão de ações prejudicava em muito os bens culturais, importava por isso clarificar diretrizes e estabelecer medidas de atuação eficazes e coerentes. Por estas razões, em 1929 é criada pelo

¹³ Em 2006, o IPPAR foi extinto e foi criado o IGESPAR, I.P. pelo decreto de lei nº 215/2006, que junta o Instituto Português do Património Arquitectónico e o Instituto Português de Arqueologia.

Decreto nº 16791 de 30 de Abril a DGEMN, que vem assumir a responsabilidade pelas intervenções nos monumentos nacionais, começando estes a ser restaurados a partir de 1932. Portugal assistia a uma operação de restauro de monumentos sem precedentes, assente na atividade da DGEMN que servia um dos valores político-culturais mais importantes do Estado Novo e facilitada pela não participação na segunda grande guerra que assolava o restante território europeu. “*O restauro de monumentos, além de ser uma atividade visível quase instantaneamente, permitia servir uma nova leitura da História pátria assente nos seus monumentos de triunfo, verdadeira lição do valor e da raça lusa, sinais de garantia e confiança no Estado Novo, timoneiro seguro e legítimo da Nação*” (Neto, 2001, p. 13). A autora explica, ainda que os critérios de restauro laborados pelo corpo de técnicos da DGEMN enquadravam-se nos princípios do poder republicano. Por conseguinte, a preocupação em conservar nos monumentos determinada época levava à renúncia de elementos de outros tempos em detrimento da unidade de estilo pristina. Esta submissão ao reprimido originava presumíveis reconstituições restringidas à pureza das linhas arquitetónicas, devido aos poucos conhecimentos no campo da história de arte. As alternativas à unidade pristina não passavam da teoria e nem as críticas do Arquiteto Raul Lino foram suficientes para transformar uma metodologia tão enraizada. Só na década de 50, Portugal começa a tomar consciência da situação internacional. Desta forma, os técnicos apercebem-se que os cuidados com os nossos monumentos exigiam metodologias alternativas às praticadas a nível nacional.

Passados dez anos da publicação da Carta de Veneza de 1964 e com a implementação da democracia a seguir à revolução de 25 de Abril de 1974 surge um abrangente movimento cívico por parte da entidade nacional de defesa do património que, conseqüentemente alertou a sociedade sobre as necessidades dos bens patrimoniais e reprimiu a descaracterização e a perda de alguns dos edifícios de mais simbólicos de arquitetura monumental e civil (Silva, 2014).

Em 1980 apareceram as primeiras preocupações com o universo patrimonial industrial com a criação da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, mais tarde APAI, ainda que associadas ao conceito de *arqueologia industrial*. Começa, então a divulgar-se, através de exposições e de estudos/artigos científicos que aproximam os termos *património industrial* e *arqueologia industrial*, o património industrial português (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.). Ana Cardoso e Maria Sampaio destacam em “*Património industrial e Museologia em Portugal*” o papel fundamental que as associações, APAI e APOREM (fundada em 1992) tiveram na divulgação da salvaguarda do património industrial através sensibilização de empresas e das Câmaras Municipais e da criação de novos espaços museológicos (Matos & Sampaio, 2014). Com o apoio destas entidades “*O património industrial foi ao longo das últimas décadas paulatinamente ganhando destaque no âmbito do património nacional, particularmente no final do século XX e no início do século XXI*” (Serrano, 2010, p. 37) constituindo, agora, uma área multidisciplinar que reúne especialistas de diferentes áreas – historiadores, engenheiros, arquitetos, arqueólogos. Sinteticamente, pode afirmar-se que os vestígios técnico-industriais, as maquinarias, os edifícios, os produtos, os documentos de arquivo e a organização industrial são matéria do património industrial (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

2.2. Processo de salvaguarda de bens patrimoniais

De forma a compreender o processo de classificação de bens industriais é necessário primeiro, perceber as várias etapas individualizadas da ação de salvaguarda do património arquitetónico nacional e o seu respetivo contexto histórico-político. Maria João Neto elabora em *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)* um quadro que reúne o sistema de salvaguarda do património arquitetónico. O quadro pressupõem logo qual o conceito

de *património* reconhecido na lei Portuguesa. Começa-se pelo levantamento e pelo inventário dos bens patrimoniais estatais ou particulares, seguido pela sua proteção através de um processo de classificação, que prevê três categorias – Monumento Nacional, Imóveis de interesse público, Valor concelhio. Prossegue-se à sua administração, gestão, e processo de intervenção. Por último, distribui-se a responsabilidade do sistema, seja na globalidade, ou através da separação de cada uma das partes (Figura 1).

Conforme a Direcção-Geral do Património Cultural, os edifícios industriais atualmente classificados,

“Abarcam construções fomentadas por políticas régias ou áreas produtivas que se encontravam nos alvares da mecanização - manufaturas - ou sectores industriais que de algum modo se destacaram na salvaguarda do património industrial pelo seu carácter arquitetónico. As estruturas sociais associadas são tipologias construtivas e organizativas que refletem uma filosofia industrial que não pode ser dissociada de uma análise de conjunto do processo de industrialização” (Cultural, s.d.).

Deolinda Folgado (2004) salienta a propósito dos edifícios industriais classificados ou em vias de classificação, que estes representam apenas 0,75%¹⁴ da totalidade de bens nacionais. A exiguidade desta percentagem relaciona-se com o nível de análise. A investigação não é, na maioria das vezes, suficiente para validar a seleção de alguns exemplos industriais.

¹⁴ O património pré-industrial, por exemplo os moinhos de maré ou de vento, não foi contabilizado para esta percentagem.

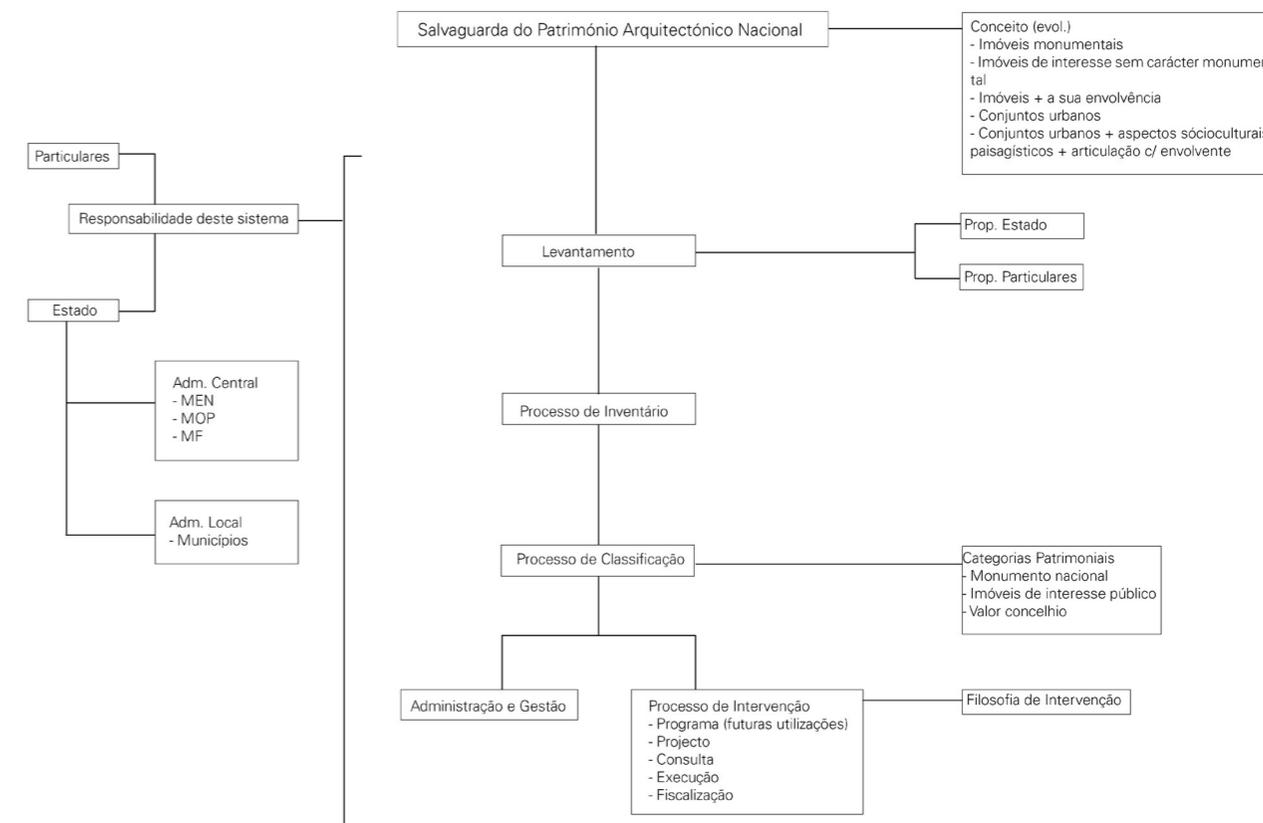


Figura 1 Salvaguarda do Património Arquitectónico Nacional (Neto, 2001).

2.3. Critérios de classificação

Folgado regista em *Património industrial. Que memória?* que as classificações patrimoniais em Portugal começaram por eleger apenas edifícios industriais com valores formais e, ou projetados por reconhecidos arquitetos, como é o caso da Standart Elétrica, de 1945, do Arquiteto Cottinelli Telmo, ou da Lota de Massarelos, de 1933, do Arquiteto Januário Godinho. Por conseguinte, esta categorização negligenciava o património integrado, ou seja, todos os bens móveis ou elementos decorativos inclusivos. O esvaziamento da obra arquitetónica resultou numa quantidade absurda de maquinaria perdida. Também o património difuso, indispensável à perceção de todo edificado e o património arquivístico, ao incluir os produtos e as embalagens produzidas no tempo de funcionamento da fábrica, deveriam integrar este universo. Embora se exclua destas situações alguns casos, por exemplo a Central Tejo, projeto inicial da casa Vieillard & Touzet, onde se encontra o conjunto das cinco caldeiras automáticas da Badcock & Wilcox ou o Museu da Água, anteriormente conhecido como a Central Elevatória dos Barbadinhos, no qual as máquinas a vapor verticais *in situ* ainda subsistem (Folgado, 2005), continuam a decorrer intervenções que sacrificam o edificado em prol de valores camarários, particulares, estatais, ou relacionados com grandes interesses especulativos (Silva, 2014).

Atualmente continua a perder-se muito património industrial devido a diversas razões. Folgado (2005) receia que áreas industriais onde ainda se verifiquem vestígios fabris e onde essa malha se tornou numa importante referência sejam hoje de difícil preservação. Exemplifica-o com indústria conserveira em Matosinhos, onde a malha ortogonal posicionada ao longo da orla marítima deu lugar a edifícios de diferentes escalas que fazem sobressair o ar ruinoso dos poucos edifícios fabris que ainda lá se encontram, como acontece com Algarve Exportador do arquiteto António Varela,

de 1938. O mesmo se verifica noutras cidades com este tipo de indústria: Porto, Lisboa, Setúbal, Barreiro, Vila Real de Santo António, Olhão. Contudo, é de evidenciar que muitas autarquias, normalmente afastadas dos grandes centros urbanos tem vindo a reconhecer no seu património industrial um fator de desenvolvimento, como é o caso do complexo mineiro do Lousal, no concelho de Grândola, ou a reconversão da antiga Destilaria da Brogueira em Torres Nova num espaço para múltiplas atividades artísticas (Matos, et al., 2003).

Folgado (2005) defende que a proteção do património industrial se deveria afastar decisivamente da classificação maioritariamente fundamentada nos aspetos formais do edifício e apoiar-se nas diversas cartas internacionais, nomeadamente na Carta de Cracóvia de 2000, onde é referido que *"o património arquitectónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos sócio-culturais"* (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000).

A autora expõe, ainda que uma elaboração de critérios a partir dos valores reconhecidos no património dito clássico irá conduzir a uma análise patrimonial mais objetiva e abrangente para a credibilização de um património atípico. A reflexão sobre os critérios de salvaguarda terá de ser cuidadosamente subdividida em critérios mais particulares, de forma a permitir uma avaliação de todas as áreas nas quais se integra o objeto industrial. Destacam-se seis critérios de análise: componente arquitetónica, técnica, paisagística-territorial, histórica, social, e imaterial. Esta avaliação deve ser aplicada a qualquer unidade fabril, independentemente da sua tipologia, do contexto geográfico-território-paisagem e deve ter em conta os fatores de memória coletiva e social. Para além de todos estes critérios é ainda necessário ter em conta o estado de conservação e o grau de alterabilidade. *"A avaliação de todos estes parâmetros permitirá, então, estabelecer o grau de qualidade patrimonial da*

fábrica, do conjunto ou das estruturas produtivas, podendo-se finalmente avaliar a sua singularidade, exemplaridade, raridade, integridade, autenticidade” afirma Folgado (2004, p. 24). Destaca-se além disso que o processo de avaliação não deve, em situação alguma, descurar práticas de gestão das autarquias, dos inventários patrimoniais, dos estudos conducentes aos planos pormenor, para que não se perca a noção de conjunto.

A mesma visão é enunciada por Filomena Barato na obra *A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro*, ao declarar que debater sobre *salvaguarda* consiste em debater uma complexidade de assuntos não apenas questões histórico-simbólica ou morfológico-funcional. Tal como Deolinda Folgado, Barato também considera a Carta de Cracóvia de 2000 como um documento essencial a ter em conta, em específico o artigo 11º: *“A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades”* (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 4). *“ (...) É exatamente nesse balanço dialético entre o ontem e hoje (logo o amanhã), que julgo que se devem tentar balizar as nossas decisões”* afirma por último (Barato, 2004, p. 18).

3. O caso de estudo: Setúbal

3.1. A indústria conserveira e o desenvolvimento da cidade

A história da cidade de Setúbal é indissociável da indústria conserveira. Nas palavras de Albérico Afonso e Carlos Mouro, “*a economia, a população, os valores culturais e, mesmo, o traçado urbano, seriam outros se esta atividade não tivesse aqui florescido*” (1990, p. 1). A fábrica estimulou o crescimento da cidade rural e piscatória durante a passagem do século XIX para o século XX, marcando profundamente o território e a economia de Setúbal. A presença de uma comunidade piscatória conhecedora da tradição secular da salga e de preparados de peixe esteve na génese deste desenvolvimento que atingiu o seu apogeu nos anos 20, período que chegou a contar com cerca de cento e trinta unidades conserveiras em funcionamento¹⁵ (Fernandes, et al., 1988).

A expansão da cidade oitocentista tem a sua génese no êxodo rural, facto anteriormente analisado e defendido por Lewis Mumford na obra *The City in the History – its transformations, and its prospects*. Joaquina Soares (1989) explicita esse desenvolvimento ao analisar os recenseamentos da cidade de Setúbal no período estabelecido entre 1864 e 1930, comprovando, dessa forma o gradual aumento do número de habitantes. Esclarece, ainda que as freguesias Nossa Senhora da Anunciada e São Sebastião, zonas periféricas, exibem um nítido crescimento habitacional pela ocupação da população operária, facto que despoletou a deslocação da burguesia comercial e industrial para as freguesias centrais, como se observa na freguesia de Santa Maria aquando da construção do Bairro Salgado

¹⁵ Na comunicação “*O futuro do pôrto de Setúbal como pôrto comercial, industrial e de pesca*” de 1931, A. Perestrelo documenta, que o número aumentou de 80 para 160 (Perestrelo, 1931).

e da Estação de caminhos-de-ferro. Tanto a análise da cidade de Setúbal apresentada por Joaquina Soares como por Ana Alcântara (2010) assenta bem nos modelos citados por Deolinda Folgado, respeitantes à implementação da fábrica na cidade, matéria essa referenciada no primeiro capítulo da presente dissertação. As unidades conserveiras foram sendo estabelecidas na sua maioria nas periferias de Setúbal, zona oriental e ocidental. Ao serem articuladas com o aparecimento da linha-de-ferro, em 1860, e com o desenvolvimento de novos bairros, normalmente destinados ao operariado¹⁶, consolidaram novas centralidades e expandiram significativamente os limites da cidade.

Segundo as investigações de Ana Alcântara em *A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)* e de Alho & Mouro em as *Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal*, a implementação da primeira fábrica desta indústria data de 1854. Alho & Mouro definem quatro períodos de evolução desta indústria baseando-se em dois critérios, a evolução de diferentes técnicas e o ritmo de implementação das fábricas no tecido urbano. O primeiro período é referente à época anterior a 1855 e distingue-se pelos seus métodos de conservação arcaicos (prensagem e salga do peixe seguido do acondicionamento em barricas) introduzidos pelos romanos. Não existe, contudo, continuidade entre a exploração do período romano e do século XIX. O segundo período, 1855 a 1880, assinala o início da atividade conserveira pelo método de esterilização através do calor, inventado pelo francês Nicolas Appert. Embora o pioneirismo desta indústria se atribua a Feliciano António da Rocha e Manuel José Neto esta evolução técnica foi protagonizada por industriais franceses. Esta técnica, apesar de bastante sucedida, não chegou a alcançar a produção conseguida

¹⁶ O primeiro bairro para operários, o Bairro Batista, estabelece-se nos anos 90, a norte do centro histórico. Ainda na mesma década inicia-se a construção do Bairro Salgado, construída pela burguesia industrial na freguesia de Santa Maria (Soares, 1989).

no terceiro período conseqüente do aumento do número de fábricas. Alcântara refere que neste intervalo foram fundadas apenas seis fábricas e pertenciam apenas a um ou dois proprietários (2010). De 1880 até aos anos 20 a cidade apresenta um carácter mono industrial, com o aumento significativo das unidades fabris devido à grande procura do mercado externo durante a I Grande Guerra Mundial. Este período é também assinalado do ponto de vista tecnológico, com a introdução do vapor na cozedura do peixe e da máquina cravadeira para a mecanização do fecho das latas de conservas. O número de fábricas estabelecidas em Setúbal aumentou de 80, situação referente ao pré-grande guerra, para 130, refere Soares (1989). No entanto, devido à falta de investimento e ao “*acentuado imobilismo tecnológico*,” estas apresentavam-se como edifícios verdadeiramente precários onde faltavam condições de trabalho. (Soares, 1989).

O quarto período não foi abordado por Alho & Moura, porém, autores como Joaquina Soares e Álvaro Arranja (1988) contextualizam-no entre 1930 e 1960. Apesar do inesperado e descontrolado crescimento, indústria conserveira e a pesca começam a ressentir-se na segunda metade da década de 1920 a. A alteração das políticas económicas e de produção¹⁷ estabelecidas pelo novo regime político autoritário, Estado Novo, leva à diminuição do preço do pescado e da exportação de conservas.

Em 1931, o número de fábricas decresceu para 64 (Perestrelo, 1931), o que conseqüentemente incitou miséria e fome. Observam-se, assim os primeiros indícios da crise económica da década de 1930 que se fez sentir em todo o mundo. Todavia, a posição neutra que Portugal assume na II Guerra Mundial restituiu, embora momentaneamente, a distinta produção desta indústria com o aumento

17 O decreto 15 581, de 19 de Maio de 1928, proíbe a instalação de fábricas de conservas (Soares, 1989).

da exportação de conservas. Porém, em Setúbal estes efeitos foram atenuados pela transferência, durante os anos 30, das unidades industriais para outros centros conserveiros. Detendo nesta fase, Matosinhos a primazia de maior centro conserveiro do País. Durante o período entre 1945 até 1960, assistiu-se na cidade do Sado à sistemática mudança dos proprietários das fábricas, as firmas setubalenses foram sendo substituídas por outras sediadas em diferentes pontos do país. O declínio gradual do número de fábricas, assim como o atraso tecnológico e a concorrência de outros países no período pós-guerra, como Marrocos, agravaram a crise já instalada, obrigando à cessão de atividade, o que conseqüentemente provocou o desaparecimento na íntegra da indústria conserveira em Setúbal.

3.2. Inventário das unidades conserveiras

As sociedades ou firmas industriais que noutros tempos potenciaram esta indústria já não se encontram em Setúbal, e das fábricas pouco resta. Efetivamente, a grande maioria das unidades conserveiras já se encontram demolidas ou em processo de demolição, bem como os seus arquivos administrativos, dificultando a recuperação da informação referente a estas sociedades.

O inventário apresentado em anexo (*Tabela 1*) tem, como já explicado anteriormente, o objetivo de dar a conhecer os vestígios destas unidades. A identificação, o registo, a categorização e a caracterização deste património constitui os vários momentos dos processos de salvaguarda e que se prolongam além do tempo estabelecido para este trabalho. Os elementos resultantes deste inventário são os seguintes: tabela (anexo I); plantas, cortes, alçados de obras de algumas fábricas deste quadro, acompanhados pelas suas respetivas memórias descritivas (anexo VI e VII); mapas de localização (anexo II e III); fotografias da época (anexo V) e fotografias do estado atual das fábricas (anexo IV).

O inventário pretende dar continuidade ao trabalho realizado por Ana Alcântara em *A Indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)*, onde foram inventariadas as unidades conserveiras da cidade. O período cronológico aqui estudado inicia em 1924 e prolonga-se até 1994, data das últimas escrituras no Fundo do Cartório Notarial de Setúbal, consultado no Arquivo Distrital de Setúbal.

Trata-se dos vestígios da indústria maioritariamente da segunda metade do séc. XX (fase neotécnica), tendo-se inventariado 71 sociedades industriais conforme lista a tabela, anexo I. A cada firma foi atribuído um número, primeira coluna da tabela, identificado também nos elementos gráficos e fotográficos e documentos escritos apresentados em anexo (anexo IV a VII). Neste sentido, a tabela aqui produzida funciona como uma base que permite reconhecer outros registos das mesmas sociedades.

Em cada linha da tabela identifica-se a sociedade, a sua respetiva data de fundação e de dissolução, a (s) fábrica (s), o tipo de conservas produzidas e a sua localização. Esta informação foi, maioritariamente, recolhida como referido no arquivo distrital de Setúbal. Porém, o facto da sede das sociedades conserveiras, com fábrica em Setúbal, se situarem, por vezes, noutros locais do país, origina que as suas escrituras se encontrem também em diferentes cartórios. Esta inexistência de informação aliada por vezes à ausência de detalhe e exatidão proveniente das fontes, impossibilitou o preenchimento da totalidade da tabela. Neste sentido, foi feita uma pesquisa em paralelo, em revistas e cartografia do Porto de Setúbal (Cartografia 2, Cartografia 3) que possibilitou encontrar a localização dessas fábricas ou a data em que iniciaram atividade.

Verificou-se, na pesquisa realizada, uma sistemática mudança de sócios nas firmas e venda constante

destas unidades entre industriais. De forma a esclarecer os pormenores relativos a estas alterações tornou-se necessária a criação de um tópico de observações que abordasse as questões relativas a esta matéria.

De forma a completar o inventário, elenca-se as fontes documentais consultadas, em texto e em imagem, sendo que todos os documentos gráficos se encontram em anexo no presente trabalho, para cada sociedade. Descrevem-se, ainda, de forma sucinta os vestígios que ainda se encontram dessas fábricas, observados de forma direta. Foi feita uma reportagem fotográfica, anexo IV, mas que não contempla a totalidade das fábricas.

Por fim, foi elaborado um mapa a partir deste quadro que mostra a localização das fábricas inventariadas através dos números de cada sociedade (primeira coluna da tabela, anexo II).

3.2.1. Análise de dados

Importou a par da informação recolhida, enquadrar e contextualizar algumas das conjunturas políticas da época. O período aqui inventariado divide dois momentos da indústria, ambos definidos por Deolinda Folgado e Alho & Mouro, sendo que os segundos autores retratam em específico a indústria conserveira. Folgado refere, como mencionado no primeiro capítulo, que o período da indústria neotécnica é atribuído, principalmente, ao espaço de tempo delimitado entre a década de 30 e a década de 60 do século XX. O que permite reconhecer o período anterior, referente ao período paleotécnico, entre a década de 80 do século XIX e a década de 30 do século XX. Alho & Mouro delimitam, relativamente à indústria conserveira, quatro períodos referentes à evolução de diferentes técnicas e ao ritmo de implementação das estruturas fabris na cidade. De 1880 até ao

final da década de 20 do Século XX institui-se o terceiro momento sendo que da década de 20 até à atualidade se estabelece o quarto.

As balizas temporais definidas estão diretamente associadas ao desenvolvimento da tecnologia, onde a forma de produzir e a substituição da energia a vapor para energia elétrica, determinou alterações territoriais, sociais, tipológicos e arquitetónicas. Contextualizar os caminhos da indústria conserveira, prevê compreender o enquadramento histórico-político do país. É justamente na década de 30 que decorre a implementação do Estado Novo tendo-se por isso definido dentro do período de 1924-1994, dois momentos: 1924-1933 e 1933-1994. A data de 1933 fixa o momento da Constituição desta nova política.

3.2.1.1. Análise cronológica

A 1ª República é marcada pela falta de organização da fábrica enquanto elemento urbano, pelas condições precárias do operariado e pela despreocupação quanto à qualidade formal dos edifícios fabris, representando isto um problema para o regime. Importou portanto, num primeiro momento estabelecer novos valores sociais e económicos e evitar o crescimento da indústria e da classe operária. Folgado afirma que “*neste primeiro tempo, onde se afirmou o interesse nacional e um Estado forte, com reflexos na organização e coordenação das actividades económicas, não se definiu uma clara concepção para a implementação da indústria em Portugal*” (2009, p. 89). A indústria conserveira dependia assim de uma numerosa mão-de-obra com baixos salários e reproduzida por

modelos arcaicos de produção¹⁸. Como vimos em *A indústria conserveira e o desenvolvimento da cidade*, através das políticas económicas da Ditadura Nacional (1926-1933) proíbe-se a implantação de mais fábricas na cidade e reduz-se o preço de venda do pescado e das conservas.

Embora não tenha sido possível adquirir todas as datas de fundação e dissolução das sociedades como teria sido desejado, foi possível confirmar que a indústria conserveira se ressentiu na década de 30. Contabilizou-se na tabela, segundo o enquadramento acima definido, a existência de 50 fábricas em atividade no primeiro momento, das quais se tem conhecimento que três cessam a produção dentro desse mesmo período, e apenas 21 são fundadas a partir de 1933. O número reduzido de fábricas no segundo período pode também ser explicado pela Lei nº 1956, da década de 30, implementada pelo Estado Novo (1933-1974), que afirma que só com uma autorização prévia por parte do Estado é que uma sociedade de qualquer indústria podia atuar, instalar-se, ser vendida, fazer alterações na sua fábrica, ou maquinaria (Folgado, 2009, p. 94).

Registou-se, ainda que entre os anos 30 e 60, 19 das 54 unidades conserveiras¹⁹ param a sua produção. As restantes 35 suspendem atividade até à década de 90. Verifica-se, em ambos os períodos uma constante mudança dos proprietários, as novas firmas proprietárias, na maioria das vezes já possuíam fábrica noutros locais do país.

¹⁸ É importante referir que nesta altura a Europa e os Estados Unidos já se encontravam na fase neotécnica e seguiam os valores do movimento moderno.

¹⁹ Não entraram na contagem as fábricas das quais não se tem referência.

3.2.1.2. Obras de requalificação das unidades conserveiras

“Até à guerra, assiste-se à progressiva concentração dos operários em grandes unidades de produção, à reorganização do trabalho e à introdução de maquinaria rudimentar. Durante a guerra este processo acelera-se. Os industriais investem mais na mecanização. Nos anos vinte, à medida que o mercado de trabalho contrai, devido à própria redução das vendas e da produção, a mecanização e a eliminação do trabalhador qualificado surgem com maior acuidade” refere Pereira (2013, p. 177).

Contudo, durante a década de 30 ainda proliferavam fábricas de pequena dimensão com um reduzido número de operários, por toda a cidade. Face a esta situação surge o conceito a *dimensão é mínima*, em 1944. Este conceito definia que uma indústria alcançava dimensão mínima quando alcançasse determinada capacidade de produzir e exibisse melhoria na qualidade dos processos tecnológico, dos equipamentos e da gestão. Este arquétipo promovia, assim uma fábrica mais competitiva, que gerava mais capital. Deste modo, a indústria cumpria um dos modelos corporativos do Estado – a utilidade social – afirma Folgado.

“A qualidade, a modernização, a concentração, a dimensão mínima da indústria dependiam da incorporação de um conjunto de inovações tecnológicas, de práticas, nomeadamente da modernização do equipamento; da adopção da base científica da produção (onde a ciência é aplicada à indústria); na especialização; na normalização da produção; na arquitectura e na limpeza dos edifícios industriais e na qualificação da mão-de-obra” (Folgado, 2009, p. 100).

É necessário salientar que desde a primeira Guerra Mundial se reivindicava, pelos sindicatos, a melhoria das condições de trabalho e melhores salários.

É precisamente num contexto de maturação da indústria que começam a surgir as primeiras preocupações por parte dos industriais, com as questões formais, higienistas e do equipamento. Graças à lei nº1956 que obrigava ao pedido de licenças, foi possível encontrar no A.D.S. diversos projetos de obra referentes a 15 fábricas, todas inventariadas no quadro. Os processos de obras são referentes ao período entre 1935-1945 e constituem um importante documento para a inventariação das fábricas conserveiras de Setúbal. Consistem em desenhos à escala, necessária para registo de alterações propostas, acompanhadas das uma planta de implantação, que ajudou em muitas situações a identificar, no mapa realizado neste trabalho, a localização.

Embora não seja objeto deste estudo a análise detalhada destes documentos, importa salientar que os projetos de obras realizados assim como as memórias descritivas mostram já o início do pensamento moderno. Algumas empresas industriais, como Établissements F. Delory (*Documento 1*); Marques, Neves & C^a, Lda. (*Documento 2, Documento 3*); F. M. Lino da Silva, Lda. (*Documento 6, Documento 7*); Santos, Gomes, Gamito & C^a, Lda. (*Documento 9*); Conservas São Pedro, Lda. (*Documento 11*); Benzinho, Lda. (*Documento 12*); Alberto Soares Ribeiro, Lda. (*Documento 13*); Manuel José Joaquim, Lda. (*Documento 14*), mostraram cuidados com o aspeto funcional e formal da fábrica. Procuravam sobretudo a ampliação das suas unidades e uma melhoria das instalações, tendo em consideração aspetos como a iluminação e ventilação, a utilização de materiais construtivos como o ferro, o vidro e o betão ainda que em soluções aparentemente simples e tradicionais, e ainda a correta adaptação do espaço às diferentes funções. Embora argumentassem, na sua maioria, que as alterações propostas iriam melhorar a envolvente urbana da cidade. Destaca-se a fábrica de Marques, Neves & C^a, Lda. (Figura 24; Figura 25; Figura 26; Figura 27; Figura 50; Figura 51; Figura 52) que já em 1942 refletia a procura por *“linhas que permitissem simplicidade não isenta de elegância”* de modo a apagar o aspeto abarracado e pobre da fachada antiga. A firma de Alberto Soares Ribeiro, Lda. constitui um

forte exemplo no esforço de dignificar os espaços industriais através de equipamentos sociais. De facto, propôs em 1943 a instalação de uma creche, anexa à fábrica, para os filhos das operárias que lá trabalhavam.

Como se referiu, estas obras refletem também a melhoria das condições de salubridade, pois existiam ainda, em número elevado, fábricas sem instalações sanitárias. Nestes casos, as entidades oficiais como a Direção Geral da Indústria pressionavam à construção de instalações sanitárias e de balneários. A firma União Industrial de Conservas, Lda. (Documento 4, Documento 5), Alves, Mendanha & C^a, Lda. (Documento 8) e Gandara, Haz, Rábago & C^a. (Documento 10) são alguns desses exemplos.

3.2.1.3. Obras do Porto de Setúbal

A constituição política, de 11 de Abril de 1933, consolidava um ideal intervencionista e regulador dos aspetos sociais e económicos do país. Promovia-se o progresso, através da estruturação de várias áreas consideradas prioritárias pela Lei n^o 1914, de 1935, das quais se destacam os portos comerciais e de pesca, já anteriormente favorecidos pela lei dos portos de Dezembro de 1926, a rede elétrica nacional e as redes de caminhos-de-ferro.

Em 1926 é feito um estudo técnico para o projeto das obras do porto de Setúbal, apresentado ao então Ministro do Comércio e Comunicações a 2 de Abril 1927. Nesse documento é referido que *“Setúbal não pode viver como até aqui, unicamente adstricta á indústria das Conservas, tão contingente – e precisa de procurar novos meios de acção, que a sua privilegiada situação facilmente lhe proporcionará”* (Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, 1928). Porém, não foi possível o Estado financiar tais obras pelo que ficou acordado que se realizariam

posteriormente. A planta geral da Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal, (Cartografia 2), ilustra as fábricas existentes no ano de 1933, assim como as alterações propostas para as obras do Porto de Setúbal, iniciadas antes de 1931 refere o Engenheiro Perestello a propósito de *O futuro do pôrto de Setúbal como pôrto comercial, industrial e de pesca* (1931).

Como se observa nesta mesma planta, a nova reconfiguração do Porto propunha a transferência das fábricas localizadas na área central, perto do centro histórico, para a zona poente. Contudo, essas alterações não foram executadas, pois ainda hoje, como se observa no mapa (anexo II), encontramos vestígios das unidades conserveiras no centro de Setúbal. Integram esse conjunto a fábrica de Sociéte des Etablissements F. Delory²⁰ (Documento 1; Figura 44; Figura 45; Figura 46; Figura 47; Figura 48), a fábrica Aurora de Alves, Mendanha & C^a, Lda (Documento 8; Figura 60) que se apresenta abandonada e em elevado estado de degradação (Figura 17; Figura 18; Figura 19), e a fábrica de João C. Gargalo & Herdeiros, Lda que apesar de ocupada patenteia um moderado estado de degradação (Figura 17; Figura 19).

3.2.1.4. Os vestígios das fábricas conserveiras

Retratar os vestígios da arquitetura industrial em Setúbal é hoje falar numa memória que paulatinamente se apaga. Embora a cidade se tenha afirmado verdadeiramente como um sólido polo industrial no início do Século XX, organizador e grande motor de desenvolvimento da urbe sadina, hoje assistimos a uma constante degradação física, ou mesmo à perda efetiva destas antigas unidades conserveiras. Nas freguesias urbanas do extremo ocidental e oriental da cidade,

²⁰ Embora este inventário não reporte a nível fotográfico o estado atual, sabe-se que esta fábrica ainda permanece.

respetivamente, Nossa Senhora da Anunciada e São Sebastião, outrora áreas fortemente ocupadas por infraestruturas fabris e habitacionais associadas à indústria conserveira, restam ruínas mas sobretudo chaminés que marcam a paisagem.

Apesar do inevitável declínio do sector industrial como aconteceu na grande maioria das economias mundiais, é difícil de compreender a ausência de inventários, a dispersão de registos e documentos ou até mesmo a destruição de vestígios edificados, sem que se tivesse acautelado uma prévia apreciação do seu valor patrimonial. Como referido, no capítulo 1, em *A implantação da fábrica na cidade*, estes vestígios são “*como elementos constituintes de uma imagem urbana com significado e valor*” (2010, p. 50).

Analisou-se a coluna *estado atual* da tabela apresentada neste trabalho, através da qual se percebeu que as unidades conserveiras inventariadas se dividem em três grupos²¹: edifícios que ainda persistem; edifícios demolidos; e, por último aqueles que não foi possível localizar. Contabilizou-se, que 33 edifícios de um total de 71 ainda fazem parte do tecido urbano de Setúbal, 18 foram destruídos e 15 não foi possível encontrar a sua localização. Analisando os 33 que ainda persistem, 17 edifícios encontram-se ocupados por outros usos²² (Figura 22; Figura 23; Figura 24; Figura 25), não se podendo confirmar se ocupam na íntegra as antigas instalações fabris, os restantes 16 encontram-se em ruína.

21 Cerca de oito sociedades das setenta e uma não entram na contagem, uma vez que as suas instalações foram posteriormente ocupadas por outras firmas.

22 Não é possível confirmar se ocupam na íntegra as antigas instalações fabris, uma vez que não se sabe, na maioria dos casos, o aspeto exato da fábrica ou os edifícios que ocupava.

Não existe qualquer projeto de salvaguarda e/ou valorização dos vestígios das indústrias conserveiras de Setúbal²³. Contudo, o terceiro ponto do artigo 3º da Lei de Bases do Património Cultural é dito que, “*o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais*” (Diário da República nº 209/1 - I Série A, 2001).

Não pretende este trabalho tomar decisões sobre se se devem ou não manter os vestígios inventariados, consiste somente na junção de diversos documentos que relatam esta indústria que se encontravam, até à data dispersos por vários arquivos. As reflexões aqui expostas não desejam por isso, em situação alguma ditar uma opinião redutora do valor destes vestígios, servem unicamente aquilo que o nome indica, pareceres que poderão ou não ajudar as entidades responsáveis pelo património e as autarquias locais a tomar decisões refletidas sobre a cidade e o seu património.

Observe-se, então o número excessivo de destroços industriais que caracterizam a cidade. A modernização trouxe consigo o abandono, a obsolescência, o silêncio, a destruição. Os vestígios que ainda perduram são, atualmente, locais de lixo, despojados do seu equipamento, marcados pelo desmazelo e pela voz do vento, a única que ainda lá reside. São como memórias fragmentadas, onde a maioria já nem permite apreender a fábrica no seu aspeto físico. Assim, o revelam as fotografias aqui presentes (Figura 2; Figura 3; Figura 4; Figura 5; Figura 6; Figura 7; Figura 12; Figura 13; Figura 18; Figura 19; Figura 20). Ainda, assim co-habitam com o tecido urbano envolvente, que lhes nega qualquer importância. Isolados na cidade tornam-se elementos desconexos que poucos conseguem compreender ou,

23 Informação oral da arquiteta da Câmara Municipal de Setúbal Maria de Jesus Banza.

mesmo dar valor. É certo que muitas destas unidades já caducaram, no seu lugar estão vazios urbanos (Figura 7; Figura 10; Figura 11; Figura 14; Figura 15; Figura 16), que se tentam esconder com pequenas intervenções que pouco melhoram a situação atual (Figura 8). Porém, paradoxalmente algumas estão envoltas numa neblina de simbolismos, e representam como explicado as grandes mudanças económicas, sociais, arquitetónicas, técnicas e territoriais desta cidade.

Acredita-se que um ou outro caso deva aqui ser referido. Certamente a fábrica Vasco da Gama (Figura 43; Figura 44) praticamente isolada no lado nascente da cidade, possa constituir um exemplo de salvaguarda desta indústria. Ainda de pé, esta fábrica foi a última a cessar atividade. Exteriormente, o seu aspeto imponente, embora abandonado marca a Estrada da Graça. É possível ler na fachada os grandes janelões (Figura 2), assim como os azulejos com o nome da fábrica (Figura 3). No seu interior, ainda se podem encontrar as colunas que suportavam a cobertura (Figura 4; Figura 6), as bancadas da secção de enlatamento (Figura 5), a chaminé e o reservatório (Figura 2).

A pesquisa realizada permitiu perceber que a fábrica de Viegas & Lopes (Figura 26; Figura 27; Figura 28; Figura 29) tem importância histórica. Atente-se a nota de Américo Ribeiro:

“ Visitaram Setúbal alguns operários alemães da organização Força pela Alegria. Cerca de 60 pessoas, de ambos os sexos, que visitaram os arredores da cidade onde gostaram da Serra da Arrábida. Foram recebidos na fábrica José Viegas, ou Viegas & Lopes, onde tiveram uma recepção e foi servido um Moscatel de Setúbal com diversas conservas da fábrica. Também vieram importadores alemães e jornalistas.”²⁴

24 Nota de Américo Ribeiro que acompanha a sua reportagem fotográfica à fábrica Viegas & Lopes. In Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro [Acessível na Casa Bocage].

Hoje, as suas fachadas estão entaipadas²⁵ e o seu futuro não parece promissor (Figura 13; Figura 14; Figura 18).

Infelizmente, não foi possível encontrar mais informação sobre estas fábricas para além daquela já exposta no quadro, fotografias do tempo em que ainda funcionava, ou do levantamento fotográfico do seu estado atual. Seria imperioso não ser feita uma reflexão e pesquisa sobre o real valor destas unidades, antes de serem tomadas medidas sobre o seu destino. É necessário salientar que embora não tenha sido possível inventariar mais situações neste trabalho, assegura-se que existem mais unidades fabris nestas circunstâncias.

25 À data de início deste trabalho (Setembro de 2014) ainda era possível entrar nas ruínas desta fábrica.



Figura 26 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930. AR395 A, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura13 Número 6 - Fachada da fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda..



Figura 44 Número 69 - Fábrica de conservas Vasco da Gama. Aspeto exterior, 1972. AR14592, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 2 Número 69 – Vista geral da fachada da fábrica de conservas Vasco da Gama.

3.2.1.5. As chaminés de tijolo

Quando as unidades fabris caem em ruína, as suas chaminés resistem à passagem do tempo (Figura 9; Figura 17) e por isso adquirem um valor significativo remanescente da atividade que outrora fizeram parte e são em certa medida um ícone da respetiva indústria conserveira. Como referido anteriormente pontuam a paisagem urbana, entre edifícios de habitação, como é o caso da Rua Camilo Castelo Branco (Figura 15), ou em zonas amorfas (Figura 7), nas quais apenas se sente a presença dos vestígios das antigas fábricas, como por exemplo na Estrada da Graça. Em ambos os casos apresentam-se desintegradas da malha urbana, resultado de um crescimento urbano pouco acautelado no que respeita ao seu valor patrimonial.

O artigo *Chaminés de alvenaria de tijolo: Sistema construtivo de chaminés para fábricas no Porto entre o século XIX e XX*, refere que as chaminés eram na sua maioria construídas por operários, mestres-de-obras ou fabricantes de tijolo, o que levou esse conhecimento a ser transmitido apenas verbalmente. De uma forma geral contruíam-se de duas formas, pelo interior ou pelo exterior. As chaminés construídas pelo interior foram inspiradas nos modelos ingleses e franceses, e eram edificadas com vigas de ferro atravessadas por dentro e onde se colocavam os andaimes para trabalhar. A construção pelo lado exterior, menos utilizada, consistia em andaimes feitos de pranchas de madeira cruzadas colocadas até à altura necessária (Costa, et al., 2014). Recorrendo à explicação apresentada e observando as chaminés da cidade sadina, reconhece-se que a maior parte possui uma base de planta quadrada e o fuste, corpo central, tem uma forma tronco-cónica. Esta opção para além de ser mais económica oferece mais resistência ao vento e ao movimento dos gases. Este processo de construção oferece à chaminé uma enorme resistência, facto que garantiu a sua permanência ao longo dos anos. No entanto, embora muitas chaminés se encontrem ainda de pé

nos dias de hoje, o estado da sua conservação é questionável porque na sua maioria patenteiam grandes problemas de estabilidade com grandes fissuras decorrentes da falta de manutenção.

As razões que levam à destruição completa das unidades fabris são as mais diversas, contudo as chaminés parecem incólumes a todas essas ações. Apesar de não se ter chegado a uma conclusão consensual sobre a sua permanência, desconfia-se que a ação do tempo será determinante na decisão. Isto é, por falta de consciência das comunidades envolventes deste tecido fabril e a sua *cegueira* sobre o valor deste património como bem cultural e comum, aliada ao desgaste do tempo que leva à ruína inevitável da área industrial, define em última instância, que a única opção viável seja a destruição de tudo exceto a chaminé da unidade fabril. Em *Portugal em ruínas* é esclarecido, como anteriormente referido, que “*as ruínas com acúmulo do tempo de abandono, deixam de ser recuperáveis e passam a ser «não-lugares sem memória»*” (Silva, 2014, p. 44). É esta «desculpa» que confirma na maioria dos casos a demolição.

Promove-se o progresso e a modernidade, mas descura-se o testemunho da memória. Se é certo que em muitos casos, a substituição do edificado é uma mais-valia para a cidade, a verdade é que em Setúbal, na zona oriental, a demolição dá lugar a vazios sem sentido. E no entanto as chaminés mantêm-se. A razão da sua conservação está na resistência como já foi referido mas também na estética que lhes é inerente. Surgem num número extenso, em tecidos urbanos regenerados mas dos quais não fazem parte, apresentando-se por isso como fragmentos urbanos de uma memória quase ausente. Paradoxalmente a consciência que apela à sua conservação pela sociedade, não está presente aquando da sua integração na nova malha urbana, o que suscita questões sobre o real valor destas estruturas.

A análise desenvolvida tentou perceber se a sua presença, apesar de desintegrada da fábrica, evoca por si só a memória social e cultural desta indústria e a transporta às gerações mais recentes que não a presenciaram. Pretende-se apenas perceber aquilo que representam e a forma como devem ser observadas antes de se decidir sobre o seu destino. Conclui-se que uma chaminé não representa por si só a unidade fabril e contudo permanece ainda assim como um estandarte à indústria conserveira, um farol, que ilumina o passado de uma vasta indústria local, composto por aspetos sociais, arquitetónicos, territoriais e tipológicos, os quais a chaminé isoladamente não permite identificar, ainda que possua valor arquitetónico pela sua construção. É na charneira destas duas noções que as chaminés de Setúbal se erguem na atualidade.

Considerações finais

O universo industrial considerado neste trabalho não pôde separar-se da realização de um inventário. A falta de estudos sobre a indústria conserveira de Setúbal provocou, certamente, a destruição de muito deste edificado. Neste paradigma, reconhece-se a aceleração do progresso tecnológico e a inerente modificação do significado social, económico e cultural da fábrica, no entanto o desenvolvimento urbano da cidade não tem acautelado, até aos dias de hoje uma preservação efetiva desse legado.

A síntese inicial, relativa a um panorama internacional, permitiu compreender, num primeiro momento, de forma generalizada o desenvolvimento da fábrica na cidade, desde os seus momentos de glória, onde passou a integrar o pensamento cultural, à desconsolada realidade, na qual é constantemente esquecida. A dinâmica da fábrica na cidade quando ainda se encontrava em atividade, trouxe consigo valores e simbolismos que não puderam ser ignorados pelas cartas e documentos patrimoniais. Embora ainda seja de difícil aceitação o património industrial mais recente, da segunda metade do século XX, e o número de vestígios industriais seja ainda muito reduzido em relação ao património antigo, começa agora, muito lentamente a integrar o pensamento cultural.

As questões relacionadas com o processo de seleção de bens patrimoniais, em especial com a musealização excessiva, foi de enorme relevância para demonstrar que defender uma ponderação sobre o património industrial não é incentivar a salvaguarda a todo o custo. Seria tirar o valor ao património se toda a fábrica merecesse prevalecer à regeneração do tecido urbano, uma vez que mitos destes testemunhos já caducaram. Contudo, a fábrica faz parte da nossa memória, valores

afetivos que não podem ficar incógnitos ou incorporar a *memória não autorizada*.

O modo como Portugal aderiu ao conceito de património industrial, evidencia-se num tempo mais tardio que os Estados Unidos ou, mesmo a restante Europa. Todavia, esse atraso deve-se à também demorada evolução da fábrica e dos processos de produção e, ainda ao primeiro esforço, durante o Estado Novo, direcionado para a primeira grande ação de salvaguarda dos Monumentos Nacionais, através das intervenções da DGEMN. É através do análise do processo de salvaguarda de bens patrimoniais que se entende que a investigação aqui realizada não poderia, dentro do tempo delimitado, alcançar a desejada caracterização e categorização dos vestígios inventariados, uma vez que se trata de um processo longo e exaustivo. Ainda assim delinearam-se os critérios de classificação de casos industriais. Percebeu-se que Portugal, como todos os outros países começou por eleger os edifícios industriais apenas tendo em consideração o seu valor formal. Atualmente reconhecem-se outros valores, como o cultural, social, histórico ou mesmo territorial como expressa a Carta de Cracóvia, de 2000.

A edificação da indústria conserveira em Setúbal alterou sem dúvida aspetos territoriais, económicos e sociais desta cidade. Durante os anos que se seguiram à I Grande Guerra Mundial esta indústria intensificou-se, sendo a principal fonte de rendimento para a cidade, impulsionando o êxodo rural que permitiu um crescimento exponencial da cidade. Na década de 30 o cenário foi outro, e esta indústria entrava em claro declínio. Almejou-se a qualificação da fábrica, com o propósito de combater a sua desorganização na cidade, assim como a sua precariedade. Surge desde cedo, por parte do Porto de Setúbal, um esforço de retirar da sua zona central as fábricas que aí se instalavam, ainda que sem sucesso. Neste mesmo contexto, surgiram ainda projetos de obra que promoviam a melhoria da

fábrica a nível formal, funcional com a atualização da maquinaria, social (melhoria das condições de trabalho para os operários) e higienista. Contudo, os números da indústria conserveira continuaram a decrescer. Hoje, encontra-se em Setúbal um número excessivo de ruínas fabris.

O inventário realizado permitiu apreender setenta e uma sociedades que possuíram fábrica em Setúbal, no período de 1924 a 1994, e localizá-las num mapa. Foi possível constatar que dezasseis unidades conserveiras se encontram num estado devoluto, resistindo, na maioria dos casos, as suas chaminés. Não merecem estas ruínas alguma consideração antes de se proceder a uma destruição pouco refletida que apenas traz vazios urbanos. A vocação da fábrica perdeu-se, mas é importante racionalizar o seu valor e compreender as histórias que contam. Estas espelham em Setúbal uma cidade que noutros tempos se apresentou como um verdadeiro polo industrial alterando de forma significativa o seu território, e são também retrato da decadência física que se seguiu por imposição da mudança social e económica do próprio país. A chaminé afirma-se dentro do mesmo critério, representa um estandarte da memória da indústria conserveira, mas não consegue por si só transmitir os aspetos sociais, funcionais e a implantação da fábrica no território. Assume-se, assim que a sua reflexão é de extrema relevância antes de se ditar o seu destino, tendo em consideração a sistemática destruição deste património que se tem verificado nestes últimos anos.

O propósito de refletir, compreender e contextualizar esta indústria contribui para o reconhecimento da cidade de Setúbal e do seu património industrial. Se a análise desenvolvida pretendeu identificar e registar os vestígios da fábrica conserveira através de um olhar plural, contribuindo para o conhecimento deste vasto universo, ainda fica por realizar uma categorização e caracterização detalhada de cada unidade, avaliando o seu valor individual, e refletir sobre as perspetivas de salvaguarda, identificando o que deve ou não ser conservado. Assume-se, claramente que estas devem ser continuadas de

forma de a completar o processo de salvaguarda do património arquitetónico aqui investigado.

Conclui-se desta forma que a tabela realizada procurou demonstrar e catalogar o edificado da indústria conserveira de Setúbal a partir dos anos 20, de forma a ser um complemento para futuras reflexões sobre a sua salvaguarda, bem como criar uma base sólida de informação que possa futuramente ser consultada.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia geral

Alcântara, A., 2010. A Indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854 -1914). *MUSA - Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*, Volume 3, pp. 237-246.

Alho, A. A. C. & Mouro, C., 1990. *Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal*. Setúbal, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal.

Arranja, Á., 1988. *A indústria de conservas de peixe em Setúbal (1930 -1960)*, Setúbal: s.n.

Barato, M. F., 2004. A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro. *Estudos, Património*, Volume 6, pp. 12-19.

Choay, F., 1999. *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Conferência Internacional sobre Conservação, 2000. *Carta de Cracóvia 2000. Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Cracóvia, s.n.

Costa, A., Ornelas, C., Guedes, J. M. & Paupério, E., 2014. Chaminés de alvenaria de tijolo: Sistema contrutivo de chaminés para fábricas no Porto entre os séculos XIX e XX. *Anuário do património: Boas práticas de conservação e reabilitação.*, pp. 216-221.

Diário da República nº 209/1 - I Série A, 2001. *Decreto de Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro*. Lisboa: Assembleia

da República .

Direção-Geral do Património Cultural, s.d. *Património Cultural*. [Online] Available at: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/> [Acedido em Janeiro 2015].

Fernandes, J. M., Afonso, A. & Mouro, C., 1988. *A indústria conserveira em Setúbal - Retratos*. Setúbal, Museu do Trabalho e Câmara Municipal de Setúbal.

Folgado, D., 2004. 'Memória ao Negro' ou a salvaguarda como reduto da memória. *Estudos, Património*, Volume 6, pp. 20-32.

Folgado, D., 2005. *Património industrial. Que memória? 8ª mesa-redonda da Primavera - Que conservar?*. Porto-Coimbra, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Folgado, D., 2009. "Covilhã, a cidade que também foi fábrica", A Universidade da Beira Interior e o seu papel na reabilitação e reutilização do património industrial da Covilhã. *Monumentos*, Julho, Volume 29.

Folgado, D., 2009. *A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*, Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Gracia, F. d., 1992. *Construir en lo construído: la arquitectura como modificación*. Madrid: Nerea.

Guimarães, F. R. (l. e. d., 1943. *Conservas de Portugal. número unico*, Fevereiro.

Hudson, K., 1990. *Preserving industrial monuments: What is possible and what is not. Encontro nacional*

sobre o património industrial - "Actas e comunicações." Coimbra: Coimbra editora.

ICOMOS Austrália, 1999. *Burra Charter, The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. s.l., s.n.

ICOMOS, 1964. *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*. Veneza, s.n.

Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, 1928. *Relatório e Contas 1927*, Setúbal : s.n.

Matos, A. C. d., Ribeiro, I. M. & Santos, M. L., 2003. *Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspetivas*. Porto, Museu da Indústria.

Matos, A. C. d. & Sampaio, M. d. L., 2014. Património industrial e Museologia em Portugal. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Maio/Junho, Volume III, nº5, pp. 95-112.

Mumford, L., 1961. *The City in History - its transformations, and its prospects*. England: Penguin Books .

Neto, M. J. B., 2001. *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Neto, M. J. B., 2002. Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa. *Património Estudos*, Volume 3, pp. 93-99.

Neto, M. J. B., 2006. A propósito da carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos". *Património Estudos*, Volume nº 9, pp. 91-99.

Pereira, J. D., 2013. *A produção social da solidariedade operária. O caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1910)*. s.l.:Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Perestrelo, A. d. M. C., 1931. *O futuro do pôrto de Setúbal como pôrto comercial, industrial e de pesca*. Lisboa, s.n.

Serrano, A. C. B., 2010. *Reconversão de espaços industriais em Portugal: Três Projectos de intervenção em Portugal*, s.l.: s.n.

Serviço Internacional de Museus, 1931. *Carta de Atenas (1931) - Conclusões da Conferências Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Atenas, s.n.

Serviço Internacional de Museus, 1931. *Carta de Atenas (1931) Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Atenas, s.n.

Silva, G. d. B., 2014. *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Soares, J., 1989. Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920 a 1930. *Movimento Cultural*, nº 6, pp. 98-134.

TICCIH, 2003. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*. Nizhny Tagil, s.n.

Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo do Cartório Notarial de Setúbal (A.D.S., CNSTB)

Notário privativo, Averbamento diário dos atos lavrados nas notas:

Pasta 5246, Notário Adriano de Vilhena Pereira da Cruz. Livro nº 5, 6, 7, 8, 9.

Pasta 5247, Notário Vítor Augusto Pereira Nunes, Gabriel da Fonseca, Miguel Pereira Osório de Castro. Livro nº 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23.

Pasta 5249, Notário Próspero Eugénio Correia. Livro nº 24, 25, 26, 27.

1º Cartório: Registo Diário de escrituras

Pasta 5249, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro nº 6, 7, 8, 9, 10, 11.

Pasta 8015, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro nº 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 1.

Pasta 8016, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro nº 5, 6, 9, 10, 11.

Pasta 8017, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro nº 14.

Pasta 9367, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 17, 19, 25, 26, 30, 33.

Pasta 9369, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 37, 39.

Pasta 9370, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 40.

Pasta 9371, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 47, 49, 50, 51.

Pasta 9372, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 52, 53, 54, 57.

Pasta 9375, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 70, 71, 74, 75.

Pasta 9378. Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro nº 93.

2º Cartório: Índice diário de escrituras

Pasta 5249, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro nº 2, 3, 4.

Pasta 5409 (1), Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro nº 5, 6, 7, 8, 9.

Pasta 5409 (2), Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro nº 10, 11, 2.

Pasta 5410, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro nº 3, 4, 5.

Pasta 9608, S.n. Livro nº 29, 35, 36, 38.

Pasta 9610, S.n. Livro nº 42.

Pasta 9611, S.n. Livro nº 45, 46, 47, 48.

Pasta 9612, S.n. Livro nº 52.

Pasta 9613, S..n. Livro nº 59.

Pasta 9615, S.n. Livro nº 70.

Notas para escrituras diversas

Pasta 1519, Notário Adriano de Vilhena da Cruz. Livro 168, f.l 96 –?

Pasta 1601, Notário Adriano Vilhena Pereira Cruz. Livro 178, f.l 27 v – 29 v.

Pasta 1606, Notário Adriano de Vilhena Pereira da Cruz. Livro 183, f.l 98v – 100v.

Pasta 5170, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 351, f.l 18v – 22.

Pasta 5170, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 353, f.l 30 – 33.

Pasta 5171, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 356, f.l 14v – 16.

Pasta 5173, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 371, f.l 78 – 79.

Pasta 5173, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 376, f.l 80v – 82.

Pasta 5174, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 377, f.l 11 – 12v.

Pasta 5174, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 382, f.l 33v – 34v.

Pasta 5174, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 383, f.l 48v – 50.

Pasta 5176, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 392, f.l 74 – 77.

Pasta 5177, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 397, f.l 85 – 87.

Pasta 5177, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 397, f.l 85 – 87.

Pasta 5178, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 403, f.l 13v – 16.

Pasta 5179, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 408, f.l 68 – 69v.

Pasta 5179, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 410, f.l 1 – 3v.

Pasta 5179, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 410, f.l 29 – 32v.

Pasta 5179, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 411, f.l 76v – 79.

Pasta 5180, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 414, f.l 50 – 53v.

Pasta 5180, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 418, f.l 1 – 3v.

Pasta 5180, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 418, f.l 1 – 3v.

Pasta 5180, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 418, f.l 78v – 79v.

Pasta 5191, Ajudante do notário Sebastião António de Jesus. Livro 190, f.l 11v –?

Pasta 5191, Ajudante do notário: Sebastião António de Jesus. Livro 190, f.l. 50 –?

Pasta 5191, Notário Adriano de Vilhena Pereira da Cruz. Livro 189, f.l 92v –?

Pasta 5192, Ajudante do notário Sebastião António de Jesus. Livro 195, f.l. 33v –?

Pasta 5193, Ajudante de notário Sebastião António de Jesus. Livro 201, f.l. 85v –?

Pasta 5193, Ajudante de notário Sebastião António de Jesus. Livro 201, f.l. 90v –?

Pasta 5194, Ajudante do notário: Sebastião António de Jesus. Livro 207, f.l. 91 v –?

Pasta 5195, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 117, f.l. 11-?

Pasta 5195, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 219, f.l 65v –?

Pasta 5195, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 220, f.l 76v –?

Pasta 5197, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 232, f.l 95v –?

Pasta 5197, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 232, f.l 95v –?

Pasta 5198, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 238, f.l. 65 v – 66v.

Pasta 5198, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 239, f.l 8 –?

Pasta 5200, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 254, f.l. 42 v – 44.

Pasta 5201, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 257, f.l. 48v -?

Pasta 5202, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 264, f.l. 6 –?

Pasta 5202, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 264, f.l.64 –?

Pasta 5202, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 265, f.l 59 –?

Pasta 5202, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 266, f.l. 3- 5v.

Pasta 5202, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 268, f.l. 51- 53.

Pasta 5203, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 177, f.l. 27v – 29v.

Pasta 5203, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 177, f.l. 27v – 29v.

Pasta 5203, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 177, f.l. 30 – 31v.

Pasta 5203, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 277, f.l. 38- 39v.

Pasta 5204, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 283, f.l. 36v- 38.

Pasta 5204, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 283, f.l. 61v- 63v.

Pasta 5204, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 288, f.l. 61v- 63v.

Pasta 5204, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 290, f.l. 12- 14v.

Pasta 5206, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 294, f.l. 78- 80v.

Pasta 5209, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 317, f.l. 90v- 92.

Pasta 5209, Notário Victor Augusto Pereira Nunes. Livro 318, f.l. 74- 76v.

Pasta 5210, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 321, f.l. 68v- 70.

Pasta 5227, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 89, f.l 73v – 75 v.

Pasta 5227, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 90, f.l 77v – 81.

Pasta 5228, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 94, f.l 23 – 27v

Pasta 5228, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 94, f.l 54v – 57v.

Pasta 5228, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 94, f.l 73 – 57v.

Pasta 5228, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 94, f.l 86 – 91.

Pasta 5228, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 97, f.l 91 – 94.

Pasta 5228, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 98, f.l 70v – 73.

Pasta 5229, Notário 103, Miguel Pereira Osório de Castro. Livro f.l 45 – 48v.

Pasta 5229, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 100, f.l 94 – 96.

Pasta 5229, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 102, f.l 28 – 30.

Pasta 5229, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 102, f.l 98v – 100v.

Pasta 5229, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 103, f.l 1 – 2v.

Pasta 5229, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 103, f.l 39v – 44v.

Pasta 5229, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 99, f.l 70v – 73.

Pasta 5230, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 108, f.l 10 – 15v.

Pasta 5231, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 110, f.l 90v – 96v.

Pasta 5231, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 114, f.l 3v – 7v.

Pasta 5232, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 116, f.l 27v – 30.

Pasta 5232, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 118, f.l 39v – 53.

Pasta 5232, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 118, f.l 9 – 13v.

Pasta 5233, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 126, f.l 19v – 26v.

Pasta 5233, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 126, f.l 62 – 64v.

Pasta 5233, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 126, f.l 62 – 64v.

Pasta 5233, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 128, f.l 66v – 69v.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 129, f.l 32 – 40.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 129, f.l 86v – 91.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 130, f.l 21v – 23.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 131, f.l 97v – 100v.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 134, f.l 29 – 31v.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 134, f.l 29v – 37.

Pasta 5234, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 134, f.l 38 – 44.

Pasta 5235, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 140, f.l 37 – 39.

Pasta 5235, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 142, f.l 57v – 62.

Pasta 5367, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 178, f.l. 97v – 100v.

Pasta 5369, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 184, f.l. 2 – 8.

Pasta 5370, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 192, f.l. 24 – 28.

Pasta 5370, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 192, f.l. 24 – 28.

Pasta 5370, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 193, f.l. 12 – 13.

Pasta 5370, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 193, f.l. 17v – 20.

Pasta 5370, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 193, f.l. 33v –?

Pasta 5371, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 195, f.l. 50v – 56v.

Pasta 5372, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 201, f.l. 32 – 34v.

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 220, f.l. 96v – 100v.

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 220, f.l. 96v – 100v.

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 221, f.l. 1 – 8v.

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 221, f.l. 1 – 8v.

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 221, f.l. 81 – 84.

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 223, f.l. 21 –?

Pasta 5375, Notário Miguel Pereira Osório de Castro. Livro 223, f.l. 49 – 51.

Pasta 7959, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 466, f.l. 58 – 59v.

Pasta 7961, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 476, f.l. 15 – 17v.

Pasta 7961, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 476, f.l. 15 – 17v.

Pasta 7963, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 489, f.l. 12v – 14.

Pasta 7963, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 489, f.l. 3 – 5v.

Pasta 7963, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 491, f.l. 21v – 23v.

Pasta 7964, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 493, f.l. 39 – 43v.

Pasta 7964, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 493, f.l. 39 – 43v.

Pasta 7964, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 496, f.l.86 – 87v.

Pasta 7967, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 510, f.l. 73v – 75v.

Pasta 7970, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro 526, f.l. 18 – 20v.

Pasta 7977, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro A22, f.l. 79v – 82v.

Pasta 7979, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro A32, f.l. 4 – 6.

Pasta 7979, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro A35, f.l. 45 – 47v.

Pasta 7985, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro B7, f.l. 100 – 100v.

Pasta 7991, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro B44, f.l. 4v – 47v.

Pasta 9083, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro A79, f.l. 64v. – 66v.

Pasta 9084, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro A83, f.l. 86v. – 88v.

Pasta 9084, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro A85, f.l. 77 – 78v.

Pasta 9096, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro B58, f.l. 6 – 8.

Pasta 9097, Notário António Guerreiro da Ponte Lopes. Livro B65, f.l. 24 – 27.

Pasta 9099, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro B76, f.l. 70 – 79v.

Pasta 9111, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro C40, f.l. 93 – 94v.

Pasta 9137, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 171C, f.l. 59 – 63.

Pasta 9137, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 171C, f.l. 59 – 63.

Pasta 9138, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 177C, f.l. 43 – 45v.

Pasta 9159, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 280C, f.l. 97v – 99v.

Pasta 9198, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 114D, f.l. 70 – 71v.

Pasta 9201, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 131 D, f.l. 88v – 90.

Pasta 9231, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 285 D, f.l. 78 – 79v.

Pasta 9266, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 29G, f.l. 87v – 89v.

Pasta 9268, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 128 B, f.l. 85 – 87.

Pasta 9271, Notário Eugénio Eusébio Lopes Guerreiro. Livro 143B, f.l. 85v – 88v.

Pasta 9512, Notário Maria Helena Alves Montalvão da Cunha. Livro 125C, f.l. 9v – 11.

Pasta 9513, Notário Maria Helena Alves Montalvão da Cunha. Livro 134C, f.l. 73 – 75v.

Pasta 9542, Notário Maria Helena Alves Montalvão da Cunha. Livro D67, f.l. 60v – 63v.

Pasta 9543, Notário Maria Helena Alves Montalvão da Cunha. Livro 72D, f.l. 90v – 93.

Pasta 9545, Notário Maria Helena Alves Montalvão da Cunha. Livro 84D, f.l. 31v – 35v.

Arquivo Distrital de Setúbal, Processos de obra da Câmara Municipal de Setúbal (A.D.S., CMSTB)

Processo de obra nº 4 / 1937, 1937. Fábrica de Societé Établissements F. Delory. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 75 / 1934 / 1935, 1934. Fábrica de J. Antunes Fragoso, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 40 / 1942, 1942. Fábrica de Marques, Neves & C^a, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 98 / 1934 / 1935, 1934. Fábrica de F. M. Lino da Silva, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 37 / 1942, 1942. Fábrica de F. M. Lino da Silva, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 35 / 1937, 1937. Fábrica de Santos, Gomes, Gamito & C^a, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 28 / 1942, 1942. Fábrica de Gandara, Haz, Rábago & C^a. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 84 / 1943, 1943. Fábrica de Conservas São Pedro, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 59 / 1941, 1941. Fábrica de Benzinho, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 95 / 1943, 1943. Fábrica de Alberto Soares Ribeiro, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 23 / 1937, 1937. Fábrica de Lopes da Cruz & C^a, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 97 / 1934 / 1935, 1934. Fábrica de Lage, Ferreira & C^a, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 43 / 1939, 1939. Fábrica de Domingos José da Costa, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Processo de obra nº 59 / 1936, 1936. Fábrica de Manuel José Joaquim, Lda. Câmara Municipal de Setúbal.

Periódicos, indústria conserveira

Anon., 1943. Conservas de Portugal. *Número Único*, Fevereiro.

Sociedade da Revista Conservas de Peixe, 1951. *Conservas de Peixe, s.d.*

Sociedade da Revista Conservas de Peixe, 1961. *Conservas de Peixe, s.d.*

Sociedade Nacional de Tipografia, 1951. O Século. *Os Produtos Portugueses no Mundo*, Junho, pp. 33-36.

Índice de abreviaturas

A.D.S. – Arquivo Distrital de Setúbal

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

APOREM – Associação Portuguesa de Empresas com Museus

APSS – Autoridade do Porto de Setúbal e Sesimbra

CMSTB – Câmara Municipal de Setúbal

CNSTB – Cartório Notarial de Setúbal

DGEMN – Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

ICOM – Internacional Council Of Museums

IGESPAR, I.P. – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

Índice de quadros

Tabela 1 Unidades conserveiras em atividade entre 1924-1994. Tabela da autora.....212

Índice de cartografia

Cartografia 1 Planta com a localização das unidades conserveiras de Setúbal, em atividade no período 1924-1994. Desenho da autora.....248

Cartografia 2 Perestrello, Afonso De Melo Cid,1933, Planta do Porto de Setúbal, Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal. [Acessível APSS.].....250

Cartografia 3 Garrec, Ferdinand, 1920. Planta da Doca Delpeut, Porto de Setúbal. Secretaria de Estado da Marinha. 4ª Direcção Geral, Setúbal. [Acessível APSS.].....252

Índice de Figuras

Figura 1 Salvaguarda do Património Arquitectónico Nacional (Neto, 2001).....147

Figura 2 Número 69 –Vista geral da fachada da fábrica de conservas Vasco da Gama. Fotografia da autora.....256

Figura 3 Número 69 - Chaminé e reservatório da fábrica de conservas Vasco da Gama. Fotografia da autora.....257

Figura 4 Número 69 - Fachada da fábrica de conservas Vasco da Gama. Fotografia da autora.....258

Figura 5 Número 69 - Interior da fábrica de conservas Vasco da Gama. Fotografia da autora.....259

Figura 6 Número 69 - Secção de enlatamento da fábrica de conservas Vasco da Gama. Fotografia da autora.....260

Figura 7 Número 69 - Secção de enlatamento da fábrica de conservas Vasco da Gama. Fotografia da autora.....261

Figura 8 Número 37 - Chaminé e parede da fábrica de Conservas São Pedro. Fotografia da autora.....262

Figura 9 Número 62 - Chaminé da fábrica de conservas E. Bliebernicht. Fotografia da autora.....263

Figura 10 Chaminés de algumas fábricas de conservas. Fotografia da autora.....264

Figura 11 Número 35 - Chaminé da fábrica de conservas Bella Vista. Fotografia da autora.....265

Figura 12 Número 35 –Fábrica de conservas Bella Vista. Fotografia da autora.....266

Figura13 Número 6 - Fachada da fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda. Fotografia da autora.....	267
Figura 14 Número 6 - Fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda. Fotografia da autora.....	268
Figura 15 Número 54 – Parede exterior sul da fábrica de conservas Estrela do Sul. Fotografia da autora.....	269
Figura 16 Números 35 e 54 - Chaminés das fábricas de conservas, Bella Vista, não identificada e Estrela do Sul. Fotografia da autora.....	270
Figura 17 Número 54 - Fábrica de conservas Estrela do Sul. Fotografia da autora.....	271
Figura 18 Número 6 - Chaminé da fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda. Fotografia da autora.....	272
Figura 19 Número 21 e 55 – Fábrica de conservas Aurora, chaminé e edifício da fábrica de conservas Gargalo (direita). Fotografia da autora.....	273
Figura 20 Número 21- Fábrica de conservas Aurora. Fotografia da autora.....	274
Figura 21 Números 21e 55 - Fábrica de conservas Aurora e chaminé da fábrica Gargalo. Fotografia da autora.....	275
Figura 22 Chaminé e edifício de fábrica de conservas não identificada. Fotografia da auto	

ra.....	276
Figura 23 Número 45 - Fábrica de conservas Poker. Fotografia da autora.....	277
Figura 24 Número 51 - Chaminé e edifício da fábrica de conservas Gizela. Fotografia da autora.....	278
Figura 25 Número 27 - Fábrica de conservas da firma Sociéte de Conserves de Setúbal, Lda. Fotografia da autora.....	279
Figura 26 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930. AR395A, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....	282
Figura 27 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930. AR18067, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....	282
Figura 28 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930. AR390, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....	283
Figura 29 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto interior, anos 1930. AR629, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....	283
Figura 30 Número 16 - Fábrica de conservas Marques Neves. Aspeto exterior, 1948. AR4385, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....	284
Figura 31 Número 16 - Fábrica de conservas Marques Neves. Aspeto exterior depois de obra, 1949. AR5646 1, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....	284

- Figura 32 Número 17 - Fábrica de conservas Conservadora. Grupo de operários, 1927 (?). AR15787 2, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....285
- Figura 33 Número 19 - Fábrica de conservas Lino da Silva. Rua General Gomes Freire, 1942. AR1591, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....285
- Figura 34 Número 29 - Fábrica de Conservas Santos, Gomes e Gamito. Rua dos Mestres, 1936. AR13720, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....286
- Figura 35 Número 33 - Fábrica de conservas Alonso. Aspeto interior (motor, gerador e quadro elétrico), 1943. AR1621, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....286
- Figura 36 Número 33 - Fábrica de conservas Alonso. Aspeto da fábrica em laboração, 1952. AR7631 1, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....287
- Figura 37 Número 33 - Fábrica de conservas Alonso. Aspeto da fábrica em laboração, 1952. AR7631 4, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....287
- Figura 38 Número 35 - Fábrica de conservas Lopes e Valeras. Aspeto interior com janelas em contraluz, 1950. AR6330, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....288
- Figura 39 Número 35 - Fábrica de conservas Lopes e Valeras. Aspeto interior, 1950. AR6332, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....288
- Figura 40 Número 39 - Fábrica de Conservas Unitas, de Mário Lêdo. No Parque das Escolas (atual Largo José Afonso) – aspeto exterior, 1948 AR4330, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível

- Casa Bocage].....289
- Figura 41 Número 39 - Fábrica de Conservas Unitas, de Mário Lêdo. No Parque das Escolas (atual Largo José Afonso) – aspeto interior (secção de descabeçar peixe e pios), 1948. AR4332, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....289
- Figura 42 Número 58 - Fábrica de Conservas Unitas, – Aspeto interior, 1948. AR4331, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....290
- Figura 43 Número 58 - Fábrica de Conservas Unitas, de Mário Lêdo. No Parque das Escolas (atual Largo José Afonso) – aspeto interior (secção das cravadeiras), 1948. AR4334, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....290
- Figura 44 Número 69 - Fábrica de conservas Vasco da Gama. Aspeto exterior, 1972. AR14592, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....291
- Figura 45 Número 69 - Fábrica de conservas Vasco da Gama. Aspeto exterior, 1945. AR032215, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage].....291
- Figura 46 Número 1 - Planta de implantação. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....294
- Figura 47 Número 1 - Planta geral. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D

.S.].....	295
Figura 48 Número 1 - Alçado fachada nascente. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	296
Figura 49 Número 1 - Alçado fachada norte e Corte transversal. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	297
Figura 50 Número 1- Planta de cobertura, alçado longitudinal, cortes transversais. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	298
Figura 51 Número 10 - Planta de localização, planta da loja e 1º andar. Projeto de demolição de divisórias para ampliação da fábrica de conservas da firma J. Antunes Fragoso, Lda., 1935. Processo de Obras nº 75/1934/35. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	299
Figura 52 Número 16 - Alçado. Projeto de diversas obras numa dependência de fábrica de conservas alimentícias da firma Marques, Neves & Cª, Lda., 1937. Processo de obras nº 31/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	300
Figura 53 Número 16 – Alçado existente e transformação. Projeto de modificação da fachada da fábrica de conservas da firma Marques, Neves & Cª, Lda., 1942. Processo de obras nº 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	301

Figura 54 Número 16 – Alçado existente e transformação. Projeto de modificação da fachada da fábrica de conservas da firma Marques, Neves & Cª, Lda., 1942. Processo de obras nº 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	302
Figura 55 Número 18 – Planta e corte de pormenor. Projeto de substituição de cobertura de armazém da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1942. Processo de obra nº 4/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	303
Figura 56 Número 18 – Planta de implantação, Planta, Alçado frente e lado, Corte. Projeto de um barracão da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1942. Processo de obra nº 4/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	304
Figura 57 Número 18 – Planta de implantação, plano, Alçados Norte e Poente e corte. Projeto de construção de novas instalações sanitárias da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1944. Processo de obra nº 67/1944. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	305
Figura 58 Número 19 – Planta de localização, Alçados, Corte e Planta térrea e 1º andar. Projeto de construção de um 1º andar na fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1935. Processo de obra nº 98/1934/1935. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	306
Figura 59 Número 19 – Pormenor construtivo. Projeto de construção de um 1º andar na fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1935. Processo de obra nº 98/1934/1935. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	307
Figura 60 Número 19 – Planta de localização, planta, alçado, perfil. Projeto de construção de um	

edifício da fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1942. Processo de obra nº 37/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....308

Figura 61 Número 19 – Alçado do projeto e proposto. Projeto de construção de um edifício da fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1942. Processo de obra nº 37/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....309

Figura 62 Número 21 – Planta de localização, planta parcial, corte, alçado. Projeto de instalações sanitárias e vestiários da fábrica de conservas da firma Alves, Mendanha & C^a, Lda., 1945. Processo de obra nº 37/1945. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....310

Figura 63 Número 29 – Planta de localização, Planta parcial, alçado, corte. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas da firma Santos, Gomes, Gamito & C^a, Lda., 1937. Processo de obra nº 35/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....311

Figura 64 Número 36 – Planta de localização, plantas, alçados, cortes. Projeto de construção de retretes e chuveiros na fábrica de conservas da firma Gandara, Haz, Rábago & C^a, 1942. Processo de obra nº 28/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....312

Figura 65 Número 37 – Planta de localização, planta parcial do nível inferior e nível superior, cortes e alçado. Projeto de construção de dois armazéns na parte posterior da fábrica de conservas da firma industrial Conservas São Pedro, Lda., 1943. Processo de obra nº 84/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....313

Figura 66 Número 37 – Planta de localização, planta, corte e alçado. Projeto de construção de dois

armazéns na parte posterior da fábrica de conservas da firma industrial Conservas São Pedro, Lda., 1943. Processo de obra nº 84/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....314

Figura 67 Número 37 – Diagrama e alçado. Projeto de transformação de um vão de janela em porta na fachada da fábrica de conservas da firma industrial Conservas São Pedro, Lda., 1943. Processo de obra nº 84-C/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....314

Figura 68 Número 41 – Planta de localização, planta, alçado. Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas da firma Benzinho, Lda., 1941. Processo de obra nº 59/1941. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....315

Figura 69 Número 51 – Planta de localização, plantas diversas, cortes, Alçado. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....316

Figura 70 Número 51 – Planta de cobertura, cortes, pormenor. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....317

Figura 71 Número 51 – Cálculo cobertura. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....318

Figura 72 Número 60 – Planta de localização, alçado. Projeto de transformação de um vão de porta em janela da fábrica de conservas da firma Lopes da Cruz & C^a, Lda., 1937. Processo de obra nº

23/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	319
Figura 73 Número 65 – Planta de localização, alçado. Projeto para acrescentar a chaminé à fábrica de conservas da firma Lage, Ferreira & C ^a , Lda., 1935. Processo de obra nº 97/1934/35. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	320
Figura 74 Número 66 – Planta de localização, alçado. Projeto de abertura de um vão para porta na fábrica de conservas da firma Domingos José da Costa & C ^a , Lda., 1939. Processo de obra nº 43/1939. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	321
Figura 75 Número 67 – Planta de localização, planta, alçado Norte e Sul, corte. Projeto de transformação de um barracão e muro de vedação na fábrica de conservas da firma Manuel José Joaquim, Lda., 1943. Processo de obra nº 59/1936. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	322
 Índice de documentos	
Documento 1 - Número 1 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls.18 e 18v.....	326
Documento 2 – Número 16 - Carta da firma Marques, Neves & C ^a , Lda. ao Presidentes e Vogais da Câmara Municipal de Setúbal. 1942. Processo de obra 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.]. Fls 6 e 6v.....	329

Documento 3 – Número 16 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de modificação da fachada da fábrica de conservas da firma Marques, Neves & C ^a , Lda., 1942. Processo de obras nº 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].....	331
Documento 4 – Número 18 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de substituição de cobertura de armazém da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1942. Processo de obra nº 4/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fl. 14.....	333
Documento 5 – Número 18 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de novas instalações sanitárias da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1944. Processo de obra nº 67/1944. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2 e 2v.....	334
Documento 6 – Número 19 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de um 1º andar na fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1935. Processo de obra nº 98/1934/1935. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fl. 15 e 15v.....	336
Documento 7 – Número 19 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de um edifício da fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1942. Processo de obra nº 37/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 10 e 28.....	338
Documento 8 – Número 21 -Memória descritiva e justificativa. Projeto de instalações sanitárias e vestiários da fábrica de conservas da firma Alves, Mendanha & C ^a , Lda., 1945. Processo de obra nº 37/1945. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2 e 2v.....	340
Documento 9 – Número 29 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de	

- conservas da firma Santos, Gomes, Gamito & C^a, Lda., 1937. Processo de obra nº 35/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fl. 2.....342
- Documento 10 – Número 36 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de retretes e chuveiros na fábrica de conservas da firma Gandara, Haz, Rábago &C^a, 1942. Processo de obra nº 28/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2 e 2v.....344
- Documento 11 – Número 37 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de dois armazéns na parte posterior da fábrica de conservas da firma industrial Conservas São Pedro, Lda., 1943. Processo de obra nº 84/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2, 2v, 6 e 20.....346
- Documento 12 – Número 41 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas da firma Benzinho, Lda., 1941. Processo de obra nº 59/1941. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fl. 2.....349
- Documento 13 – Número 51 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.]. Fls. 26 a 28.....350
- Documento 14 – Número 67 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de transformação de um barracão e muro de vedação na fábrica de conservas da firma Manuel José Joaquim, Lda., 1943. Processo de obra nº 59/1936. CMSTB. [Acessível A.D.S.]. Fl. 2.....356

ANEXOS

Anexo I – Tabela: Unidades conserveiras em atividade entre 1924-1994

Tabela 1 Unidades conserveiras em atividade entre 1924-1994²⁷

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Observações	Estado atual	
							Escrita			
1	Société des Etablissements F. Delory	1880	? (nos anos 60 ainda está no ativo)	Delory	Conservas alimentícias	Rua Trabalhadores do Mar, 96, limitada pela fábrica Mariano, Lopes & C ^a , Lda.	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *A.D.S., C.N.Set., 5195/220, f.l. 76v –? *Memória descritiva do projeto de obras (Documento 1).	*Figura 46; *Figura 47; *Figura 48; *Figura 49; *Figura 50; *Cartografia 3.	A referida sociedade ocupa os terrenos onde se situa a sua fábrica desde 1914, embora estes só se tornem, oficialmente, sua propriedade em 1928. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.	Edifício em alvenaria de tijolo atualmente ocupado por outras funções. Verificou-se, através da comparação realizada entre os desenhos do processo de obra e o edifício que ainda lá se situa, que a fachada se manteve à exceção do portão da garagem. A chaminé também se mantém. Apresenta, contudo, algumas fissuras agravadas.
2	Société des Etablissement Arsène Saupiquet, Lda.	1891	1965		Conservas de peixe	Estrada da Rasca	*A.D.S., C.N.Set., 5229/100, f.l. 94 – 96. *A.D.S., C.N.Set., 5367/178, f.l. 97v – 100v.	*Cartografia 2	A sociedade Arsène Saupiquet, com sede em Nantes, compra, em 1926, um terreno na Estrada da Rasca a François Trevidic.	Edifício atualmente ocupado, mas alberga outras funções. Pressupõem-se a alteração dos elementos integrantes da fachada: portas e janelas. Não existem vestígios relativos à chaminé.
3	Brandão, Gomes & C ^a	1894	? (fábrica cessa atividade nos anos 50)		Conservas Alimentícias	Estrada da Graça (depois da Quinta da Parvoíce)	*In Museu Municipal de Espinho – Fábrica Brandão Gomes. [online]. Available at http://www.prof2000.pt/users/hjco/Espinho/MusMunic01.htm [Acedido em Agosto 2015].	*Cartografia 2	Com sede em Espinho estabelece, em 1913, uma fábrica filial em Setúbal.	Esta fábrica deu lugar à fábrica de conservas Vasco da Gama.
4	Ferdinand Garrec & Companhia (1899 / 1925); Ferdinand Garrec & Companhia, Suc., Lda. (1926 / 1953)	1899	1953	Ascensão e São Pedro; Garrec	Conservas de Peixe	Doca dos Pescadores	*A.D.S., C.N.Set., 5193 / 201, f.l. 85v –? *A.D.S., C.N.Set., 5193 / 201, f.l. 90v –? *A.D.S., C.N.Set., 7959 / 466, f.l. 58 – 59v.	*Cartografia 2 *Cartografia 3	Maquinaria e utensílios da fábrica Garrec: 1 motor de explosão de 45 hp; uma caldeira a vapor horizontal, 5 hp; 4 cravadeiras marca “Matador”; 6 fresas, três lardeadeiras; 4 balancés; 4 abatajes, 4 mesas, 8 carros para coser peixe, uma fresa para óleo de peixe, 4 cestos de ferro para coser latas; 1 cofre para banhos; um cofre para coser peixe; 4 caldeiras; uma secretaria, um copiador; um cofre-forte. A sociedade Ferdinand Garrec & C ^a , Lda. destina-se ao exercício das conservas de peixe, mas, a partir de 1938, dedicou-se exclusivamente ao negócio de agências marítimas, comissários, consignações e quota própria. Em 1933 a fábrica <i>São Pedro</i> dá lugar à Fábrica de Algarve Exportador, Lda., enquanto no local da fábrica <i>Garrec</i> se estabelece a fábrica Delpout & C ^a .	Não existe qualquer vestígio edificado. O quarteirão onde se encontravam estabelecidas as três fábricas foi inteiramente destruído.

27 A bibliografia referente ao Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório Notarial apresenta-se sob a forma: A.D.S., C.N.

Set., n^o pasta, n^o livro, fólho.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
5	P. Monteiro & C ^a (1906 /1922); P. Monteiro & C ^a , Lda. (1936 / 1957)	1906	1957		Conservas alimentícias	Travessa da cordoaria (no topo da Av. Luísa Toddi)	*Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 33 e 88. *A.D.S., C.N.Set.,5179 / 408, f.l 68 – 69v. *A.D.S., C.N.Set.,5370 / 192, f.l. 24 – 28. *A.D.S., C.N.Set.,5371 / 195, f.l. 50v – 56v. *A.D.S., C.N.Set.,5375 / 223, f.l. 49 – 51.
6	Viegas & Lopes (1931 / 1944); Viegas & Lopes, Lda. (1944 /?)	1912	? (última referência em 1989)	Victória	Conservas de Peixe	Rua Camilo Castelo Branco, nº 10 a nº 18	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 33 e 86. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950 *A.D.S., C.N.Set.,5174 / 382, f.l 33v – 34v. *A.D.S., C.N.Set.,5234 / 131, f.l 97v – 100v. *A.D.S., C.N.Set.,5232 / 118, f.l 9 – 13v. *A.D.S., C.N.Set.,9231 / 285 D, f.l. 78 – 79v.
7	Santarém & Palhão (1912/1917); Santarém & Palhão, Lda. (1943 /?)	1912	?	S. Miguel	Conservas de Peixe	Estrada da Rasca, Rua da Saúde, 98	*Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *A.D.S., C.N.Set.,5232 / 118, f.l 39v – 53. *A.D.S., C.N.Set., 5202 / 264, f.l. 6 –?
8	Nero & C ^a ; Sucessor	1912	Ainda no activo		Conservas de Peixe	Rua da Saúde, nº 82-86	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950.

Fonte	Observações	Estado atual
Gráfica e fotográfica		
* Cartografia 2	Segundo a Revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica começa a funcionar em 1907. Marcas produzidas: Mont-joie; Matelot; Adalber; Triton; Ilka. Em 1945, compra prédio urbano composto por rés-do-chão destinado a fábrica de conservas, na rua da Cordoaria, com os nºs 7,11,13 e 15, tornejando a travessa da Cordoaria, sito à praia da Saboaria do lado da fábrica do Gaz. Em 1955, vende a sua unidade Industrial de conservas de peixe com molhos, a João C. Gargalo, Herdeiros, Lda. Esta compreende um prédio urbano composto de rés-do-chão com uma divisão, na rua da Cordoaria, nº 17, com frente para a Rua da Saúde, onde tem os nºs. 76 e 78; um prédio urbano composto de rés-do-chão na rua da cordoaria, nº 7 e 15, tronejando para a travessa da cordoaria; uma fábrica d& C ^e e conservas de peixe instalada nos aludidos imóveis e no prédio urbano composto de um corredor, de que é senhoria a Dona Maria Madalena Sanches. Essa venda contempla o respetivo fundo corporativo, os móveis, maquinismos, e ferramentas, mas não as marcas "Ilka" ; "Matelot"; "Mont-joie.	Edifício atualmente ocupado, mas alberga outras funções. Pressupõem-se a alteração de parte da fachada, assim como a transformação de parte do edificado que pertencia a esta sociedade. A chaminé ainda se mantém de pé.
*Cartografia 2 *Figura 13; *Figura 14; *Figura 18; *Figura 26; *Figura 27; *Figura 28; *Figura 29. Nota: As fotografias (Figura 13; Figura 14) mostram o estado atual do exterior da fábrica (Figura 26).	Segundo a Revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica começa a funcionar em 1912. Em 1989, a empresa já se encontra associada a "Reboques e transportes marítimos, Lda." e "Empresa de Pesca de Aveiro, S.A.", ambas com sede em Aveiro.	Edifício abandonado e em elevado estado de degradação. Mantém as paredes exteriores em pedra e a sua chaminé. Permanece ainda, a tardo um corpo com cobertura em telha, com duas claraboias. Aparenta ter sido totalmente despojada do seu equipamento, embora não tenha sido possível observar por completo o seu interior.
*Cartografia 2	Segundo a Revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica ainda se encontrava no ativo.	Não existe qualquer vestígio edificado. O quarteirão onde se encontrava estabelecida a fábrica foi inteiramente destruído e deu lugar a uns quantos edifícios habitacionais.
	Nos anos 60, adquire a Fábrica Nacional de Conservas que é vendida nos anos 70.	A fábrica de conservas desta sociedade foi vendida à sociedade Sadiconser – Industrias Reunidas de conservas do Sado, Lda., nos anos 70. Não foi possível verificar se foram feitas alterações ao edifício.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita			
9	Pronto, Branco & C ^a (1913 / 1924); L. Branco (1924 / 1936); L. Branco, Lda. (1936 /?)	1913	? (1982 trespassa a fábrica)	A tentadora	Conservas alimentícias	Av. Luísa Toddi nº 139	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Diário da República - 1.ª série, Nº 146, de 24.06.1976, Pág. 1405. *A.D.S., C.N.Set.1601 / 178, f.l 27 v – 29 v. *A.D.S., C.N.Set.,5174 / 383, f.l 48v – 50. *A.D.S., C.N.Set.,9201 / 131 D, f.l. 88v – 90.		Marcas registadas: Flore aui; Peutatrice L. Branco, Lda. possui a sua unidade industrial nos prédios urbanos na Av. Luísa Toddi, nº 139 e na travessa do mercado nº 14, 16, 18. Em 1976, a administração da sociedade L. Branco, Lda. é confiada a Conservas Unitas, Lda. Em 1982, trespassa a referida unidade industrial, assim como os utensílios, mercadorias e demais coisas móveis pertencentes ao estabelecimento e nele existente até a data.	Atualmente encontra-se no local desta fábrica uma superfície comercial. Não foi possível verificar se o edifício se manteve ou foi integralmente alterado. Não existe qualquer vestígio da chaminé.
10	J. Antunes Fragoso	1913	1988	Regina	Conservas de peixe	Parque das Escolas, Rua Gomes Cardim	*A.D.S., F.N.Set.,5233/126, f.l 62 – 64v.	* Cartografia 2 * Figura 51	Em 1946, a sociedade Conservas Unitas, arrenda a fábrica de conservas de J. Antunes Fragoso, no Parque das Escolas, confrontando de sul a Rua Gomes Cardim.	A fábrica desta sociedade foi posteriormente ocupada pela sociedade Conservas Unitas, Lda. Não possível verificar se foram feitas alterações no edifício.
11	Perdigão & C ^a (1914 / 1920); Sociedade Conserveira, Lda. (1926 /?)	1914	? (nos anos 60 já não está no ativo)		Conservas de Peixe	Bairro Baptista	*Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *A.D.S., C.N.Set.,5194 / 207, f.l. 91 v –? *A.D.S., C.N.Set.,5200/254, f.l. 42 v – 44.		Em 1926, Perdigão & C ^a é transformada em Sociedade Conserveira, Lda., com morada no Bairro Batista. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade já não estava no ativo.	Não foi possível encontrar a sua localização.
12	Viegas, Dias & C ^a (194 / 1918); Viegas, Dias & C ^a , Lda. (1922 / 1940); Araújo & Bastos, Lda. (1940 /?)	1914	? (nos anos 50 para a sua produção)	?; A lutadora	Conservas de sardinha	Praia das Fontainhas; Estrada da Graça, sito da Pedra Furada	*Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p 93. * Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. * Jornal O século - Os Produtos Portugueses no Mundo, Junho de 1951, p. 35. *A.D.S., C.N.Set.,5176/392, f.l 74 – 77, António Guerreiro da Ponte Lopes * A.D.S., C.N.Set.,5228/94, f.l 86 – 91, Miguel Pereira Osório de Castro *A.D.S., C.N.Set.,5228/94, f.l 54v – 57v, Miguel Pereira Osório de Castro *A.D.S., C.N.Set.,5228/94, f.l 23 – 27v, Miguel Pereira Osório de Castro *A.D.S., C.N.Set.,5228/94, f.l 73 – 57v, Miguel Pereira Osório de Castro		Em 1941, Viegas, Dias & C ^a , Lda. vende a referida unidade industrial à Empresa Cooperadora da Indústria de Conservas, Lda. A unidade industrial compõe-se por armazém de alvenaria de tijolo numa pequena faixa de terreno, para quintal no lado nascente e com quatro metros de largura para servidão numa outra faixa de terreno ao lado do monte e em todo o comprimento desta extrema. Uma faixa de terreno de forma triangular e em rampa, no sítio da estrada do Vale de D. Inês. Situada em Setúbal, na Pedra Furada, confronta do poente com a estrada do Vale de D. Inês, do nascente com Viegas, Dias & C ^a , Lda. e tem a largura de quinze metros e o comprimento de toda a dita rampa. Destina-se a uma latoaria mecânica com fábrica de lata vazia. A sociedade Viegas, Dias & C ^a , Lda. É transformada em Araújo & Bastos, Lda. em 1940 mas, mantém o terreno e vários armazéns que se destinam ao fabrico de conservas e suas dependências, sito à Pedra Furada, na Estrada da Graça. Marcas produzidas por Araújo & Bastos, Lda.: Hors D'oeuvre; Maitre d' Hotel; Fabiola	Não existe qualquer vestígio edificado.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita			
13	J. Silva & Lêdo (1915 / 1919), J. Silva & Lêdo, Lda. (1919 /?)	1915	? (nos finais dos anos 40 encerra a sua fábrica)	Ascensão	Conservas de Peixe	Rua Particular da Doca dos Pescadores	<p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 34,61.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5206 / 294, f.l. 78- 80v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9096 / B58, f.l. 6 – 8.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9084 / A83, f.l. 86v. – 88v.</p> <p>* <i>Jornal O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i>, Junho de 1951, p. 35.</p>	*Cartografia 2	Marcas Registadas: Silledo; L. Queffelec; Victoria F.B. Club; Bocage; Eglantine Em 1938, arrenda a Ferdinand Garrec & Cª, Sucessores, Lda. parte do prédio urbano (lado poente) em que a referida sociedade tem uma unidade fabril, sito na doca Delpeut, conhecida por <i>fábrica Ascensão</i> . A parte arrendada tem a superfície de aproximada de 840 m2, mede de comprimento, aproximadamente, quarenta e sete metros, e dezoito metros, aproximadamente, de largura. Confronta de Norte com rua particular da Doca, de Sul com a fábrica Algarve Exportador, Lda., de nascente com o resto do prédio, e do poente com a rua dos trabalhadores do Mar. O arrendamento tem o prazo de um ano e a parte do prédio arrendada destina-se a garagem, oficina e depósito ou armazém de quaisquer mercadorias e materiais. Segundo o <i>Jornal O século</i> , em 1951 a fábrica já não se encontra no ativo.	Não existe qualquer vestígio edificado
14	Albert Rouille (1916 / 1921); Albert Rouille, Lda. (1921 / 1924); Viuva & Herdeiros de Albert Rouillé (1924 /?)	1916	? (nos finais dos anos 40 encerra a sua fábrica)		Conservas de Peixe		*A.D.S., C.N.Set., 5191 / 190, f.l. 50 –?		Segundo o <i>Jornal O século</i> , em 1951 a fábrica já não se encontrava no ativo.	Não foi possível encontrar a sua localização.
15	Madeira, Tenório & Ferreira (1917 / 1917) / Madeira & Tenório (1917 / 1932)	1917	1932		Conservas de Peixe	Estada da Graça	*A.D.S., C.N.Set., 5201 / 257, f.l. 48v-?		Com a dissolução da sociedade as marcas são divididas entre os sócios: A marca Batalha fica a cargo de Joaquim Pedro Madeira e a marca Désirable para Francisco António Tenório	Não foi possível encontrar a sua localização.
16	Marques, Neves & Cª (1917 / 1921), Marques, Neves & Cª, Lda. (1921 /?)	1917	? (última referência em 1994)	1º De Março	Conservas de sardinha	Rua Camilo Castelo Branco	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 83.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5203 / 177, f.l. 27v – 29v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5195 / 217, f.l. 11-?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5204 / 283, f.l. 36v- 38.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5198 / 238, f.l. 65 v – 66v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5235 / 140, f.l. 37 – 39.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9198 / 114D, f.l. 70 – 71v.</p> <p>*Memória descritiva do projeto de obras – (Documento 2; Documento 3).</p>	<p>*Figura 30;</p> <p>*Figura 31;</p> <p>*Figura 52;</p> <p>*Figura 53;</p> <p>*Figura 54;</p> <p><i>Nota:</i> As fotografias (Figura 30 e Figura 31) relatam as alterações propostas no projeto de requalificação da fábrica (Figura 52; Figura 53; Figura 54)</p>	<p>Marcas registadas: Loyauté; Mariolinde; Sporting Sardine; Marques Neves & Cª, Lda.; Mathilde.</p> <p>Em 1924, a firma Marques, Neves & Cª Lda. compra os bens imóveis de Oliveira, Neves & Aires, Lda. Em 1936, a firma com sede em Matozinhos arrenda um prédio urbano, sito na Rua camilo castelo branco, com 4 portas, a que atualmente correspondem os números de polícia 96,98,100,102. Destinados a armazenar e ao depósito de materiais para a indústria de conservas. Compram, em 1948, um prédio urbano composto de três casas abarracadas, na Rua Camilo Castelo Branco, com os números de polícia 41 a 51. Em 1981, arrenda prédio no bairro da trindade destinado ao comércio de produtos alimentares. Apesar de não terem sido encontrados documentos que sustentem o nome desta fábrica, desconfia-se que seja efetivamente o nome de origem, uma vez que o edifício ainda lá está e está identificado como 1º de Março.</p>	Edifício atualmente ocupado por outras funções. Verificou-se, através da comparação realizada entre o processo de obra e o edifício que ainda lá situa, que a fachada se manteve apesar da alteração do portão da garagem. A chaminé também se mantém.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita	Gráfica e fotográfica		
17	Sociedade de Conservas "A Conservadora", Lda.	1918	? (ultima referência em 1961)	A Conservadora	Conservas alimentícias	Largo das Areias, nº3, Rua Camilo Castelo Branco	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 86.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5192 / 195, f.l. 33v -?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 7985/B7, f.l. 100 - 100v.</p>	*Figura 32	Segundo a <i>Revista Conservas de Portugal</i> , a fábrica é fundada em 1923. A fábrica desta sociedade encerra a produção nos anos 50.	Não foi possível encontrar a sua localização.
18	União Industrial de Conservas, Lda	1918	? (Última referência. 1994)	Julieta	Conservas de Peixe	Rua António José Batista, 126	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 33 e p. 57.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 9266/29G, f.l. 87v - 89v.</p> <p>*Memória descritiva do projeto de obras- Documento 4; Documento 5.</p>	*Figura 55; *Figura 56; *Figura 57.	Marcas registadas: Marie Amelie; la Meilleure; Lunch Segundo a <i>Revista Conservas de Portugal</i> , incia a sua produção em 1918. Em 1994, compra prédio urbano na rua António José batista, nº 102, 104 e 106.	Não existe qualquer de vestígio edificado referente a esta fábrica. No local situa-se, atualmente um edifício de habitação.
19	F. M. Lino da Silva, Lda.	1918	? (Última referência em 1962)	Diana	Conservas de Peixe	Rua General Gomes Freire	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 33, 86.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5204 / 283, f.l. 61v- 63v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5233 / 126, f.l. 19v - 26v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5229 / 102, f.l. 28 - 30.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5229 / 99, f.l. 70v - 73.</p> <p>*Memória descritiva do projeto de obras (Documento 6; Documento 7).</p>	*Figura 33; *Figura 58; *Figura 59; *Figura 60; *Figura 61. <u>Nota:</u> A fotografia (Figura 33) mostra as alterações realizadas segundo o projeto de requalificação da fábrica (Figura 58; Figura 59; Figura 60).	Marca registada: Lino da Silva. Segundo a <i>Revista Conservas de Portugal</i> , a fábrica desta sociedade já se encontrava a trabalhar em 1914. Em 1936, ficou acordado que o senhorio de F. M. Lino da Silva, Lda. terá de construir nos terrenos alugados, na rua General Gomes Freire, contíguos à firma Silvas, Coelho, Lda., um armazém de 10 m de frente por 30 m de fundo, ou 12 m de frente por 25m de fundo, conforme a planta que for aprovada pela camara Municipal. Coberto de telha tipo Marselha, com 3 portas na frente principal, sendo a do centro com a largura suficiente para a entrada de camionetes e com as necessárias janelas para dar claridade a todo o interior do armazém, devendo o pavimento do mesmo ser devidamente cimentado. Destina-se ao armazenamento de materiais industriais. Em 1941, F. M. Lino da Silva, Lda. compra um prédio urbano composto de casa abarracada com quatro divisões e quintal, sito na rua B do Bairro Lopes. Confronta do Nascente com a dita rua, e do sul e poente com prédio pertencente a esta sociedade. Em 1942, a referida sociedade compra prédio urbano composto por três casas térreas, com respetivo Páteo, sito no Bairro Lopes, confronta do sul com prédio pertencente à sociedade referida, bem como do poente, e do nascente com a rua B do Bairro Lopes.	Não existe qualquer vestígio edificado referente a esta fábrica. No local situam-se atualmente edifícios de habitação.
20	Sociedade de Conservas Atlas, Lda	1918	?	Atlas	Conservas de Peixe	Rua Acácio Barradas, nº 20	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 34, 73.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5231/110, f.l. 90v - 96v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 9138/177C, f.l. 43 - 45v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 9159/280C, f.l. 97v - 99v.</p>	*Cartografia 2	Marcas registadas: Lion de l'Atlas; Veronique; Le semeuse Portugaise; Scal; Eva Segundo a <i>Revista Conservas de Portugal</i> , a fábrica começa a funcionar em 1919. Em 1983, promete vender à Sadop - sociedade de Aproveitamentos de detritos e Óleos de Peixe, Lda. os seguintes imóveis: Prédio urbano composto de rés-do-chão com duas divisões, Páteo e uma dependência destinada ao fabrico de conservas de peixe, situado na Rua Acácio Barradas, nº 22; Prédio urbano situado na mesma rua, no nº 18, destinado a armazém e quintal com o comprimento de 9 metros e 20 cm e confronta do norte, do nascente e do poente com a "Sociedade de Conservas Atlas, Lda." Em 1989, compra um prédio urbano, com os nºs de polícia 12, 14 e 16, na Rua Acácio Barradas.	Não existe qualquer vestígio edificado

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita			
21	Alves, Mendanha & C ^a , Lda.	1918	? (nos anos 60 ainda está no ativo)	Aurora	Conservas de Peixe	Forte do Livramento	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5234 / 129, f.l 86v – 91.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5180/418, f.l 1 – 3v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5370/193, f.l. 12 – 13.</p> <p>*Memória descrita do projeto de obras (Documento 8).</p>	<p>*Cartografia 2;</p> <p>*Cartografia 3</p> <p>*Figura 19;</p> <p>*Figura 20;</p> <p>*Figura 21;</p> <p>*Figura 62.</p>	<p>Alves, Mendanha & C^a, Lda. deu de locatária a sua referida fábrica de conservas, composta por dois armazéns situados no Largo Lagrange, com todos os utensílios e ferramentas à Conservas Silvas, Lda. Em 1947, opta por vender à firma arrendatária a referida fábrica. Em 1955, a sociedade já não tem bens imóveis mas, arrenda a fábrica na Travessa da Fábrica Aurora. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i>, de 1961, em 1960 a sociedade ainda se encontrava no ativo.</p>	<p>Edifício abandonado e em moderado a elevado estado de degradação. O seu exterior apresenta-se quase intacto, o que contrasta com o seu interior. Este apresenta-se obsoleto. Contudo, ainda é possível identificar que a fábrica se estabelecia em dois andares, através de uma estrutura em pilares em betão armado. Encontra-se totalmente despojada do seu equipamento fabril. A cobertura, em lusalite, é côncava e as fachadas são “cegas”. Não foram encontrados vestígios da chaminé.</p>
22	Mariano, Lopes & C ^a (1918 / 1918) Mariano, Lopes & C ^a , Lda. (1918 /?)	1918	? (Em 1973 vende a sua fábrica)	Unida; União	Conservas de sardinha	Rua General Gomes Freire; Rua dos Trabalhadores do Mar (anterior Rua Oriental do Lago) limitada pelo muro da Fábrica Delory	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 1, 32.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 1519 / 168, f.l 96 –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5195 / 219, f.l 65v –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5197 / 232, f.l 95v –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5203/277, f.l. 38- 39v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 9111/C40, f.l. 93 – 94v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5234 / 130, f.l 21v – 23.</p>	<p>*Cartografia 3.</p>	<p>Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i>, iniciou a sua atividade fabril em 1907.</p> <p>Marcas registadas; Branc’annes; Marilopes, Silvas Coelho, Lda.; Arrabide; Les Eclaireurs; Lumière; La Latine; Les Joyausés; Coelho, Lda..</p> <p>Em 1924, cessa as marcas Arrabide, Les Eclaireurs e Branc’annes. As marcas “Arrabide”, “La Latine” são vendidas a Coelho, Lda, em 1946. Em 1928, compra um terreno e armazéns, sito na Rua dos Trabalhadores do Mar, limitado pelo muro da fábrica Delory. Em 1929, fábrica Latina de Santana, Lda. encontra-se quase paralisada. Por isso, a sociedade Mariano, Lopes & C^a, Lda. entrega parte da sua fabricação à referida fábrica, mantendo em laboração as suas duas fábricas. Em 1973, vende a sua fábrica de conservas, na Rua dos Trabalhadores do Mar, composta por armazéns e primeiro andar.</p>	<p>Não existe qualquer vestígio edificado.</p>
23	Santana, Lda. (1918 / 1933); Coelho, Lda. (1933 / 1947); Conservas Silva, Lda. (1947 /?)	1918	? (nos anos 60 ainda está no ativo)	Latina	Conservas de Peixe	Praça da República, n ^o 6, 8, 10, 12	<p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5197 / 232, f.l 95v –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5198 / 239, f.l 8 –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., ? / 265, f.l 59 –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5234/134, f.l 29 – 31v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5234 / 134, f.l 29v – 37.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5180/418, f.l 1 – 3v.</p>	<p>*Cartografia 3.</p>	<p>Em 1929, fábrica Latina de Santana, Lda. encontra-se quase paralisada. Por isso, a sociedade Mariano, Lopes & C^a, Lda. entrega parte da sua fabricação à referida fábrica, mantendo em laboração as suas duas fábricas. Em 1930, a sociedade é hipotecada por dívida a Mariano, Lopes & C^a, Lda. Nesse mesmo ano, Mariano, Lopes & C^a, Lda. Perdoa a dívida e, em 1933, torna-se sócio da firma Santana, Lda.. Esta é alterada para Coelho, Lda. mas, mantém a mesma unidade fabril. Em 1947, a sociedade Coelho, Lda. é transformada em Conservas Silvas, Lda. mas, mantém a mesma unidade fabril. Nesse mesmo ano, compra a Alves, Mendanha & C^a, Lda. uma fábrica de conservas, composta por dois armazéns situados no Largo Lagrange, com todos os utensílios e ferramentas. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.</p>	<p>Não existe qualquer vestígio edificado, devido às alterações no Porto de Setúbal.</p>

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
24	Empresa de Conservas alimentícias Portugal, Lda.	1918	1925		Conservas alimentícias		* A.D.S., C.N.Set., 5191 / 190, f.l 11v –?
25	Abecassis; Irmãos & Cª, Lda.	1918	?			Estrada da Rasca	* Referência a 1918 na Revista Conservas de Portugal, número único, 1943, p. 34.
26	Cordeiro, Santos & Ferreira, Lda.	1918	?		Conservas de peixe e vegetais		* Referência a 1918 na Revista Conservas de Portugal, número único, 1943, p. 34.
27	Société de Conserves de Setúbal, Lda.	1918	? (Última referência 1980)		Conservas de peixe	Estrada da Rasca (entre a T. da Fábrica e a T. Sado)	*Revista Conservas de Peixe, 1950. *Revista Conservas de Portugal, número único, 1943, p.34. *A.D.S., C.N.Set.,7991/B44, f.l. 4v – 47v. *A.D.S., C.N.Set.,5177/397, f.l 85 – 87. *A.D.S., C.N.Set.,9543/72D, f.l. 90v – 93.
28	M. Perienes (1919 / 1929); M. Perienes, Lda. (1929 / 1982)	1919	1982		Conservas de peixe	Beco João Galvão	*Tabela do Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 34. * A.D.S., C.N.Set.,5173 / 376, f.l 80v – 82. * A.D.S., C.N.Set.,5235/142, f.l 57v – 62. * A.D.S., C.N.Set.,9512/125C, f.l. 9v – 11. * A.D.S., C.N.Set.,9513/134C, f.l. 73 – 75v.

Fonte	Observações	Estado atual
		Não foi possível encontrar a sua localização.
*Figura 69.		Não existe qualquer vestígio edificado.
	Não existem certezas se esta fábrica se estabeleceu em Setúbal	Não foi possível encontrar a sua localização.
*Cartografia 2; *Figura 25.	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica entra em atividade em 1918.	Edifício abandonado e em elevado estado de degradação. Mantém-se apenas a fachada. Aparenta ter sido totalmente despojado do seu equipamento e não foram encontrados vestígios da chaminé.
	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica entra em atividade em 1919. M. Perienes, Lda. arrenda, em 1948, um prédio urbano, na Avenida Luiza Todi, composto por dois armazéns, um, com o nº de policia 100 (antigo 210) e, o outro, com o numero de policia 102 (antigo 212). Os armazéns foram, inicialmente, arrendados por 6 meses, com destino a garagem, arrecadações, e dependências do estabelecimento fabril. Em 1983, por efeitos de dissolução da referida sociedade foram feitas as partilhas dos seus bens imóveis. Os bens imóveis são: Prédio urbano, composto de edificações destinadas a fins industriais, com pavimento, situado em Setúbal, no Beco João Galvão, à ladeira da Ponte São Sebastião; Prédio urbano, destinado a armazém, sito em Setúbal na ladeira da ponte de São Sebastião, nº 1 e 3; Prédio urbano composto de um edifício destinado a instalações industriais e logradouro, situado na Rua Doutor Vicente José de Carvalho, na freguesia de S. Sebastião; Prédio urbano composto de lojas ou armazéns, 1º e 2º andares e quintal, nº 58 a 68, situado na AV. Luisa Todi, com frente para o Beco de João Galvão. Atualmente, serve o museu do Trabalho de Michel Giacometti.	Atual Museu do Trabalho Michel Giacometti

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte		Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita	Gráfica e fotográfica			
29	Santos, Gomes, Gamito & C ^a	1920	? (Em 1956 vende a sua fábrica)	Arrábida	Conservas de peixe	Rua Mártires da Pátria, Tornejando para a rua nova, Ligação do Largo da Herdade com a Avenida Luísa Toddi	<p>* Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,5210 / 321, f.l. 68v- 70.</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,7964 / 493, f.l. 39 – 43v.</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,7961 / 476, f.l. 15 – 17v.</p> <p>*Memória descritiva do projeto de obras (Documento 9).</p>	<p>*Cartografia 2;</p> <p>*Figura 33;</p> <p>*Figura 61.</p>	<p>Em 1954, vende a marca “Eremita” a Conservas Unitas, Lda. Em 1956, “Santos, Gomes, Gamito, Lda.” vende a Luças & C^a, Lda. a sua unidade industrial denominada “Arrábida”, sito na Rua Mártires da Pátria. A referida fábrica possui uma caldeira Barbok, dois cofres duplos, um cofre simples de esterilizar, uma máquina de azeitar, uma cravadeira Ludriz BC14, uma cravadeira Ludriz BC12, duas cravadeiras BC1, uma máquina de limpar lata, um motor a bomba de tirar água e um motor a vapor. A venda cobria as marcas: Gontez, Combattive, Sangamito, Santé.</p>	A fábrica de conservas desta sociedade foi posteriormente ocupada pela sociedade Luças & C ^a .	
30	Algarve Exportador, Lda.	1920	?		Conservas de peixe	Rua Trabalhadores do Mar	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>* Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 79.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5202 / 264, f.l.64 –?</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,7964/496, f.l.86 – 87v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5179/410, f.l 1 – 3v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5179/410, f.l 29 – 32v.</p>	<p>*Cartografia 2.</p>	<p>Em 1933 algarve o exportador arrenda o terrenos a poente da antiga Fábrica Garrec, composto por seis armazéns cobertos de telha, suportados por pilares, deixando livre passagem interior, tendo os 3 armazéns mais ao sul, cada um uma janela do lado poente e uma porta e uma janela a nascente, os três armazéns mãos a norte, cada um, tem uma porta e janela do lado nascente. O grupo de armazéns, sito na Doca Delpeut, tem por limites: a poente os edifícios da firma arrendatária (antiga fábrica Chancerelle); ao Norte, armazéns e terrenos pertencentes as senhorios (quintal da antiga fábrica Garrec); A nascente, um quintal na direção norte-sul desde os terrenos dos senhorios até á rua sul da Doca, no comprimento todo dos 6 armazéns e com serventia para a rua sul da Doca; ao sul, um pequeno triângulo de terreno coberto em continuação do último armazém. Em 1946, compram o referido prédio urbano. Mais tarde no mesmo ano, compram a parte que ocupa o ângulo norte do respetivo terreno, com área aprox.de cerca de 980 m2.Tal parte compreende, uma parte descoberta com cerca de trezentos m2, várias arrecadações, cerca de 100m2, e mais a sul uma parte edificada com cerca de 580m2; para nascente, um muro e uma fachada com quatro portas e um portão com os números particulares 35 a 39 (correspondentes aos n^os da matriz 33, 34 e 35). Confronta pelo norte com outro prédio dos vendedores (antiga fábrica ascensão) e pelo sul com a restante parte vendida.</p>	Não existe qualquer vestígio edificado. O quarteirão onde se encontravam estabelecidas as três fábricas foi inteiramente destruído.	
31	Silvas, Coelho, Lda.	1922	?	Unida	Conservas de peixe	Rua Gen. Gomes Freire, n ^o 85	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*A.D.S., F.N.Set.,5191 /189, f.l 92v –?</p> <p>*A.D.S., F.N.Set.,5234/134, f.l 38 – 44.</p>		<p>Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.</p>	Não existe qualquer vestígio edificado.	

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita			
32	Casimiro & Nascimento, Sucos. (1922 / 1943) Casimiro & Nascimento, Sucos, Lda. (1943 /?)	1922	? (nos anos 50 para a sua produção)	A predilecta	Conservas alimentícias	Largo António Joaquim Correia, 1 a 3	<p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p.55.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i>, Junho de 1951, p. 35.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5180/414, f.l 50 – 53v.</p> <p>*A.D.S., F.N.Set.,5230/108, f.l 10 – 15v.</p>		Em 1946, arrenda armazém acabado de construir no quintal de um prédio com frente para o largo de António Joaquim Correia. Confinante a sul com a sua fábrica de conservas, do poente com a Igreja de Nossa Senhora da Anunciada. Arrendamento pelo prazo de um ano destinado, exclusivamente, a dependência e instalações da fábrica de conservas de peixe da arrendatária, contígua ao mesmo armazém. A fábrica para a sua produção nos anos 50.	Edifício atualmente ocupado por outras funções. Foi impossível confirmar que alterações foram feitas ao edifício, mas desconfia-se que toda a frente para a Avenida Luísa Todi sofreu modificações. Não se tem conhecimento se o edifício se manteve de origem.
33	António Alonso, Hijos (1922/1942); Conservas António Alonso, Lda. (1942 /?)	1922	? (nos anos 50 para a sua produção)	<i>Espanhóis do Bonfim</i>	Conservas de peixe	Rua Almeida Garrett, 54 a 62	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p. 32.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i>, Junho de 1951, p. 35.</p> <p>*in Can the Can: Canned Goes Gourmet.[online].Available at http://canthecanlisboa.com/alonso-2/ [Acedido em Agosto 2015].</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,5232/116, f.l 27v – 30.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5229/103, f.l 45 – 48v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5229 / 103, f.l 39v – 44v.</p>	*Figura 35; *Figura 36; *Figura 37.	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica entra em laboração em 1922. Em 1942, por dissolução da sociedade António Alonso, Hijos, com sede em Vigo mas já com uma unidade fabril em Setúbal, a referida sociedade adota o nome de Conservas António Alonso, Lda. mantém a antiga fábrica. Em 1942, a Conservas António Alonso, Lda. compra um prédio rustico denominado “Quinta do Bonfim”, sito em Setúbal na estrada dos Ciprestes. Do lado norte encontra-se o quintal de António Alonso, Hijos e do nascente com o edifício da referida sociedade. Cessam a sua atividade conserveira, em Setúbal, nos anos 50.	Edifício abandonado e em moderado estado de degradação. Contudo ainda se mantêm os barracões que compunham a antiga fábrica, assim como a sua chaminé. Não foi possível avaliar o seu interior.
34	Tenório & Madeiras, Lda. (1923 /?)	1923	? (Última ref. 1969)		Conservas de Peixe	Rua Oriental do Mercado	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,5204/288, f.l. 61v- 63v.</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,7979/A35, f.l. 45 – 47v.</p>		Em 1965, produz as seguintes marcas: “Batalha”, “Sintra”, “Car Lucy”	Não foi possível encontrar a sua localização.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita			
35	López Valeiras, Hermanos (1923 / 1944); Lopez Valeiras, Lda. (1944 /?)	1923	? (nos anos 50 para a sua produção)	Bella Vista	Conservas de peixe, marisco e moluscos	Rua Camilo Castelo Branco, 5	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista Conservas de Portugal, número único, 1943, p. 33 e 90.</p> <p>*Revista Conservas de Peixe, 1950.</p> <p>*Revista Conservas de Peixe, Abril de 1961.</p> <p>*Jornal O século - Os Produtos Portugueses no Mundo, Junho de 1951, p. 35.</p> <p>* A.D.S., C.N.Set.,5233 / 128, f.l 66v – 69v.</p> <p>* A.D.S., F.N.Set.,5231 / 114, f.l 3v – 7v.</p>	<p>*Figura 11;</p> <p>*Figura 12;</p> <p>*Figura 16;</p> <p>*Figura 38;</p> <p>*Figura 39.</p>	Segundo a revista Conservas de Portugal, a referida sociedade com sede em Espanha estabelece a sua fábrica, em Setúbal, em 1923. Em 1946, compra prédio urbano composto por armazém e quinta cimentada e telheiros, situado no Bêco dos Barrocas. Confronta do norte com a fábrica da sociedade referida. Nos anos 50 cessa a sua atividade.	Edifício integralmente destruído à exceção da parede a tardoz e da sua chaminé.
36	Gândara, Haz, Rábago & Cª, Lda.	1923	? (Em 1955 vende a sua fábrica)		Conservas de peixe	Estrada da Graça (Vila Maria)	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Portugal</i>, número único, 1943, p.33.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5227 / 90, f.l 77v – 81.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5370 / 193, f.l. 17v – 20.</p> <p>*Memória descritiva do projeto de obras (<i>Documento 10</i>).</p>	<p>*Cartografia 2;</p> <p>*Figura 62.</p>	Segundo a revista Conservas de Portugal, a referida sociedade com sede em Vigo (Espanha) estabelece a sua fábrica, em Setúbal, em 1924. Em 1955, vende o prédio sito na Vila Maria, à Estrada da Graça, composto por casas de habitação, dois armazéns destinados a fábrica de conservas e terreno.	Não existe qualquer vestígio edificado.
37	Viegas, Braga & Cª, Lda. (1923 /?), Carlos Viegas & Cª, Lda. (? / 1931) Conservas São Pedro, Lda. (1931 /?)	1923	? (nos anos 60 ainda está no ativo)		Conservas de Peixe	Estrada da Graça, nº 222	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista Conservas de Peixe, 1950.</p> <p>*Revista Conservas de Peixe, Abril de 1961.</p> <p>*Revista Conservas de Portugal, número único, 1943, p.34.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5171/356, f.l 14v – 16.</p> <p>*Memória descritiva do projeto de obras (<i>Documento 11</i>).</p>	<p>*Cartografia 2;</p> <p>*Figura 8;</p> <p>*Figura 65;</p> <p>*Figura 66;</p> <p>*Figura 67.</p>	Segundo a revista Conservas de Portugal, a referida sociedade com sede em Lisboa estabelece a sua fábrica, em Setúbal, em 1923. Em 1932, arrendam armazém onde se encontra instalada a sua fábrica de conservas. Segundo a revista Conservas de Peixe, de 1960, em 1961 a fábrica desta sociedade ainda se encontra em laboração.	Edifício integralmente destruído à exceção da parede lateral a nascente e da sua chaminé.
38	Oliveira, Neves & Aires, Lda.	1923	1924		Conservas de Peixe	Rua Camilo Castelo Branco	<p>*A.D.S., C.N.Set., 5203 / 177, f.l. 27v – 29v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set., 5203 / 177, f.l. 30 – 31v.</p>		Em 1924, a firma Oliveira, Neves & Aires vendeu os bens móveis à firma Marques, Neves & Cª Lda.	Não foi possível encontrar a sua localização.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
39	Fábrica Nacional de Conservas (1923, 1936); Fábrica Nacional de Conservas, Lda. (1936;1971)	1923	1971		Conservas de peixe	Rua Gomes Cardim, nº27,30 e 35; Rua da Saúde, Estrada da Rasca	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p.33, 55. *A.D.S., C.N.Set.,5209/318, f.l. 74- 76v. *A.D.S., C.N.Set.,5228/97, f.l 91 – 94. *A.D.S., C.N.Set.,9097/B65, f.l. 24 – 27.
40	Silva, Lda. (1924 /?); Comp. de Conservas Pavilhão, Lda. (? /?)	1924	?		Conservas de Peixe	Rua Camilo Castelo Branco	*A.D.S., F.N.Set.,5174/377, f.l 11 – 12v.
41	Benzinho, Lda (1925 / 1945)	1925	1945	Aliança	Conservas alimentícias	Entre a Rua da Saúde e a Estrada da Rasca	*Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 32, 90. *A.D.S.,C.N.Set.,5178/403, f.l 13v – 16. *A.D.S., C.N.Set.,1606 / 183, f.l 98v – 100v. *A.D.S., F.N.Set.,5229/102, f.l 98v – 100v. *A.D.S., F.N.Set.,5229/103, f.l 1 – 2v. *Memória descritiva do projeto de obras (Documento 12).
42	Aires, Raimundo & Silva	1925	? (nos anos 50 para a sua produção)	Estrela do Dia	Conservas de peixe	Vila Feixe Santana, Rua José Carlos da Maia	*A.D.S., C.N.Set., 5370 / 193, f.l. 33v –? *Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i> , Junho de 1951, p. 35.
43	A. J. Fradique	1926	?		Conservas de peixe	Estrada da Graça	*A.D.S., C.N.Set., 5375 / 223, f.l. 21 –?
44	Silva, Santos & Cª, Lda. (1928 / anterior a 1943), Conservas Estrela, Lda. (anterior a 1943 /?)	1928	? (Hipoteca a sua fábrica em 1983)	S. Filipe/ Estrela	Conservas de peixe	Estrada da Rasca, nº16	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950 *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 75. *A.D.S., C.N.Set.,7970/526, f.l. 18 – 20v. *A.D.S., C.N.Set.,5375/221, f.l. 81 – 84. *A.D.S., C.N.Set.,5227/89, f.l 73v – 75 v. *A.D.S., C.N.Set.,9137/171C, f.l. 59 – 63.

Fonte	Observações	Estado atual
Gráfica e fotográfica		
	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica é fundada em 1924. Em 1941, arrenda, por 5 anos, um rés-do-chão e primeiro andar, já destinado a uma fábrica de conservas, na Rua Gomes Cardim. Em 1971, existe referência de que possui fábrica de conservas de peixe na Rua da saúde. Esta confronta do norte com a estrada da Rasca e do poente com Ramirez & Cª, Lda.	A fábrica de conservas desta sociedade foi posteriormente ocupada pela sociedade Nero & Cª, sucessor e pela Sadiconser – Industrias Reunidas de conservas do Sado, Lda. Não foi possível verificar se foram feitas alterações ao edifício.
		Não foi possível encontrar a sua localização.
*Figura 68.	Constituída sob a firma Casimiro & Nascimento (1922 / 1925) em 1925. Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a referida sociedade inicia a atividade da sua fábrica, em Setúbal, em 1925. Marcas registadas: Iris; Nicola; Monica	O edifício não se manteve na sua totalidade, o lado a Sul foi integralmente substituído e o lado Norte apesar não se encontrar num elevado estado de degradação está desocupado. Não foram encontrados vestígios da sua chaminé.
	Segundo o Jornal <i>O século</i> , em 1951 a fábrica já não se encontrava no ativo.	O edifício não apresenta um mau estado de conservação, mas encontra-se desocupado. A chaminé ainda se mantém.
*Cartografia 2.	Em 1928, decorre um distacto do arrendamento feito a Ernest Bliebernicht.	Não é possível afirmar se o edifício que se encontra nesse local corresponde à fábrica desta sociedade.
	Marcas registadas: Magda; Parissette; Reine Esther; O.K. Em 1940, arrenda um armazém sem numeração policial, situado na travessa da Rasca e confronta a Norte a Estrada da Rasca . A fábrica da referida sociedade possui: 20 pias de peixe, 1 lavador de peixe, 3 cozedores estáticos, 1 transportador aéreo, 1 mesa alimentadora das cravadeiras, 3 lavadores, 9 cestos basculantes e autoclavantes, 3 autoclaves cilíndricos verticais, 1 conjunto de passarelas metálicas, com escadas, 1 linha monocarril com diferencial elétrico para mil quilos, 1 descarregador – alimentador de latas, uma máquina de lavar e secar latas, um transportador de embalagem, estação de óleos e azeites e transportador, mesas de descabeçamento, de engrelhar ou enlatar e transportadores. Em 1983 hipoteca a sua fábrica.	Edifício atualmente ocupado por outras funções. Não existem vestígios relativos à chaminé.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
45	Empresa Ind. De Conservas Poker, Lda	1929	? (nos anos 50 para a sua produção)	Poker	Conservas de peixe	Estrada da Rasca, nº25	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p.32 e 57. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i> , Junho de 1951, p. 35. *A.D.S., C.N.Set.,5372/201, f.l. 32 – 34v.
46	Soromenhos & Victor, Lda.	1929	1956	Eva	Conservas de Peixe	Rua da Saúde, frente para a Estrada da Rasca	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 33. *A.D.S., C.N.Set.,7963/489, f.l. 12v – 14. *A.D.S., C.N.Set.,7963/489, f.l. 3 – 5v. *A.D.S., C.N.Set.,9137/171C, f.l. 59 – 63.
47	Sociedade de Conservas Rainha do Sado, Lda.	1931	? (nos anos 50 para a sua produção)		Conservas de peixe	Estrada da Graça, junto à Pedra Furada	*Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i> , Junho de 1951, p. 35. *A.D.S., C.N.Set.,5170/353, f.l. 30 – 33. *A.D.S., C.N.Set.,5170/351, f.l. 18v – 22.
48	Ramirez & Cª, Lda.	1932	1963		Conservas de peixe (Sardinha, Cavala, Atum)	Rua da Saúde, nº90	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *A.D.S., C.N.Set.,7977/A22, f.l. 79v – 82v.
49	G. Mariz	1933	? (nos anos 50 para a sua produção)	Adamastor	Conservas de peixe	Estrada da Graça	*Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i> , Junho de 1951, p. 35. *A.D.S., F.N.Set.,5202/266, f.l. 3- 5v.

Fonte	Observações	Vestígios
		Gráfica e fotográfica
*Cartografia 2; *Figura 23	Constituída sob a firma J.A. de Melo Bastos, Lda. (1926 / 1929) em 1929. Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a referida sociedade com sede em Lisboa estabelece a sua fábrica, em Setúbal, em 1932. Nos anos 50 cessa a sua atividade. Marcas registadas: Poker; Manette; Anita; Serrana	Edifício desocupado e a fachada apresenta algumas fissuras. Não foi possível avaliar o interior nem encontrados vestígios da chaminé.
*Cartografia 2.	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica entra em atividade em 1929. Marcas registadas: Marquise; Duchesse; Comtesse; Ficheb oy; Ris Vagus; Edel weiss Em 1956, vende a sua unidade industrial a Cruz & Afonso (irmão), Lda. Unidade fabril constituída por 3 cofres, duas cravadeiras B C-12, uma caldeira, 24 carros para coser peixe e 8 talhos para azeite. Cruz & Afonso (Irmão), Lda. transferem a referida fábrica para Olhão.	A fábrica de conservas desta sociedade foi posteriormente ocupada pela sociedade Fábrica Nacional de Conservas, Lda., Nero & Cª, sucessor e Sadiconser – Industrias Reunidas de conservas do Sado, Lda. Não foi possível verificar se foram sendo feitas alterações ao edifício.
*Cartografia 2.	Em 1932, a sociedade com sede em Lisboa aluga um edifício, que serve de fábrica de conservas, na Estrada da Graça, junto à Pedra Furada. É composto por três armazéns contíguos a dois primeiros andares, sendo destinado a habitação e estando excluído do presente contrato. Os armazéns têm no seu interior dois cofres em cimento armado, dezassete fios para peixe, uma ala para detritos, outra para dez meios de sal, duas retretes exteriores, dois paçãs e um tanque. Segundo o <i>Jornal O século</i> , em 1951 a fábrica já não se encontrava no ativo.	Não existe qualquer vestígio edificado.
*Cartografia 2.	Marcas registadas: S. Ramirez; Non Plus Ultra; Cocagne; Les Sublimes; Gabriel Brand	A fábrica de conservas desta sociedade foi posteriormente ocupada pela sociedade Fábrica de Conservas São Jorge, Lda. e pela sociedade António & Henrique Serrano, SARL: Produtos Alimentares. Não foi possível verificar se foram sendo feitas alterações ao edifício.
*Cartografia 2.	A sociedade foi constituída anteriormente, contudo só em 1933 é constituída em termos legais. Segundo o <i>Jornal O século</i> , em 1951 a fábrica já não se encontrava no ativo.	Não é possível afirmar se o edifício que se encontra nesse local corresponde à fábrica desta sociedade.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
50	Conservas Supremo, Lda.	1937	1986		Conservas de peixe	Rua Alves da Silva, nº 2	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *A.D.S., C.N.Set.,5204/290, f.l. 12- 14v. *A.D.S., C.N.Set.,5173/371, f.l 78 – 79.
51	Alberto Soares Ribeiro, Lda.	1937	? (nos anos 60 ainda está no ativo)	Gizela	Conservas de peixe	Estrada Rasca, nº 22	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 32. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *A.D.S., C.N.Set.,5375/220, f.l. 96v – 100v. *A.D.S., C.N.Set.,5375/221, f.l. 1 – 8v. *Memória descritiva do projeto de obras (<i>Documento 13</i>).
52	Luças & Cª, Lda.	1940	Sociedade ainda no ativo		Conservas de peixe	Rua Mártires da Pátria, nº5 e 9	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *in Can the Can: Canned Goes Gourmet.[online]. Available at http://canthecanlisboa.com/lucas-3/ [Acedido em Agosto 2015]. *A.D.S., F.N.Set.,7964/493, f.l. 39 – 43v.
53	Adão Polónia & Cª, Lda.	1941	1960		Conservas de peixe	Estrada da Graça	*Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i> , Junho de 1951, p. 35. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 33. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *A.D.S., F.N.Set.,5177/397, f.l 85 – 87.
54	Francisco Alves & Filhos, Lda.	1943	1979	Estrela do Sul	Conservas de peixe	Rua Camilo Castelo Branco, nº 23	*A.D.S., C.N.Set.,9084/A85, f.l. 77 – 78v. *A.D.S., C.N.Set.,9542/D67, f.l. 60v – 63v.

Fonte	Observações	Estado atual
Gráfica e fotográfica		
	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica inicia a atividade em 1937. Em 1937, a firma arrenda um prédio urbano composto de armazém com quintal sito na Estrada de Azeitão. Contém uma caldeira horizontal a vapor, com os respetivos acessórios, incluindo um gifar, m recipiente a tijolo para “banho-maria” e um guindaste. O armazém destina-se a armazenagem de materiais industriais respeitantes a indústria de conservas de peixe, e foi autorizada a instalar ali uma fábrica de conservas desde que obtenha autorização.	Não foi possível encontrar a sua localização.
*Figura 68.	Segundo a revista <i>Conservas de Portugal</i> , a fábrica entra em laboração em 1937. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.	Edifício atualmente ocupado por outras funções. Pressupõem-se a alteração dos elementos integrantes da fachada, portas e janelas. A chaminé mantém-se.
*Cartografia 2.	A referida fábrica tem sede em Matozinhos. Em 1956, compra a Santos, Gomes, Gamito & Cª, Lda. uma unidade industrial, sito na Rua Mártires da Pátria. Denominada “Arrábida”, a unidade possuía uma caldeira Barbok, dois cofres duplos, um cofre simples de esterilizar, uma máquina de azeitar, uma cravadeira Ludriz BC14, uma cravadeira Ludriz BC12, duas cravadeiras BC1, uma máquina de limpar lata, um motor a bomba de tirar água e um motor a vapor. São também compradas as marcas: “Gontez”, “Combattive”, “Sangamito”, “Santé”.	Edifício abandonado e em moderado estado de degradação pelo que se pôde observar pelo exterior. Ainda possui cobertura (em telha). Não foram encontrados vestígios da chaminé nem se verificam alterações no edifício.
	Em 1944 compra um prédio urbano em mau estado de conservação, composto de armazéns destinados a fábrica de conservas, primeiro e segundos andares, sito em Setúbal, na Estrada da Graça. Contudo, segundo a Revista <i>Conservas de Portugal</i> , em 1943 já se encontrava em construção a fábrica de conservas da referida sociedade, que tem sede em Matozinhos. A fábrica de Setúbal cessou atividade nos anos 50.	Não foi possível encontrar a sua localização.
*Figura 15; *Figura 16; *Figura 17.	A sociedade referida cessou a sua atividade conserveira, por volta de 1976. Que por dissolução de sociedade e liquidação do património social, foi adjudicada, em comum e em partes iguais, o prédio, composto de um edifício com seus logradouros, da sua antiga fábrica de Conservas.	Edifício integralmente destruído à exceção da parede adjacente ao cemitério e da sua chaminé. No baluarte de São Domingos ainda se encontram as marcas desta fábrica.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte	Fonte	Observações	Estado atual
							Escrita			
55	João C. Gargalo, Lda. (1946 / 1947) / João C. Gargalo & Herdeiros, Lda. (1954 /?)	1946	? (nos anos 60 ainda está no ativo)	Gargalo	Conservas de peixe, carne e fruta	Rua Oriental do Mercado, numero 1 a 5	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,7967/510, f.l. 73v – 75v.</p> <p>*A.D.S., F.N.Set.,5180/418, f.l 78v – 79v.</p> <p>*A.D.S., F.N.Set.,5234 / 129, f.l 32 – 40.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5369/184, f.l. 2 – 8.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5370/192, f.l. 24 – 28.</p>	<p>*Cartografia 2;</p> <p>*Cartografia 3;</p> <p>*Figura 19;</p> <p>*Figura 21.</p>	<p>João C. Gargalo, Lda. não chega a possuir uma unidade fabril. João C. Gargalo & Herdeiros, Lda mantém o património industrial de João C. Gargalo. Em 1955, compra a unidade industrial de conservas de peixe com molhos, a P. Monteiros & Cª, Lda. Esta compreende a) prédio urbano composto de rés-do-chão com uma divisão, na rua da Cordoaria, nº 17, com frente para a Rua da Saúde, onde tem os nºs. 76 e 78. b) Prédio urbano composto de rés-do-chão na rua da cordoaria, nº 7 e 15, tronejando para a travessa da cordoaria. c) Uma fábrica de conservas de peixe, em molhos, instalada nos aludidos imóveis e no prédio urbano composto de um corredor, de que é senhoria a Dona Maria Madalena Sanches. Dessa fábrica fazem parte o respetivo fundo corporativo, os móveis, maquinismos, e ferramentas. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.</p>	Edifício atualmente ocupado, mas por outras funções. Contudo, apresenta um moderado estado de degradação e condições precárias. A chaminé ainda se mantém. Não foi possível avaliar o interior.
56	Sadiconser – Industrias Reunidas de Conservas do Sado, S.A.R.L. (1973 / 1982); Sadiconser – Industrias Reunidas de conservas do Sado, Lda. (1982 /?)	1973	? (Última referência em 1993)		Conservas de peixe	Rua da Saúde, 82-86	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9099/B76, f.l. 70 – 79v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9083/A79, f.l. 64v. – 66v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9545/84D, f.l. 31v – 35v.</p>		<p>Em 1974, compram unidade industrial apta para o fabrico de conservas de peixe e respetivos armazéns, onde anteriormente se estabeleceu a sociedade Nero & Cª, Sucessor. Nesta compra estavam incluídas todas as máquinas e constituintes que se encontrarem na unidade fabril; o fundo corporativo respeitante à unidade fabril, e suas reservas; as marcas “Val Flor”, “Bert Day”.</p>	Edifício atualmente ocupado, mas alberga outras funções. Pressupõem-se a alteração dos elementos integrantes da fachada, portas e janelas. Não foram encontrados vestígios da chaminé.
57	Fábrica de Conservas São Jorge, Lda.	1982	?	São Jorge	Conservas de peixe	Rua da Saúde	*A.D.S., C.N.Set.,9268/128 B, f.l. 85 – 87.		<p>Pode ter mudado de instalações.</p>	A fábrica de conservas desta sociedade foi posteriormente ocupada pela sociedade António & Henrique Serrano, SARL: Produtos Alimentares. Não foi possível verificar se foram feitas alterações ao edifício.
58	Conservas Unitas, Lda.	?	1979			Parque das Escolas	<p>*A.D.S., C.N.Set.,5233 / 126, f.l 62 – 64v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,5179 / 411, f.l 76v – 79.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,7961 / 476, f.l. 15 – 17v.</p> <p>*A.D.S., C.N.Set.,9271 / 143B, f.l. 85v – 88v.</p>	<p>*Figura 40;</p> <p>*Figura 41;</p> <p>*Figura 42;</p> <p>*Figura 43.</p>	<p>Em 1932, a sociedade Conservas Unitas, Lda. compra a marca industrial “Eremita” a Santos, Gomes, Gamito & Cª, Lda. Em 1946, a sociedade Conservas Unitas, Lda. arrenda primeiro andar e rés-do-chão, no Parque das Escolas. Este destina-se a fábrica de conservas e confronta do norte com o referido parque, a sul com a rua Gomes Cardim. Ainda no mesmo ano, arrenda primeiro andar, com os números de polícia 31 e 33, no Parque Luiza Todi, dando para a rua Gomes Cardim. A sociedade depois de falir vende, em 1988, os seus prédios urbanos: Situado na Travessa Oriental do Mercado, nº 1 e 3, tornejando para a Rua dos Trabalhadores do Mar, com o nº 5, para a Rua da Praia da Saúde, com os números 2 e 4; Situado na Rua da Praia da Saúde, nº 6, 8, 10 e 12 e Parque das Escolas, nº 27, 28 e 29, 30.</p>	Não existe qualquer vestígio edificado. Atualmente, este local destina-se a estacionamento.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
59	Bonifácio Lázaro (? / 1940); Bonifácio Lázaro, Lda. (1940 /1965)	?	1965		Conservas de peixe	Rua da Saúde	*Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 83. *A.D.S., C.N.Set.,7979/A32, f.l. 4 – 6. *A.D.S., F.N.Set.,5209/317, f.l. 90v- 92.
60	Lopes da Cruz & C ^a , Lda.	?	?	Conservas Oceano	Conservas de Peixe	Rua Morgado, Estrada da Rasca nº24,26 e 28	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. * A.D.S., C.N.Set.,7963/491, f.l. 21v – 23v.
61	Jaime Serrano Junior	?	?	Sélene	Conservas de peixe	Rua Gen. Gomes Freire, nº 85	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950.
62	E. Bliiebernicht	?	? (nos anos 60ainda está no ativo)	A minhota	Conservas de peixe	Estrada da Graça, nº 282	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). * Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. * Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> número único, 1943, p. 59.
63	Manoel dos Santos Forreta	?	?	Conservas Alimentícias Peixeira	Conservas alimentícias	Estrada da Graça	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950.
64	Veiga, Lda.	?	? (nos anos 60ainda está no ativo)		Conservas de peixe	Rua Oriental do Mercado, nº 22	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 32,33 e 86. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *A.D.S., C.N.Set.,5375/220, f.l. 96v – 100v. *A.D.S., C.N.Set.,5375/221, f.l. 1 – 8v.

Fonte	Observações	Estado atual
Gráfica e fotográfica		
*Cartografia 2.	Explorava a atividade da estiva (conserva de peixe pelo sal) e possuiu algumas fábricas. Em 1941, Bonifácio Lázaro vende uma unidade industrial, sito em setúbal, a qual há bastantes anos é explorada pela sociedade Manuel José Joaquim, Lda. A partir da data desta escritura e para sempre, pertence à sociedade "Conservas do Prado, Limitada," com sede em Matozinhos. A firma Conservas do Prado, Lda. transferiu todo o equipamento industrial respeitante à dita unidade.	Não existe qualquer vestígio edificado. No local, atualmente encontram-se edifícios de habitação.
* Figura 72.	Em 1937, já possuía uma fábrica na Rua Morgado. Em 1956, compra a unidade fabril. Esta compõem-se dois armazéns	Edifício atualmente ocupado, por outras funções. Contudo, a fachada apresenta algumas fissuras e verificou-se que foi alterada, foi acrescentado do lado Sul um piso.
		Não foi possível encontrar a sua localização.
*Cartografia 2. * Figura 9.	Marcas: Charles Martel; Magellan; D'Artagnan; Le voilur; Flore De acordo com a planta do Porto de Setúbal de 1933, esta fábrica estava no ativo nesse mesmo ano. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.	Não existe qualquer vestígio edificado à exceção da chaminé e ruínas daquilo que em tempos foi a fachada a Norte.
		Não foi possível encontrar a sua localização.
	É sócia na Empresa Cooperadora da Industria de Conservas, Lda., constituída em 1941; e na sociedade Unifa- União de Fabricantes de conservas de Peixe, Lda., constituída em 1957. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.	Não foi possível encontrar a sua localização.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
65	Lage, Ferreira & Cª, Lda.	?	?	Nun'Álvares		Rua dos Trabalhadores do Mar	*Revista <i>Conservas</i> ano 1 nº 8, 1936 p.10.
66	Domingos José da Costa	?	?		Conservas alimentícias	Estrada da Graça	
67	Manuel José Joaquim, Lda.	?	?		Conservas de peixe	Rua Gomes Cardim	*A.D.S., C.N.Set.,5209/317, f.l. 90v- 92. *Memória descritiva do projeto de obras (Documento 14).
68	Empresa Exportadora Lusitânia	? (1933 estabelece a sua fábrica)	? (nos anos 60 ainda está no ativo)		Conservas de peixe	Estrada da Graça, nº 236	*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976). * Revista <i>Conservas de Peixe</i> , 1950. *Revista <i>Conservas de Peixe</i> , Abril de 1961. *Revista <i>Conservas de Portugal</i> , número único, 1943, p. 33. *A.D.S., C.N.Set.,5202/268, f.l. 51- 53. *A.D.S., C.N.Set.,5228/98, f.l 70v – 73.

Fonte	Observações	Estado atual
* Figura 73.	Marcas registadas: Lage; Cidade; Numal; Condestável; Cadeau. A referida sociedade tem sede em Matozinhos.	Não existe qualquer vestígio edificado. O quarteirão onde se encontrava estabelecida a fábrica foi inteiramente destruído.
*Cartografia 2.		Parte do edifício encontra-se atualmente ocupado, mas alberga outras funções. A restante parte encontra-se desocupada e em moderado estado de degradação. A unidade fabril era constituída por cinco pequenos edifícios. Não foram encontrados vestígios da chaminé.
*Figura 75.	Em 1941, Bonifácio Lázaro vende a unidade industrial, sito em setúbal, a qual é explorada pela sociedade de Manuel José Joaquim, Lda. há alguns anos. A partir desse ano e para sempre, passou a pertencer á sociedade "Conservas do Prado, Limitada"; com sede em Matozinhos.	A fábrica desta sociedade pertencia a Bonifácio Lázaro.
*Cartografia 2.	A sociedade com sede em Lisboa arrenda, em 1933, três armazéns e um recinto anexo, sitos na Vila Lima a Vila Maria, na estrada da Graça. Os armazéns arrendados destinam-se ao exercício da indústria da estiva, peixe salgado e fins atinentes e quaisquer outros fins que à empresa arrendatária convier. Em 1941, a sociedade Empreza Exportadora Lusitânia, Lda., arrenda outro prédio urbano composto de armazém, sito na estrada da Graça, a fim de armazenar matérias-primas e materiais respeitantes à indústria das conservas de peixe. Segundo a revista <i>Conservas de Peixe</i> de 1961, em 1960 a fábrica desta sociedade ainda estava no ativo.	Não existe qualquer vestígio edificado. O local onde se encontrava estabelecida a fábrica foi inteiramente destruído.

Número	Sociedade (s)	Fundação	Dissolução	Nome da Fábrica	Tipo de conservas	Localização	Fonte
							Escrita
69	Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Lda.	? (estabelece a sua fábrica nos anos 50)	1995 (última referência)	Vasco da Gama	Conservas de peixe	Estrada da Graça, nº208	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, Abril de 1961.</p> <p>*Jornal <i>O século - Os Produtos Portugueses no Mundo</i>, Junho de 1951, p. 35.</p>
70	António & Henrique Serrano, SARL: Produtos Alimentares	?	1986	S. Jorge		Rua da Saúde, nº 90	<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p>
71	António Alonso Cuenca	?	?	Estiva			<p>*Tabela do Espólio do sindicato Nacional (Fábricas e empresas de Conservas em Setúbal anos 1952-1976).</p> <p>*Revista <i>Conservas de Peixe</i>, 1950.</p>

Fonte	Observações	Estado atual
Gráfica e fotográfica		
<p>*Figura 2</p> <p>*Figura 3;</p> <p>*Figura 4;</p> <p>*Figura 5;</p> <p>*Figura 6;</p> <p>*Figura 7;</p> <p>*Figura 44;</p> <p>*Figura 45.</p> <p>Nota: A fotografia (Figura 2) mostra o estado atual do exterior da fábrica (Figura 44; Figura 45).</p>	A Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Lda., com sede em Matozinhos, estabelece uma fábrica filial em Setúbal, nos anos 50.	Edifício atualmente abandonado e em ruína. Resiste ao tempo, de forma integral a fachada com a identificação da sociedade, a chaminé, o reservatório, as bancadas da secção de enlatamento, o tanque onde colocavam o peixe e os elementos estruturais, como pilares quadrados. Ainda é possível, identificar alguns espaços no interior, como a zona da administração, através das paredes divisórias que ainda hoje lá estão.
		Edifício atualmente ocupado por outras funções. Encontra-se num bom estado de conservação e a chaminé ainda se mantém. Contudo é possível que tenham ocorrido alterações no edifício.
		Não foi possível encontrar a sua localização

Anexo II - Planta com a localização das unidades conserveiras de Setúbal, em atividade no período 1924-1994

Cartografia 1 Planta com a localização das unidades conserveiras de Setúbal, em atividade no período 1924-1994.....2

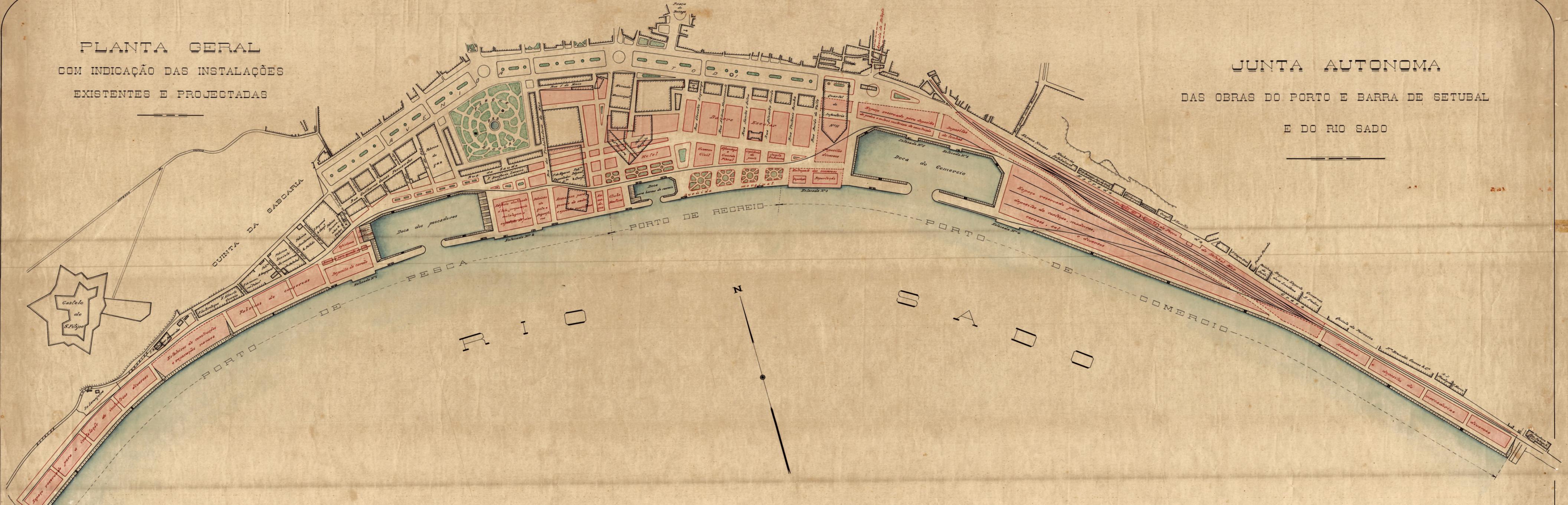


Anexo III – Cartografia do Arquivo do Porto de Setúbal

Cartografia 2 Perestrello, Afonso De Melo Cid, 1933, Planta do Porto de Setúbal, Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal. [Acessível APSS.].....222

PLANTA GERAL
COM INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES
EXISTENTES E PROJECTADAS

JUNTA AUTONOMA
DAS OBRAS DO PORTO E BARRA DE SETUBAL
E DO RIO SADO



ESCALA = 1:2000



Cartografia 3 Garrec, Ferdinand, 1920. Planta da Doca Delpeut, Porto de Setúbal. Secretaria de Estado da Marinha. 4ª Direcção Geral, Setúbal. [Acessível APSS.]

Anexo IV - Reportagem fotográfica do estado atual das unidades conserveiras



Figura 2 Número 69 – Vista geral da fachada da fábrica de conservas Vasco da Gama.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 3 Número 69 - Chaminé e reservatório da fábrica de conservas Vasco da Gama.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 4 Número 69 - Fachada da fábrica de conservas Vasco da Gama.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 5 Número 69 - Interior da fábrica de conservas Vasco da Gama.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 6 Número 69 - Secção de enlatamento da fábrica de conservas Vasco da Gama.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 7 Número 69 - Secção de enlatamento da fábrica de conservas Vasco da Gama.
(Freguesia de S. Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 8 Número 37 - Chaminé e parede da fábrica de Conservas São Pedro.
(Freguesia de S. Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 9 Número 62 - Chaminé da fábrica de conservas E. Bliiebernicht.
Fotografada sobre as ruínas da firma Sociedade Mecânica.
(Freguesia de S. Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 10 Chaminés de algumas fábricas de conservas.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 11 Número 35 - Chaminé da fábrica de conservas Bella Vista.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 12 Número 35 – Fábrica de conservas Bella Vista.
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura13 Número 6 - Fachada da fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda..
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 14 Número 6 - Fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda..
(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 15 Número 54 – Parede exterior sul da fábrica de conservas Estrela do Sul.
(Freguesia de S. Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 16 Números 35 e 54 - Chaminés das fábricas de conservas, Bella Vista, não identificada e Estrela do Sul.

(Freguesia de São Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 17 Número 54 - Fábrica de conservas Estrela do Sul.

(Freguesia de S. Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 18 Número 6 - Chaminé da fábrica de conservas da firma Viegas & Lopes, Lda.,
(Freguesia de S. Sebastião, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 19 Número 21 e 55 – Fábrica de conservas Aurora, chaminé e edifício da fábrica de conservas Gargalo
(direita).
(Freguesia de Nossa S. da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 20 Número 21- Fábrica de conservas Aurora.
(Freguesia de Nossa S. da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 21 Números 21e 55 - Fábrica de conservas Aurora e chaminé da fábrica Gargalo.
(Freguesia de Nossa S. da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 22 Chaminé e edifício de fábrica de conservas não identificada.
(Freguesia de Nossa S. da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 23 Número 45 - Fábrica de conservas Poker.
(Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)



Figura 24 Número 51 - Chaminé e edifício da fábrica de conservas Gizela.
(Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)

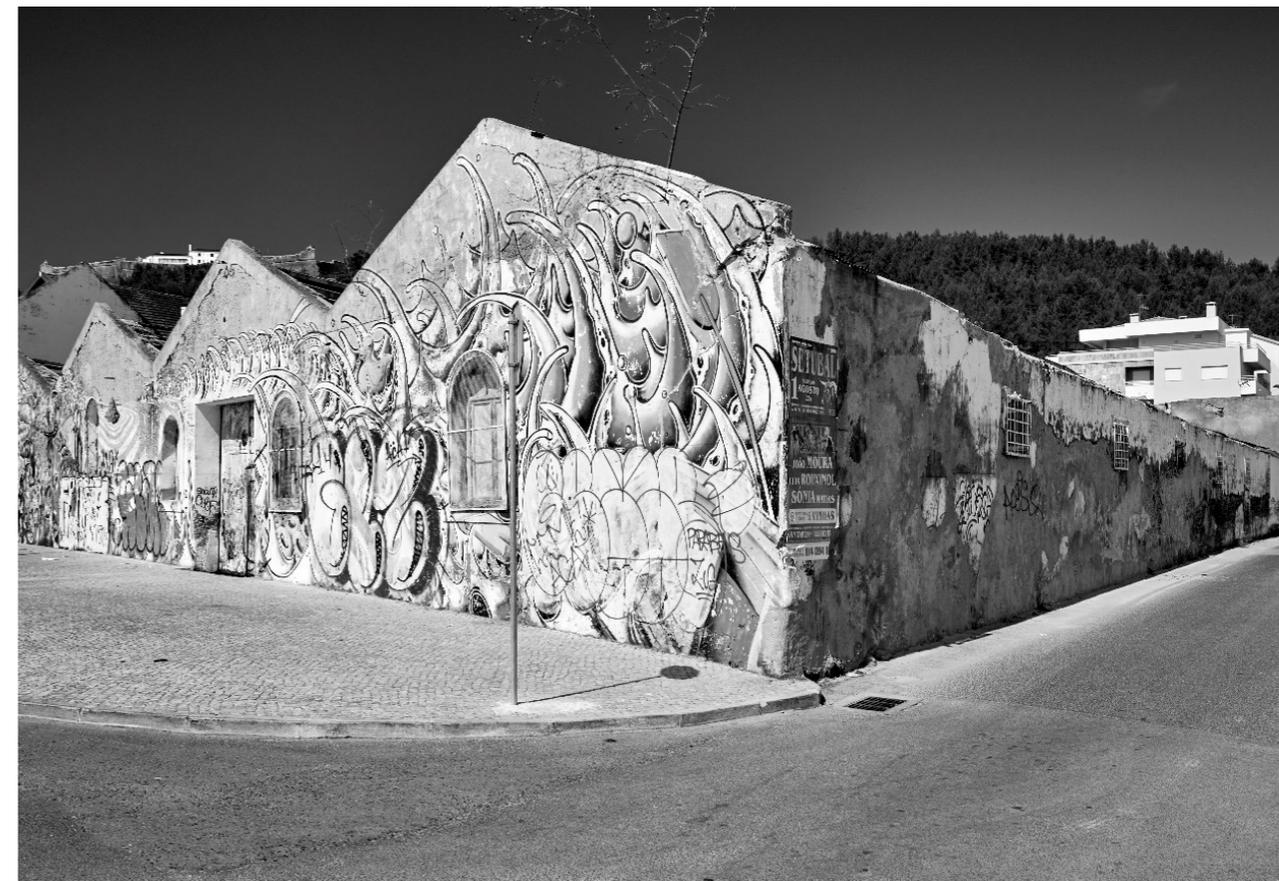


Figura 25 Número 27 - Fábrica de conservas da firma Sociéte de Conserves de Setúbal, Lda..
(Freguesia de Nossa S. da Anunciada, Concelho e Distrito de Setúbal)

Anexo V - Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro



Figura 26 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930.
AR395 A, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 27 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930.
AR18067, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 28 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto de visita de grupo alemão, anos 1930.
AR390, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 29 Número 6 - Fábrica de conservas Viegas & Lopes. Aspeto interior, anos 1930. AR629, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 30 Número 16 - Fábrica de conservas Marques Neves. Aspeto exterior, 1948. AR4385, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 31 Número 16 - Fábrica de conservas Marques Neves. Aspeto exterior depois de obra, 1949. AR5646 1, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 32 Número 17 - Fábrica de conservas Conservadora. Grupo de operários, 1927 (?). AR15787 2, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 33 Número 19 - Fábrica de conservas Lino da Silva. Rua General Gomes Freire, 1942. AR1591, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 34 Número 29 - Fábrica de Conservas Santos, Gomes e Gamito. Rua dos Mestres, 1936. AR13720, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 35 Número 33 - Fábrica de conservas Alonso. Aspeto interior (motor, gerador e quadro elétrico), 1943. AR1621, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 36 Número 33 - Fábrica de conservas Alonso. Aspeto da fábrica em laboração, 1952. AR7631 1, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 37 Número 33 - Fábrica de conservas Alonso. Aspeto da fábrica em laboração, 1952. AR7631 4, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 38 Número 35 - Fábrica de conservas Lopes e Valeras. Aspeto interior com janelas em contra-luz, 1950. AR6330, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 39 Número 35 - Fábrica de conservas Lopes e Valeras. Aspeto interior, 1950. AR6332, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 40 Número 39 - Fábrica de Conservas Unitas, de Mário Lêdo. No Parque das Escolas (atual Largo José Afonso) – aspeto exterior, 1948 AR4330, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 41 Número 39 - Fábrica de Conservas Unitas, de Mário Lêdo. No Parque das Escolas (atual Largo José Afonso) – aspeto interior (secção de descabeçar peixe e pios), 1948. AR4332, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 42 Número 58 - Fábrica de Conservas Unitas, – Aspeto interior, 1948. AR4331, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 43 Número 58 - Fábrica de Conservas Unitas, de Mário Lêdo. No Parque das Escolas (atual Largo José Afonso) – aspeto interior (secção das cravadeiras), 1948. AR4334, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 44 Número 69 - Fábrica de conservas Vasco da Gama. Aspeto exterior, 1972. AR14592, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]



Figura 45 Número 69 - Fábrica de conservas Vasco da Gama. Aspeto exterior, 1945. AR032215, Arquivo fotográfico Américo Ribeiro. [Acessível Casa Bocage]

Anexo VI - Processos de obras das unidades conserveiras, Câmara Municipal de Setúbal

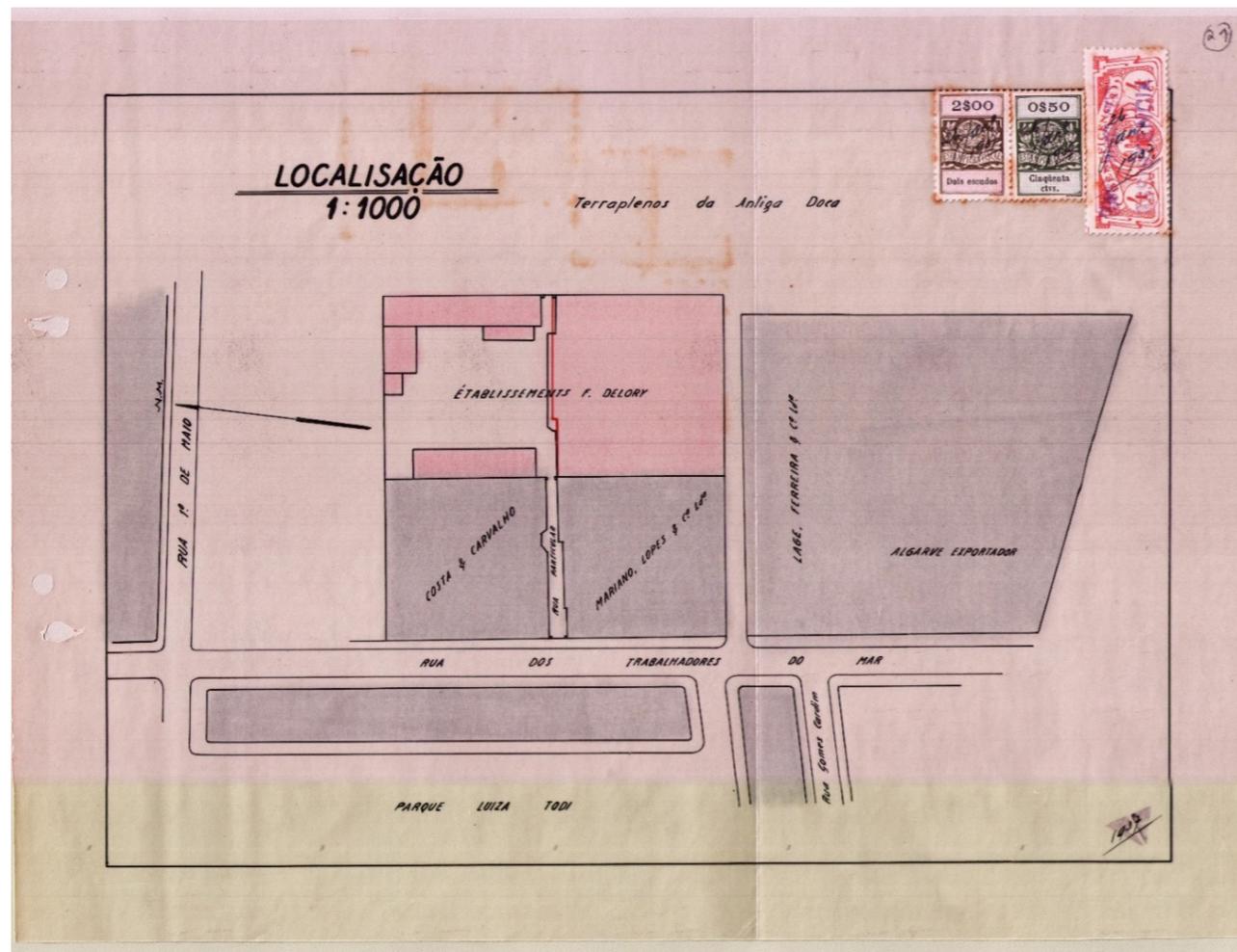


Figura 46 Número 1 - Planta de implantação. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

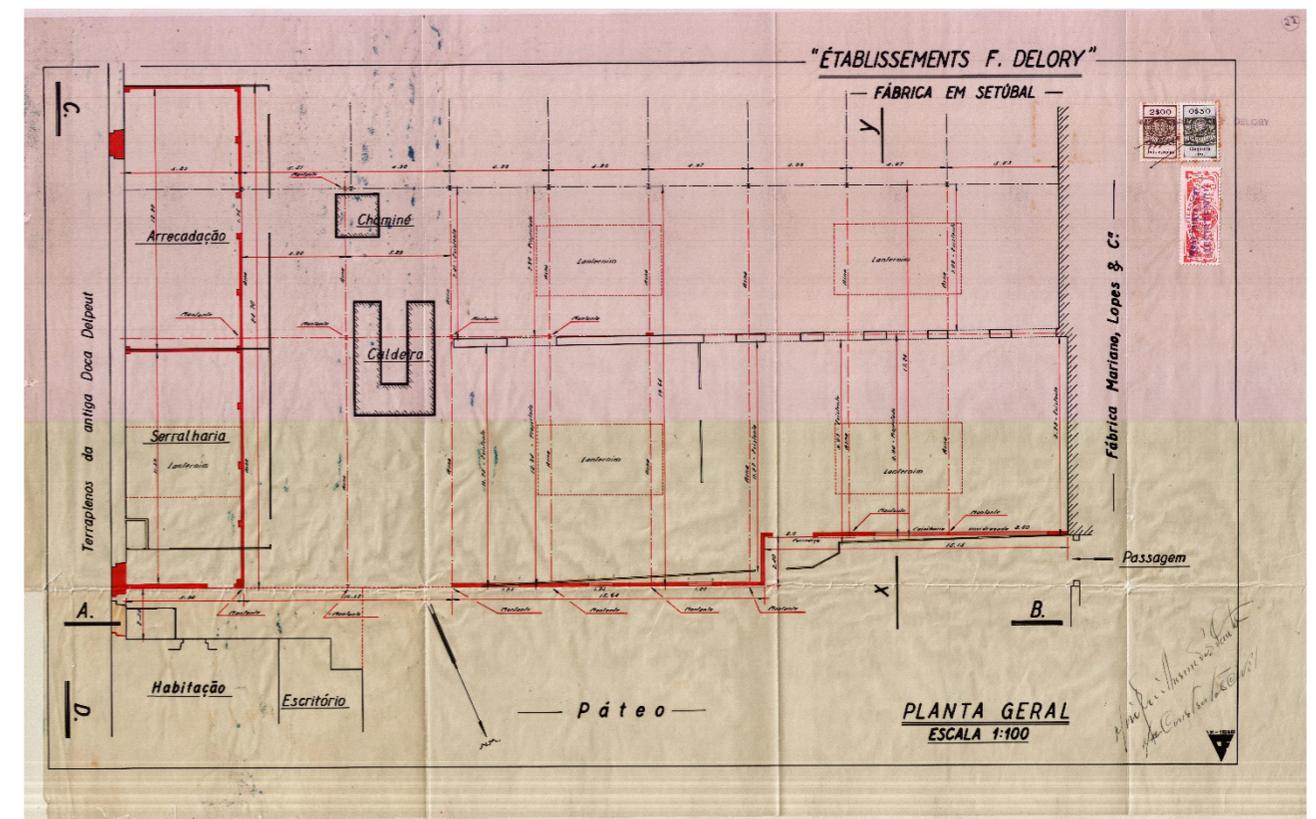


Figura 47 Número 1 - Planta geral. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

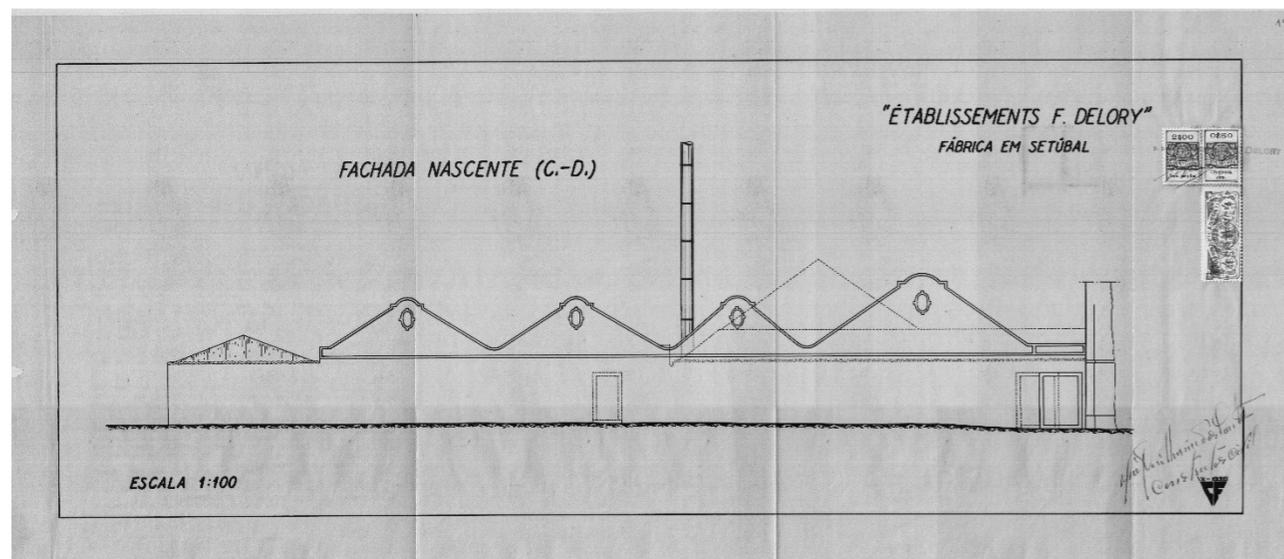


Figura 48 Número 1 - Alçado fachada nascente. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

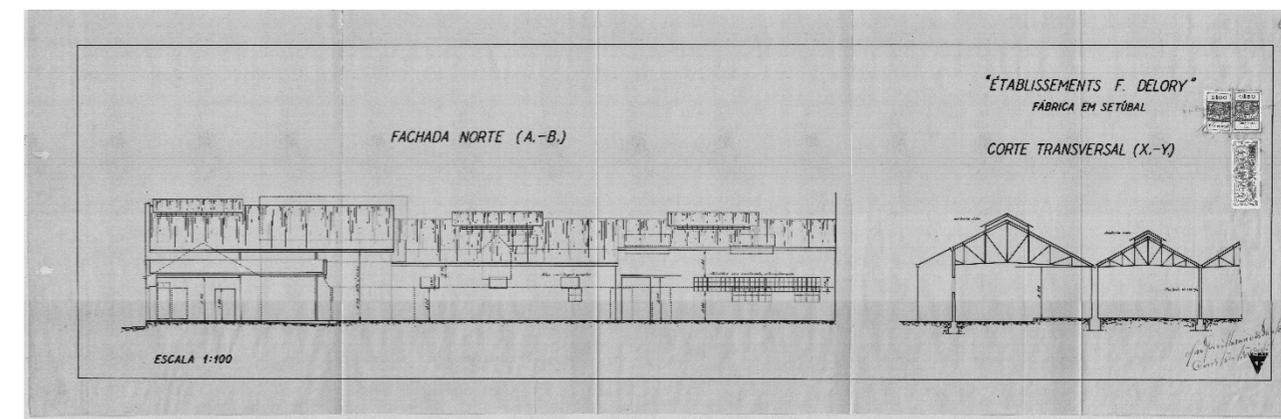


Figura 49 Número 1 - Alçado fachada norte e Corte transversal. Projeto de diversas obras da fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

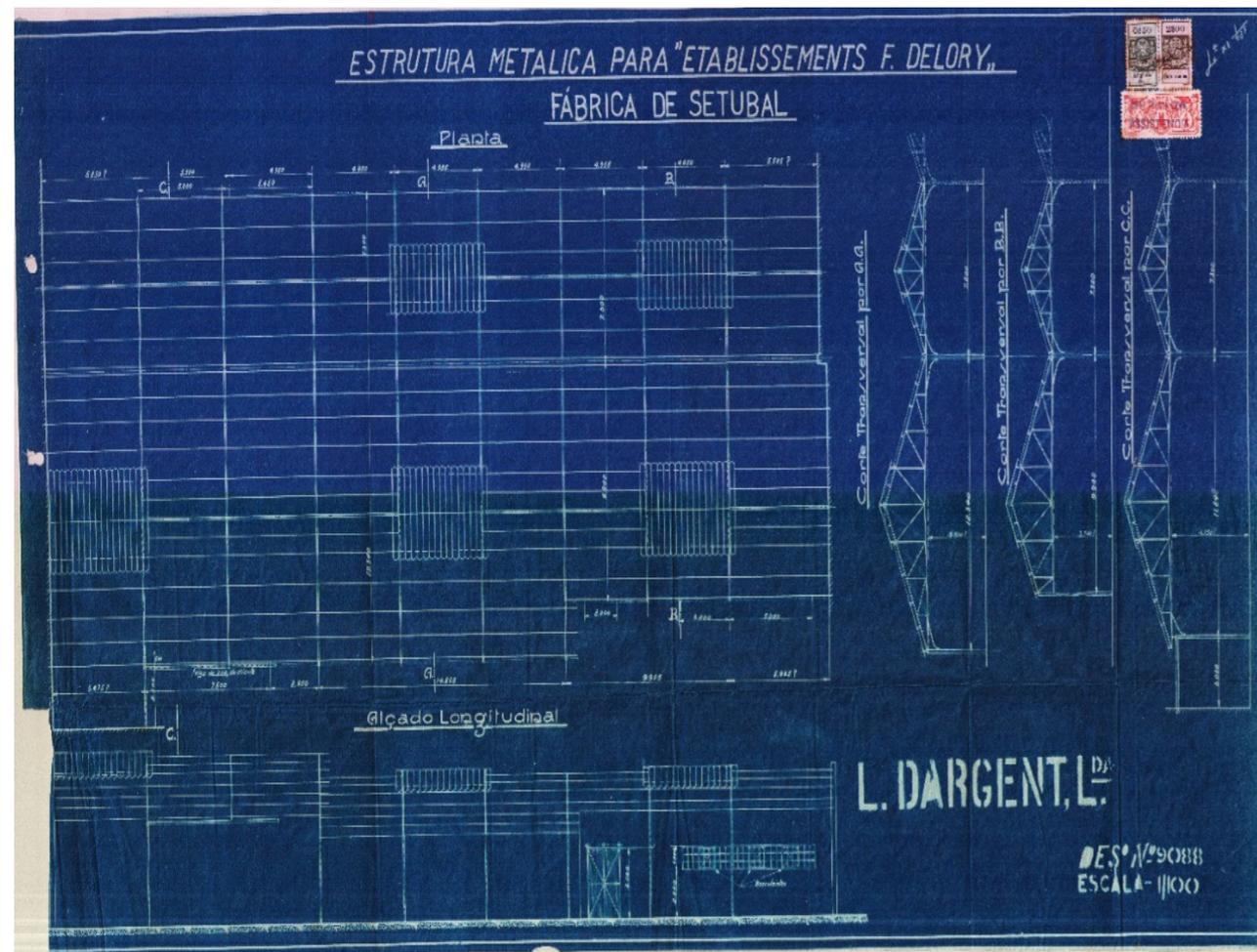


Figura 50 Número 1- Planta de cobertura, alçado longitudinal, cortes transversais. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

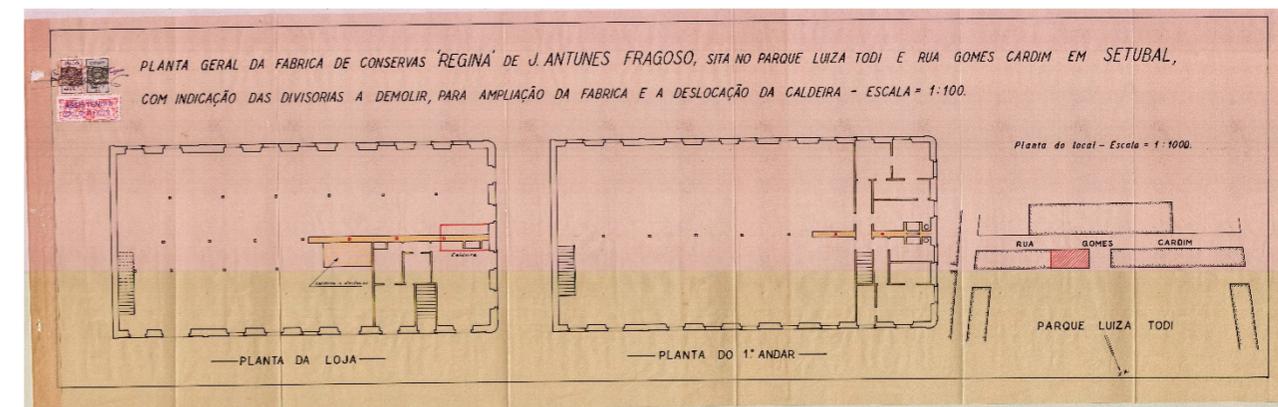


Figura 51 Número 10 - Planta de localização, planta da loja e 1º andar. Projeto de demolição de divisórias para ampliação da fábrica de conservas da firma J. Antunes Fragoso, Lda., 1935. Processo de Obras nº 75/1934/35. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

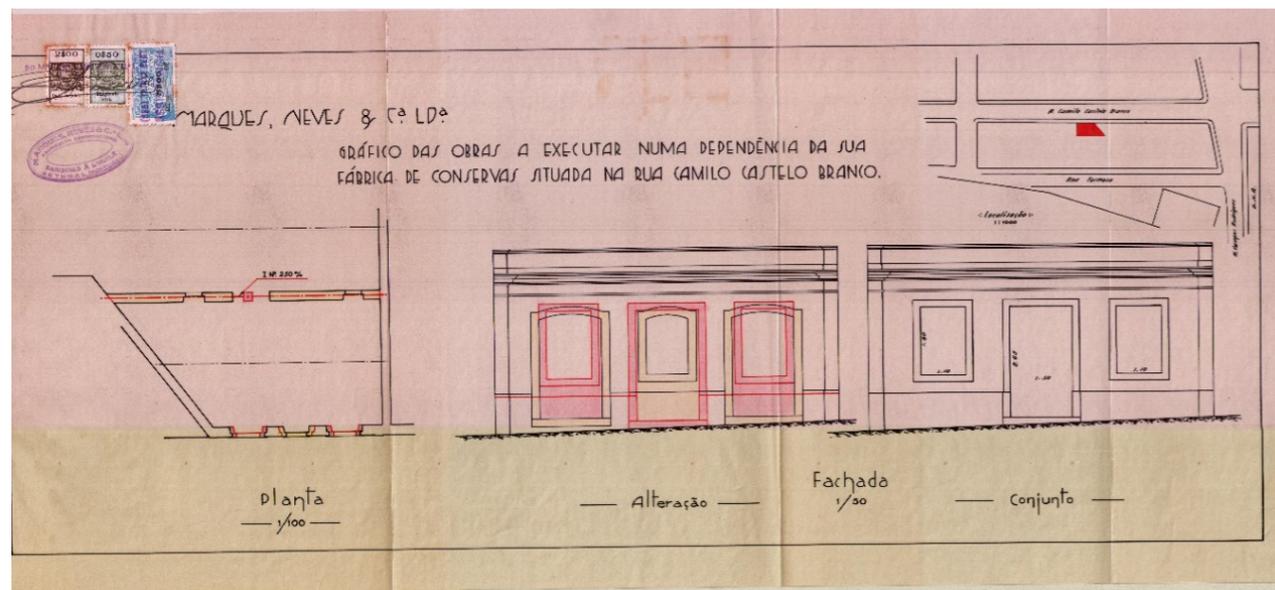


Figura 52 Número 16 - Alçado. Projeto de diversas obras numa dependência de fábrica de conservas alimentícias da firma Marques, Neves & Cª, Lda., 1937. Processo de obras nº 31/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

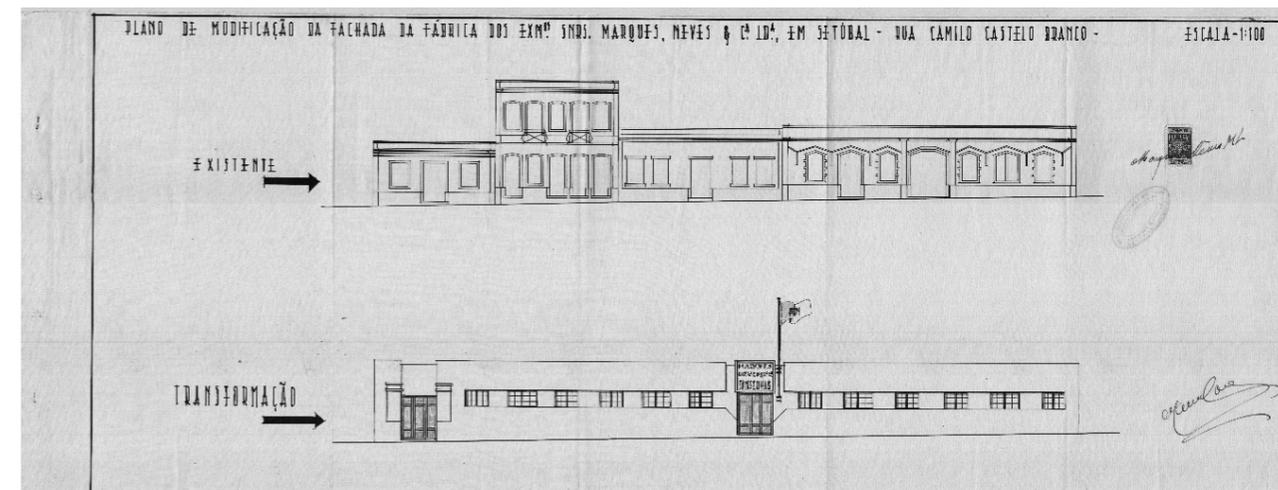


Figura 53 Número 16 – Alçado existente e transformação. Projeto de modificação da fachada da fábrica de conservas da firma Marques, Neves & Cª, Lda., 1942. Processo de obras nº 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

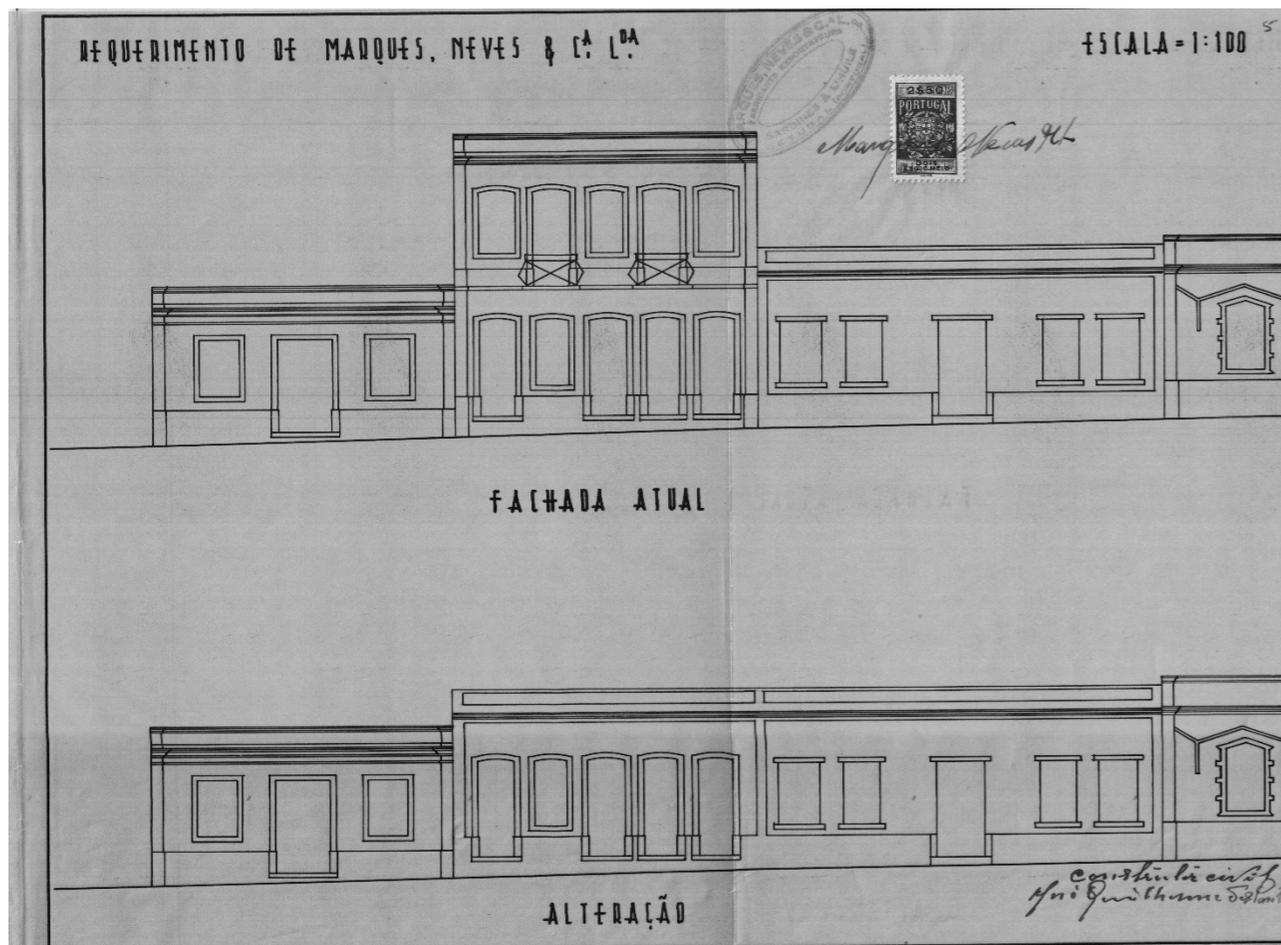


Figura 54 Número 16 – Alçado existente e transformação. Projeto de modificação da fachada da fábrica de conservas da firma Marques, Neves & C^a, Lda., 1942. Processo de obras nº 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

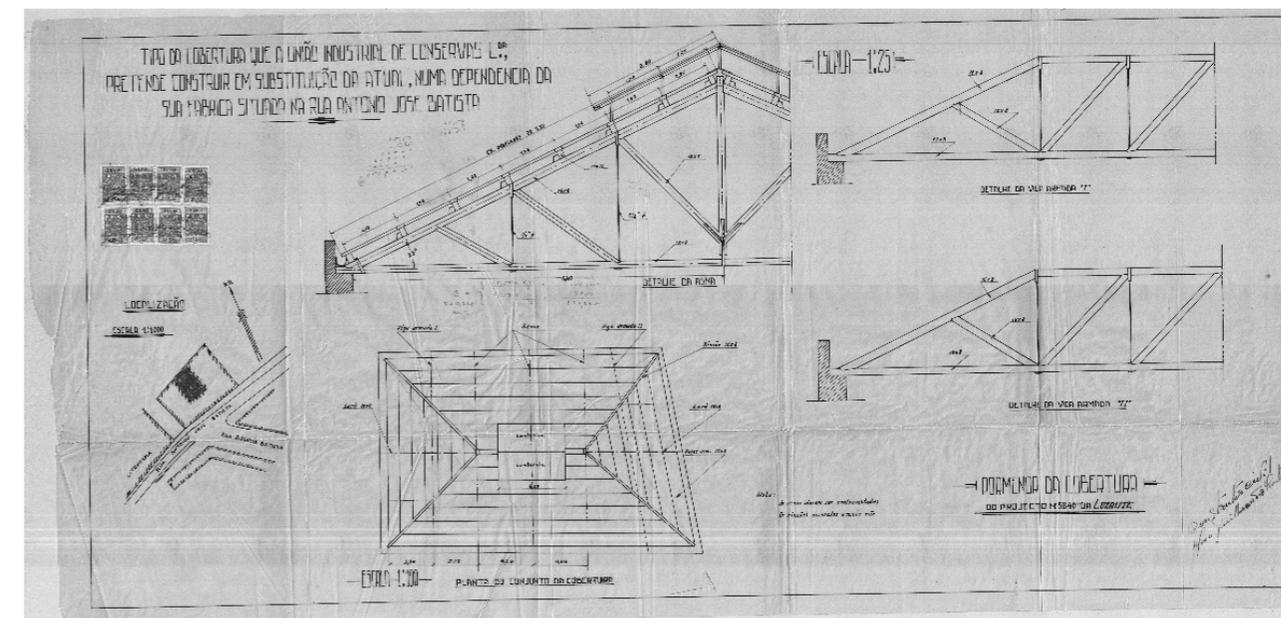


Figura 55 Número 18 – Planta e corte de pormenor. Projeto de substituição de cobertura de armazém da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1942. Processo de obra nº 4/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

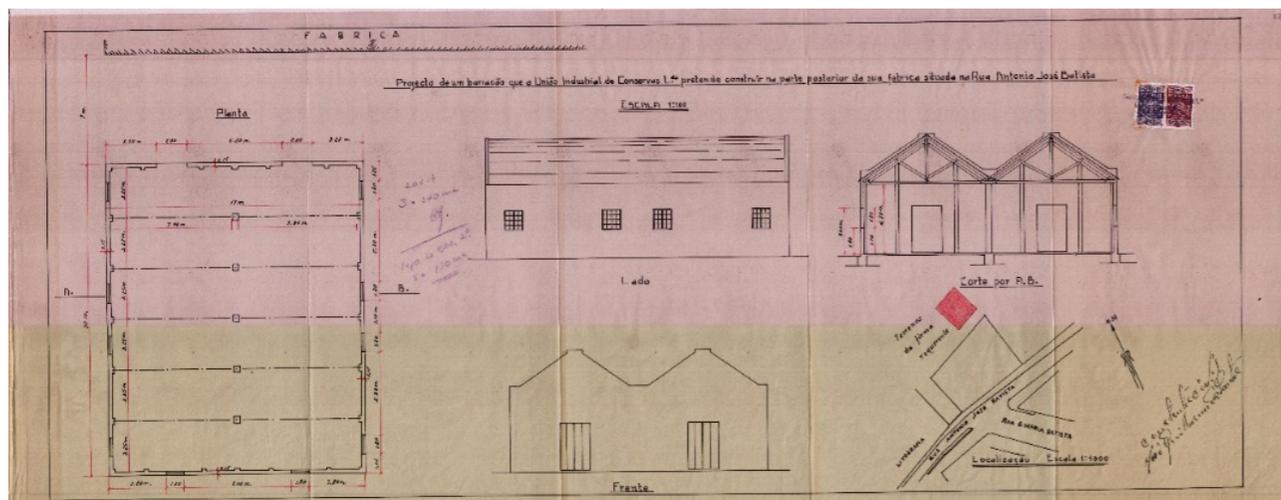


Figura 56 Número 18 – Planta de implantação, Planta, Alçado frente e lado, Corte. Projeto de construção de fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1942. Processo de obra nº 4/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

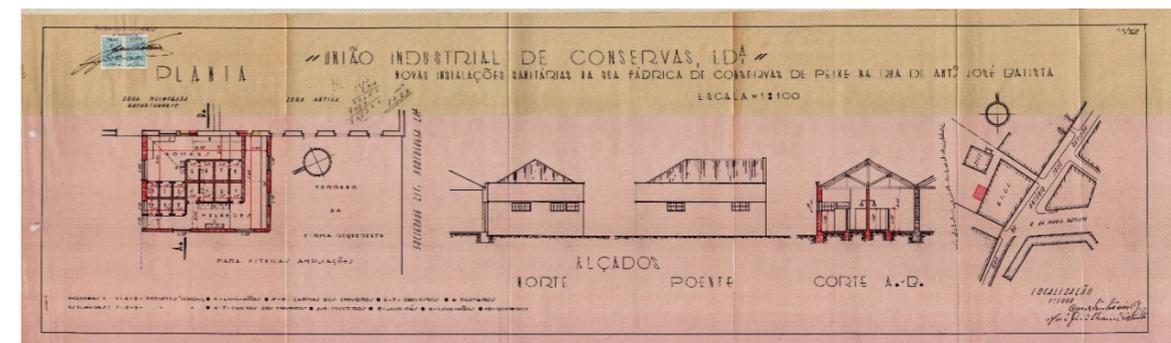


Figura 57 Número 18 – Planta de implantação, planta, Alçados Norte e Poente e corte. Projeto de construção de novas instalações sanitárias da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1944. Processo de obra nº 67/1944. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

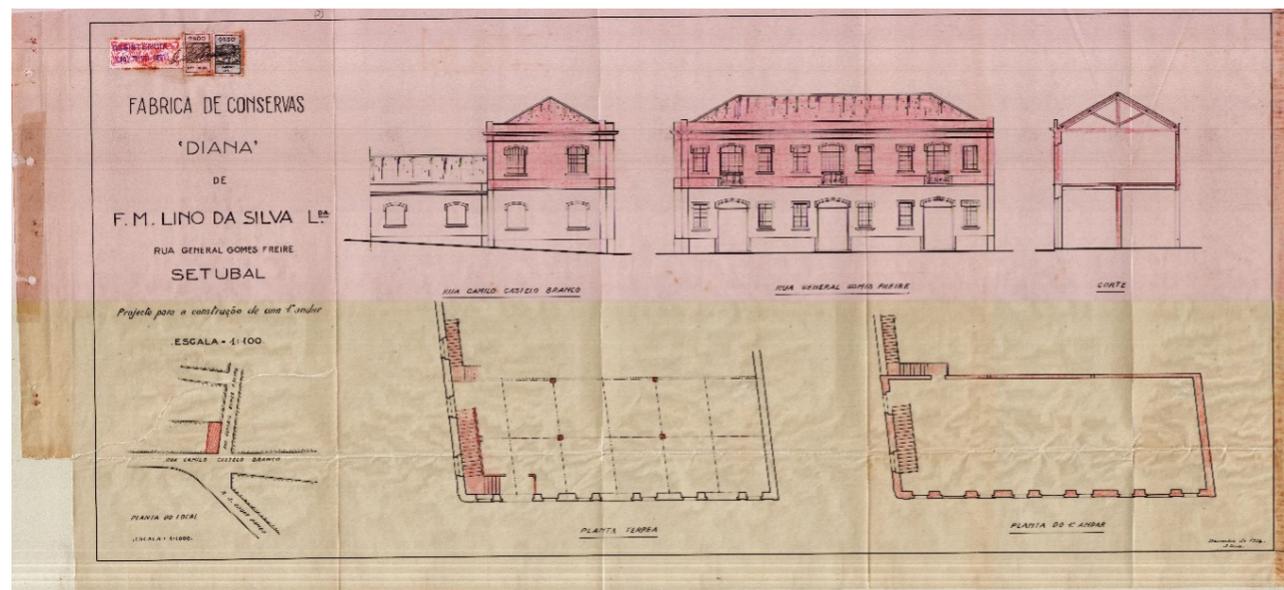


Figura 58 Número 19 – Planta de localização, Alçados, Corte e Planta térrea e 1º andar. Projeto de construção de um 1º andar na fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1935. Processo de obra nº 98/1934/1935. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

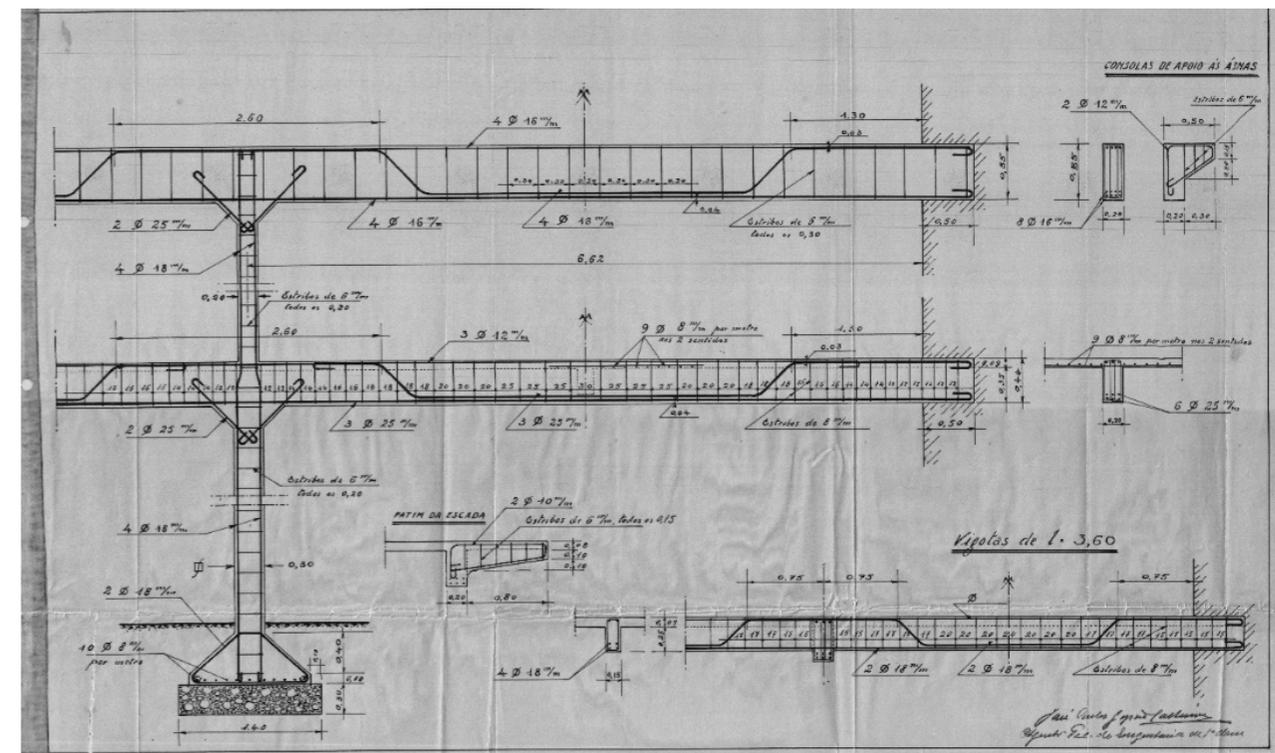


Figura 59 Número 19 – Pormenor construtivo. Projeto de construção de um 1º andar na fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1935. Processo de obra nº 98/1934/1935. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

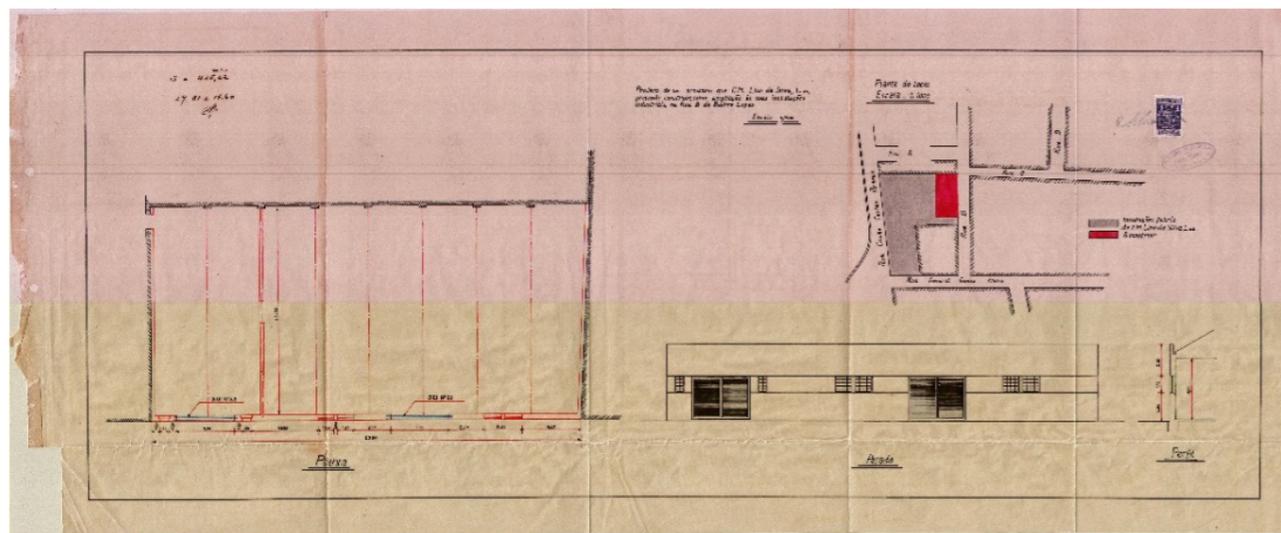


Figura 60 Número 19 – Planta de localização, planta, alçado, perfil. Projeto de construção de um edifício da fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1942. Processo de obra nº 37/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

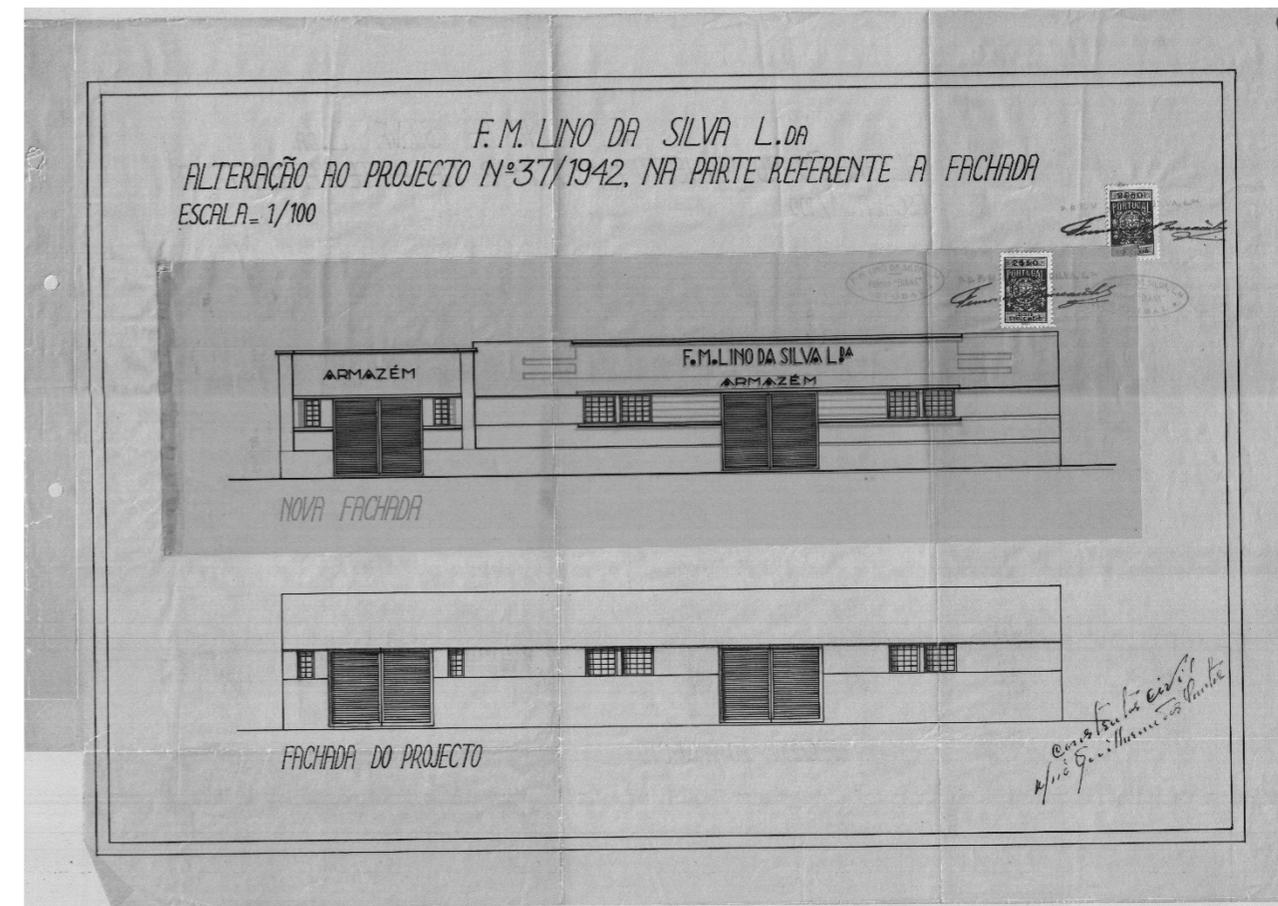


Figura 61 Número 19 – Alçado do projeto e proposto. Projeto de construção de um edifício da fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1942. Processo de obra nº 37/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

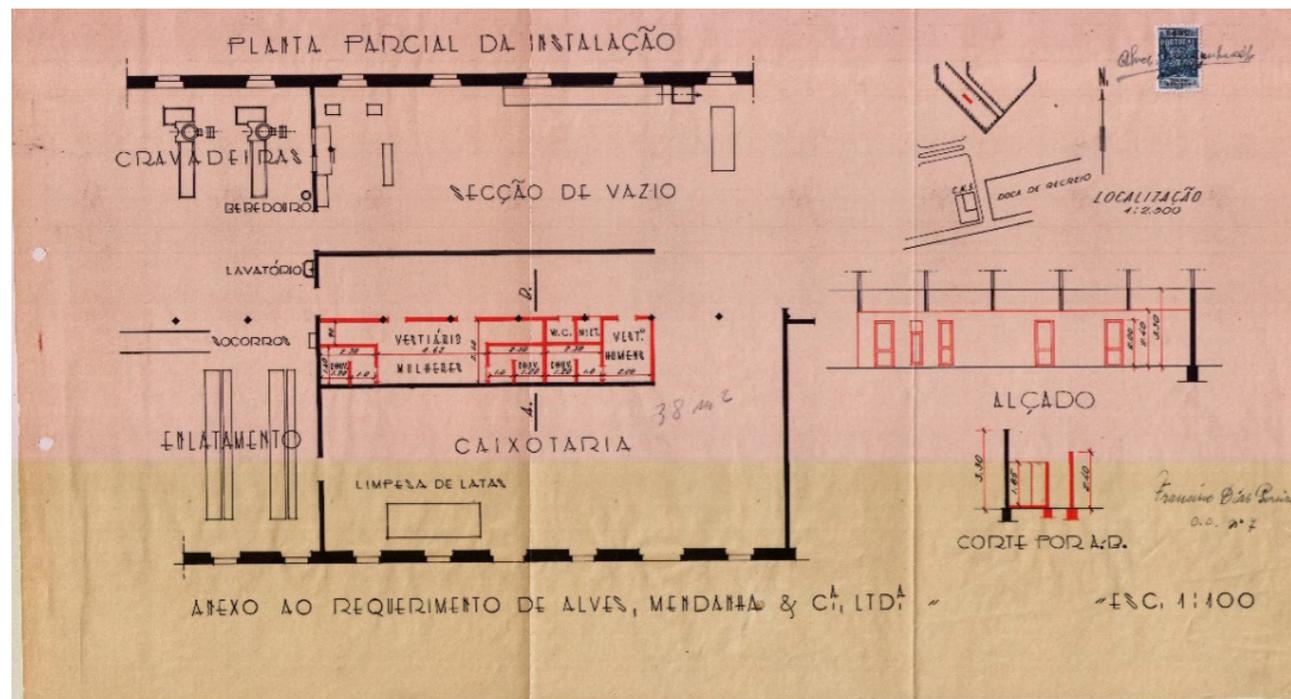


Figura 62 Número 21 – Planta de localização, planta parcial, corte, alçado. Projeto de instalações sanitárias e vestiários da fábrica de conservas da firma Alves, Mendanha & Cª, Lda., 1945. Processo de obra nº 37/1945. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

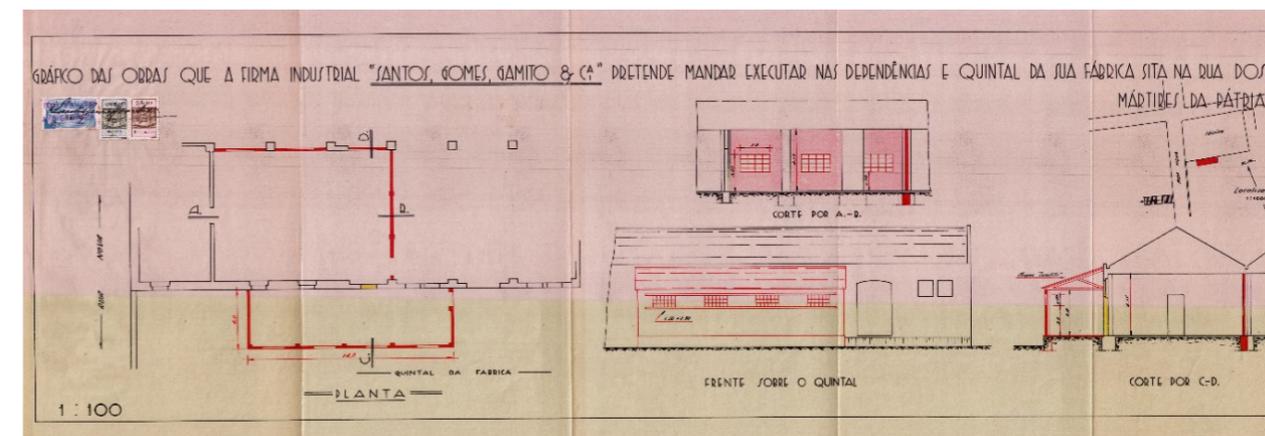


Figura 63 Número 29 – Planta de localização, Planta parcial, alçado, corte. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas da firma Santos, Gomes, Gamito & Cª, Lda., 1937. Processo de obra nº 35/1937. CMSTB.

[Acessível A.D.S.].

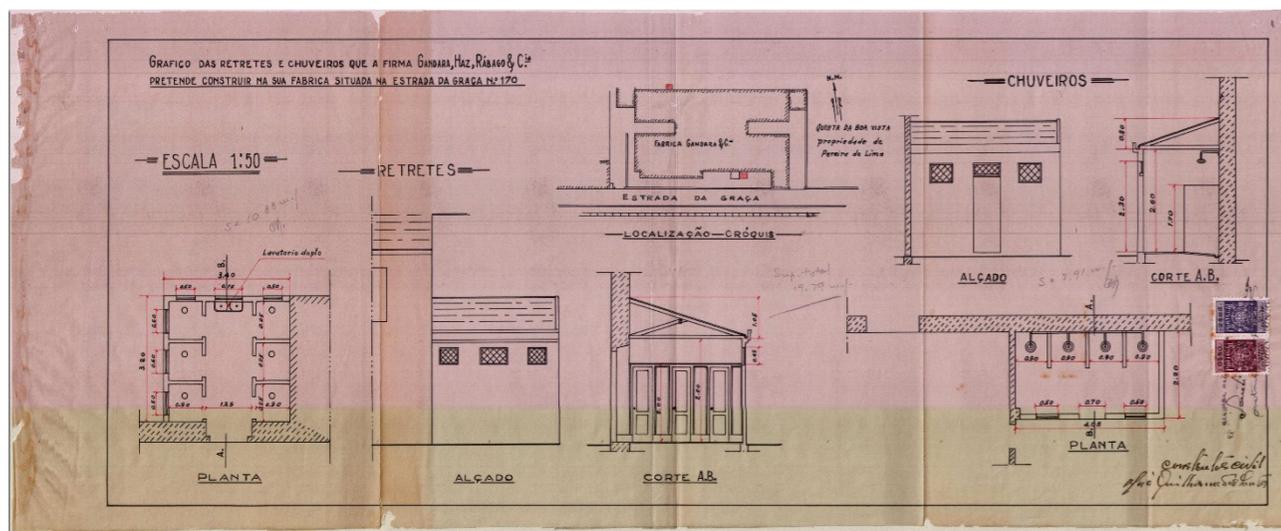


Figura 64 Número 36 – Planta de localização, plantas, alçados, cortes. Projeto de construção de retretes e chuveiros na fábrica de conservas da firma Gandara, Haz, Rábago & C^a, 1942. Processo de obra nº 28/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

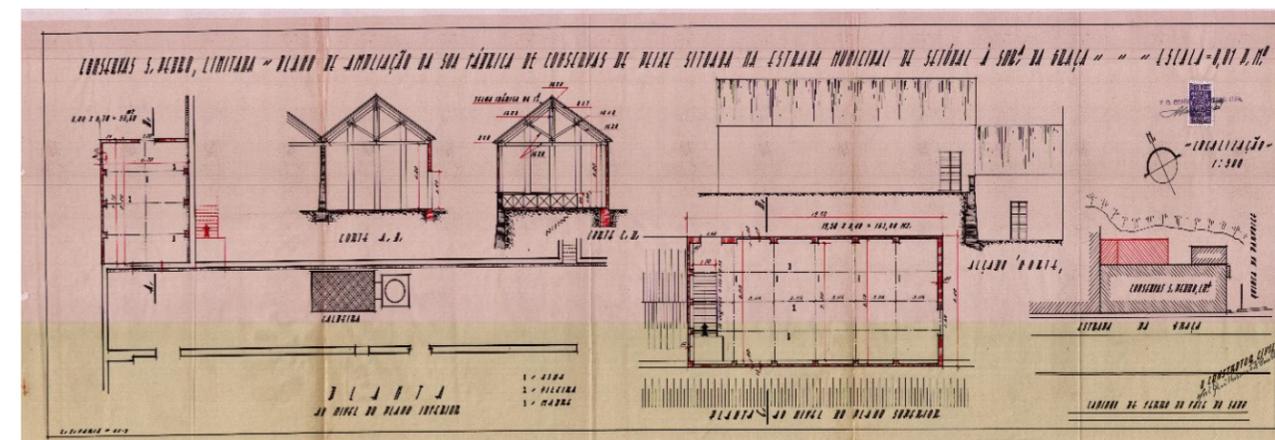


Figura 65 Número 37 – Planta de localização, planta parcial do nível inferior e nível superior, cortes e alçado. Projeto de construção de dois armazéns na parte posterior da fábrica de conservas da firma industrial Conservas São Pedro, Lda., 1943. Processo de obra nº 84/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

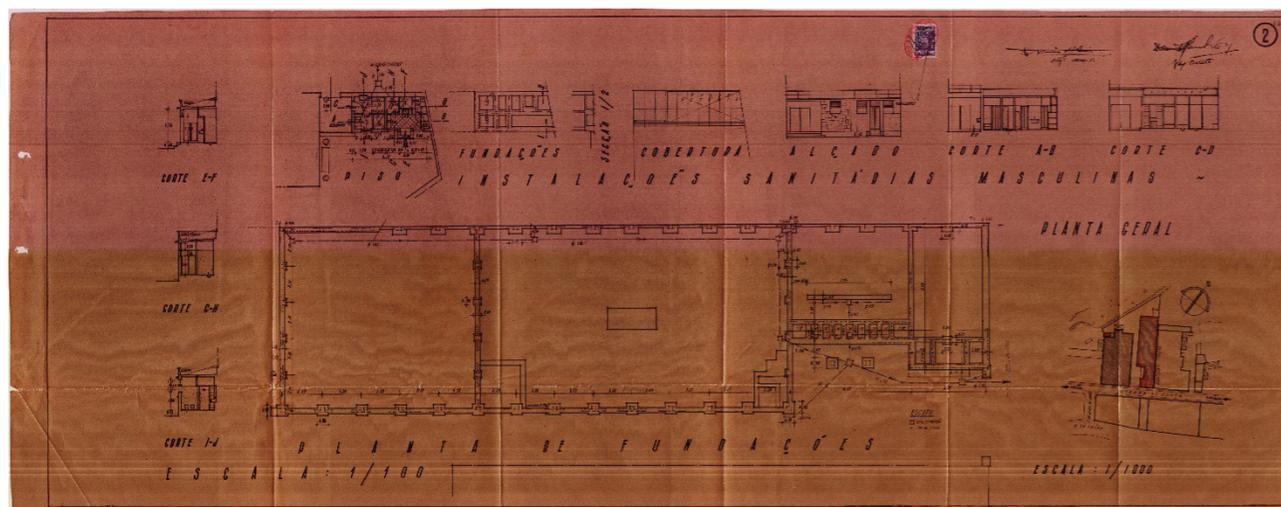


Figura 69 Número 51 – Planta de localização, plantas diversas, cortes, Alçado. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.]

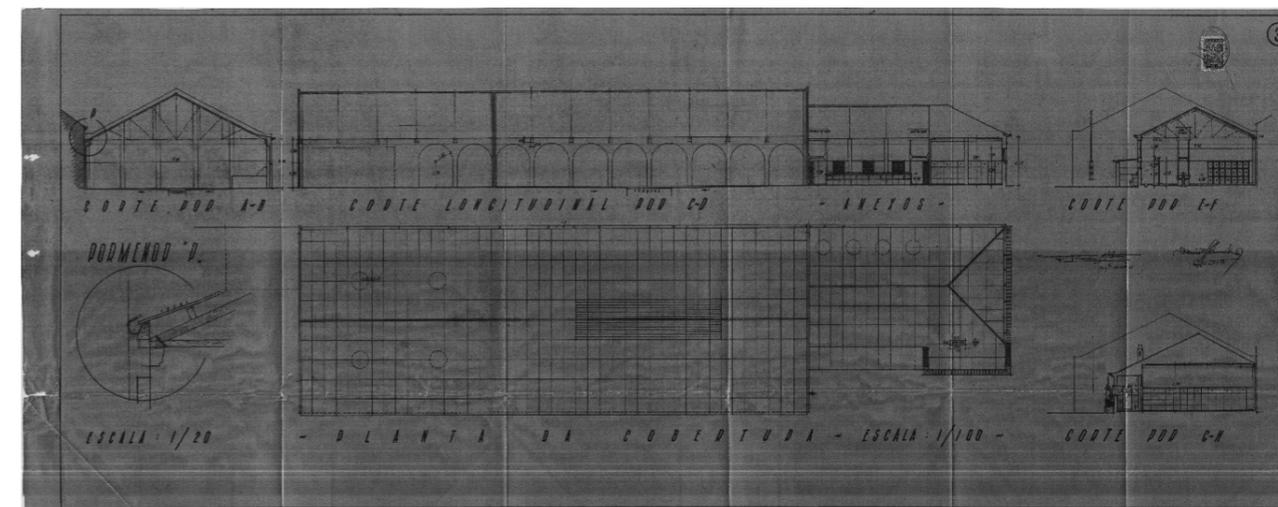


Figura 70 Número 51 – Planta de cobertura, cortes, pormenor. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.]

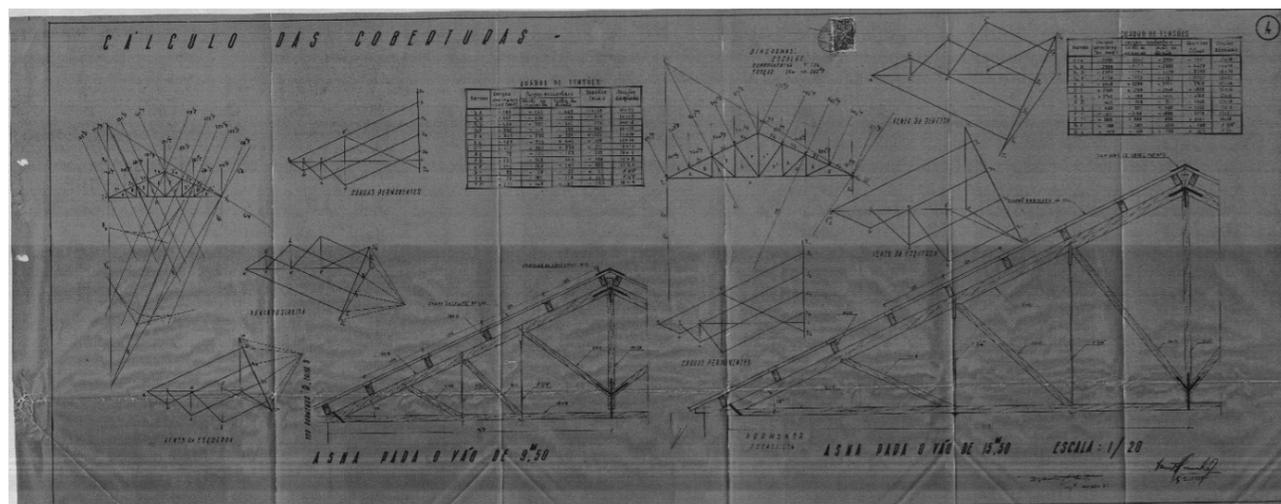


Figura 71 Número 51 – Cálculo cobertura. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

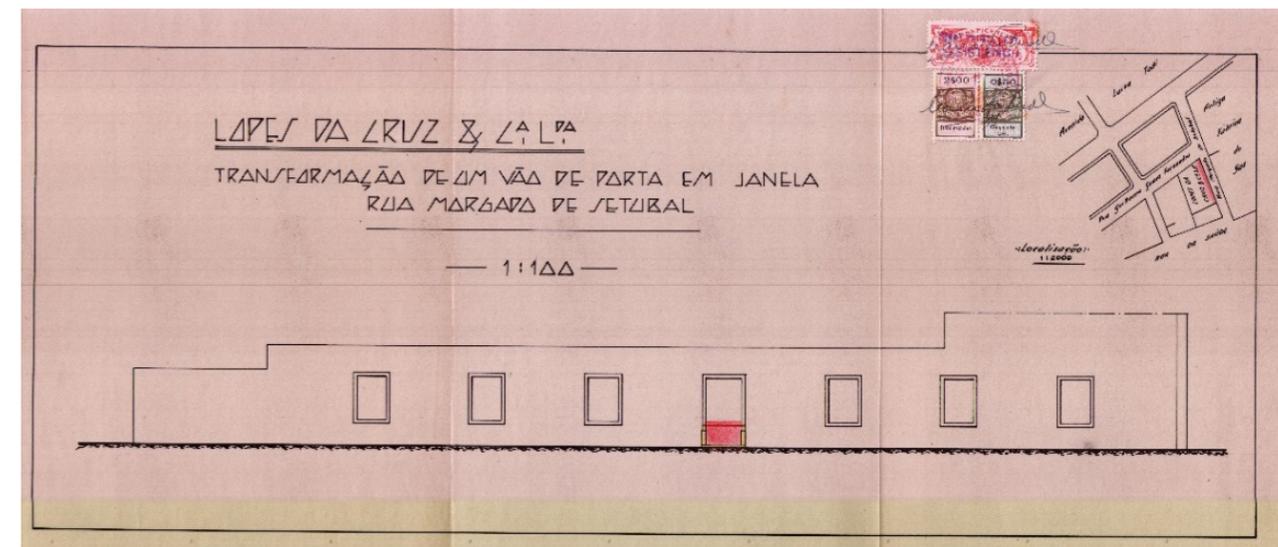


Figura 72 Número 60 – Planta de localização, alçado. Projeto de transformação de um vão de porta em janela da fábrica de conservas da firma Lopes da Cruz & Cª, Lda., 1937. Processo de obra nº 23/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

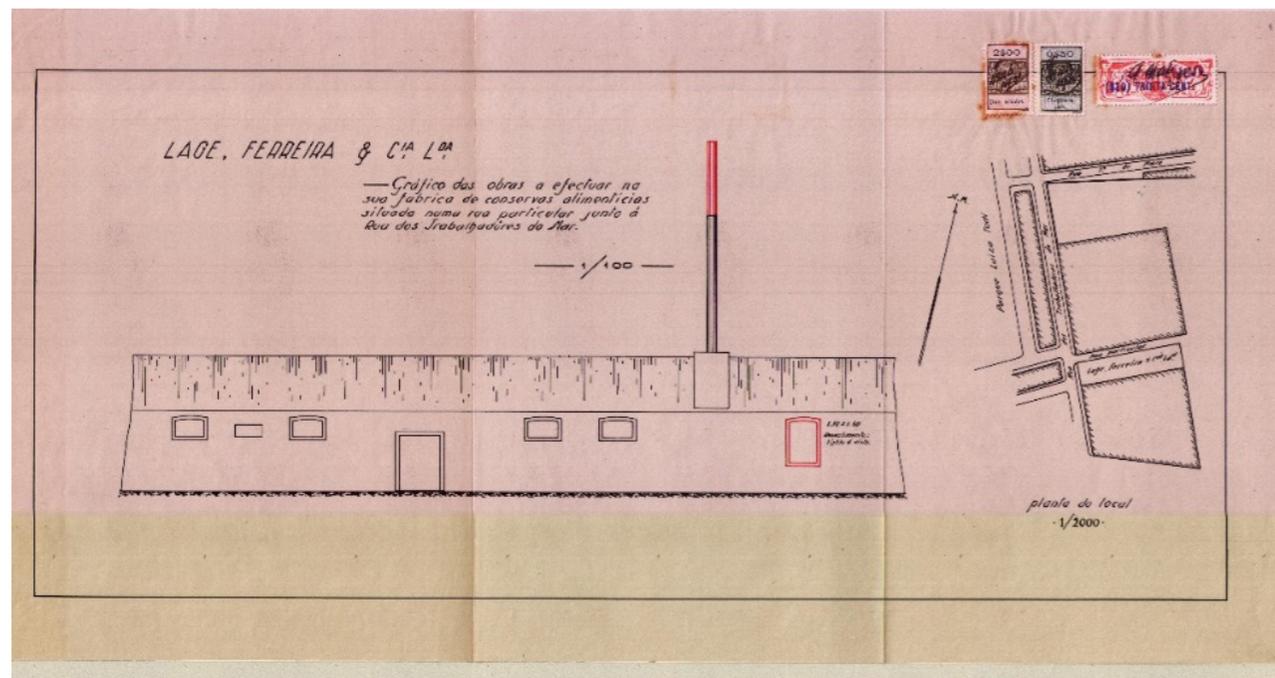


Figura 73 Número 65 – Planta de localização, alçado. Projeto para acrescentar a chaminé à fábrica de conservas da firma Lage, Ferreira & Cª, Lda., 1935. Processo de obra nº 97/1934/35. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

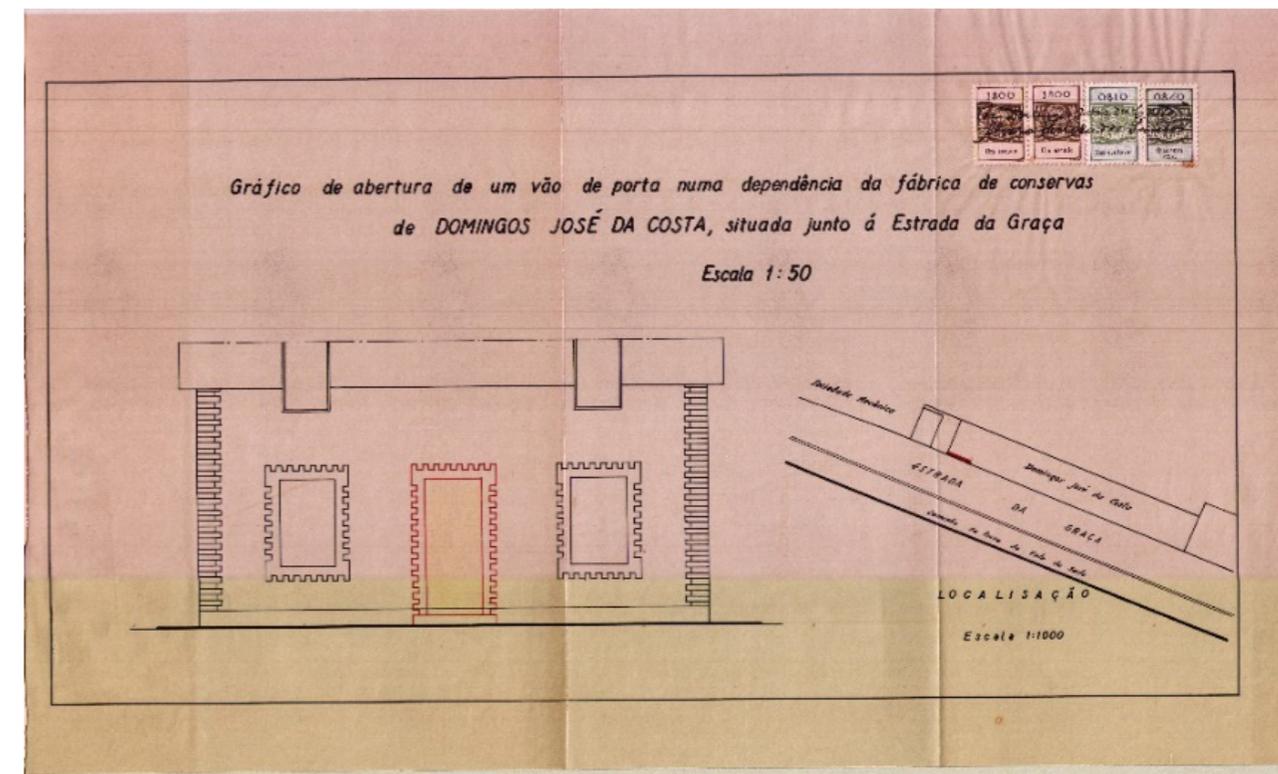


Figura 74 Número 66 – Planta de localização, alçado. Projeto de abertura de um vão para porta na fábrica de conservas da firma Domingos José da Costa & Cª, Lda., 1939. Processo de obra nº 43/1939. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

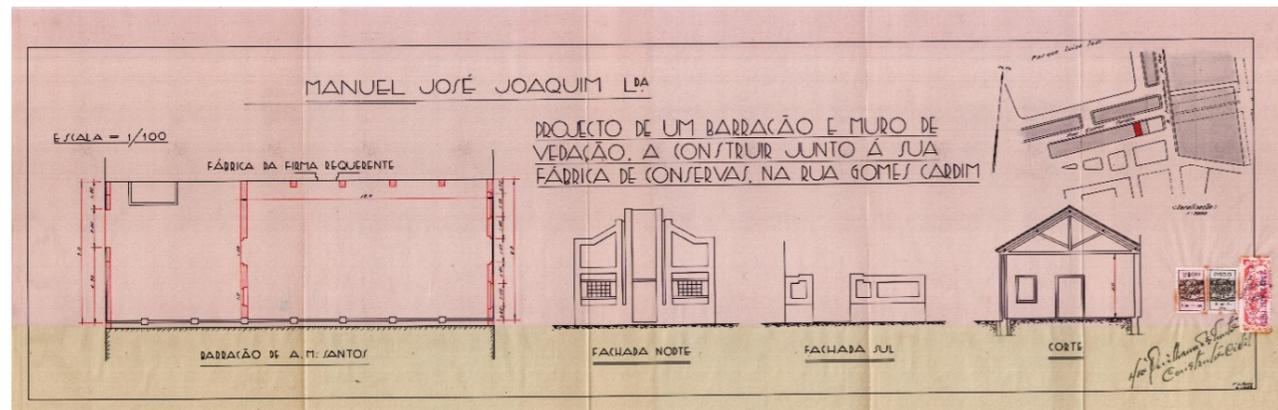


Figura 75 Número 67 – Planta de localização, planta, alçado Norte e Sul, corte. Projeto de transformação de um barracão e muro de vedação na fábrica de conservas da firma Manuel José Joaquim, Lda., 1943. Processo de obra nº 59/1936. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

Anexo VII – Memórias descritivas dos processos de obra das unidades conserveiras, Câmara Municipal de Setúbal

Documento 1 - Número 1 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, 1937. Processo de Obras nº 4/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls.18 e 18v.

O processo de obras nº 4/1937 é constituído por cinco plantas, descrição, informações, licenças para obras e requisição de obras. Proprietário: Etablissements F. Delery; Técnico responsável: José Guilherme dos Santos - construtor civil, João Cândido da Silva - encarregado de obras particulares.

“A fábrica de conservas alimentícias da firma Établissements F. Delory, situada junto à rua dos Trabalhadores do mar, em Setúbal, Freguesia da Anunciada, está instalada em edifício próprio constituído por várias alas cobertas, parte em estrutura metálica e chapa de fibro-cimento e parte em madeiramento e telha portuguesa e chapa de zinco.

A parte em que existe a estrutura metálica é a que se encontra em melhores condições, visto esse trabalho ter sido executado há poucos anos. A parte restante, que se encontra em mau estado de conservação, é constituída por barracões de madeira que oferecem mau aspecto e em que não se aconselha qualquer grande reparação – porque essa solução não seria a mais indicada para melhorar o existente.

Assim, e tomando por base o trabalho ultimamente executado, que dá um aspecto interessante ao edifício, resolveu a firma requerente mandar elaborar o projecto necessário para a continuação desse trabalho e melhoria das suas instalações, de uma maneira geral.

O projecto que se junta e que se submete á apreciação das entidades competentes, estabelece os seguintes trabalhos:

a) *Demolições: Será demolida toda a parte incluída nas duas alas com cobertura antiga, e que as divisórias,*

em madeira, que formam os compartimentos de “serralharia” e “arrecadação de matérias-primas”;

b) *Construção: As divisórias acima citadas serão substituídas por alvenaria de tijolo e argamassa de cimento e areia, empregando-se material idêntico na parede norte, a construir. Nesta parede os vãos indicados serão formados por caixilharias em ferro e vidro; a porta de correr, em chapa de ferro.*

As duas alas indicadas no projecto serão cobertas com material idêntico ao das existentes (ferro e chapa de fibro-cimento), levando os lanternins necessários para uma eficiente iluminação das várias Secções da Fábrica.

Consegue-se assim a uniformidade desejada para o conjunto dos vários corpos do edifício.

Pelo desenho da fachada Norte, a linha pontuada, se verifica a pobreza de aspecto que ela nos oferece.

O traço a cheio mostra-nos o aspecto futuro – mais adequado a uma fábrica de conservas alimentícias que pretende possuir as suas instalações com os melhoramentos necessários e próprios do desenvolvimento que a época impõe.

Todas as paredes serão rebocadas com argamassa de cimento e areia, recebendo caiação nas demãos convenientes.

A estrutura metálica da cobertura e a caixilharia dos vãos projectados serão defendidas da acção do tempo por intermédio de pintura a tintas apropriadas.

Os lanternins serão cobertos a chapa de vidro armado.

O projecto que se apresenta foi elaborado tomando em atenção as disposições do Regulamento Geral de construção Urbana para a cidade de Setúbal; os cálculos justificativos da cobertura têm a responsabilidade de

um engenheiro Civil; a direcção da obra ficará a cargo de um encarregado de Obras Particulares devidamente inscrito.”

Setúbal, Janeiro de 1937

Documento 2 – Número 16 - Carta da firma Marques, Neves & C^a, Lda. ao Presidentes e Vogais da Câmara Municipal de Setúbal. 1942. Processo de obra 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.]. Fls 6 e 6v.

Exm^o Sr.

Presidente e Vogais da Câmara Municipal de Setúbal

“A firma Marques & Neves & C^a, Lda., pretendendo mandar proceder à demolição da fachada do 1^a andar de um prédio que possui na Rua Camilo Castelo Branco e que constitui dependência da sua fábrica de conservas de peixe, a-fim-de poder igualmente mandar proceder à construção da respectiva cobertura ao nível geral da existente na referida fábrica.

Para esse efeito vem requerer a devida autorização da Exm.^a Câmara Municipal, juntando desenho do qual consta a alteração da fachada em face de demolição que se pretende.”

“Em tempo: descrição das obras a executar a título provisório:

- Assentamento de três asnas em madeira ao nível do corpo principal da fábrica e na zona do prédio que actualmente possui fachada de 1^o andar;*
- Elevação de outras três, para se estabelecer “ pé direito” uniforme;*
- Respectiva cobertura em telha tipo Marselhês;*
- Demolição da fachada do 1^o andar até à altura da cortina do edifício à direita;*

- *Deslocação de “cofres” e construção de “pios de moura”;*

- *Rebocos em paredes;*

- *Arranjo de pavimento em betonilha.”*

Setúbal, 10 de Junho de 1942

Marques, Neves & C^a, Lda.

Documento 3 – Número 16 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de modificação da fachada da fábrica de conservas da firma Marques, Neves & C^a, Lda., 1942. Processo de obras nº 40/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].

O processo de obras nº 40/1942 é constituído por duas plantas, requerimentos, memória descritiva, informações, termo de responsabilidade, requisição de licença de obras, licenças para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade. Proprietário: Firma Marques Neves, & C.^a Ld.^a; Técnico responsável: António Joaquim Melgueira - encarregado de obras particulares, José Guilherme dos Santos - construtor civil e Manuel Coelho - agente técnico de engenharia.

“As instalações industriais da firma Marques, Neves & C.^a, Lda., situadas na Rua Camilo Castelo Branco, em Setúbal, tem aspecto pobre, exteriormente.

Esse aspecto, mesmo nada tem de característica que em edifícios de tal género se deve sempre verificar, pois se trata de uma série de edifícios de tipos diferentes entre si. Não obstante, o facto justifica-se, porquanto a aquisição de vários prédios tem sido feita à medida que se regista a necessidade de maior área para o desenvolvimento da indústria.

Presentemente reconheceu a firma proprietária que era oportuno o momento de modificar o aspecto da sua fábrica, baseando essa modificação em linhas que permitissem simplicidade não isenta de elegância, tal como se encontra o edifício da sua fábrica de Matozinhos.

Tomada por base a localização das asnas que constituem a cobertura, a-fim-de evitar-se despesas desnecessárias na formação de ressalvas especiais para os novos vãos, deu-se à nova fachada uma distribuição de iluminação e ventilação que a laboração da fábrica exige e, seguindo os princípios adotados pela prática, reduziu-se ao

mínimo o número exagerado de vãos de portas.

Assim, o vão de porta para serventia de pessoal e outro para serventia de materiais, ambos amplos a permitir desafogo na função a que se destinam.

O trabalho a executar é, na realidade, de grande simplicidade, se bem qu oneroso em virtude de se tratar de uma fachada com a extensão de 47, 5m; essa simplicidade, de resto, é o que dará ao conjunto o aspecto desejado.

Os vãos de janelas e portas trabalham enquadrados em reentrância de 3 cm., de forma a destacarem-se e a fazerem destacar as zonas de parede que os acompanham inferior e superiormente; para valorizar o aspecto geral não se adotou o sistema de estabelecer “degrau” na cortina acompanhado o declive de arruamento.

Por sobre a porta principal assentará um painel com a designação da firma interessada em letras de relevo.

A caixilharia será em madeira e receberá a competente pintura a óleo.

Todos os planos de parede serão guarnecido a esponjado com a côr na massa.

A transformação exterior em nada afecta o interior do edifício, antes permitirá uma mais correcta disposição de “cofres,” secção de enlatamento, secção de peixe, etc.”

Setúbal, 21 de Maio de 1942

Documento 4 – Número 18 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de substituição de cobertura de armazém da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1942. Processo de obra nº 4/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].FI. 14.

O processo de obras nº 4/1942 é constituído por duas plantas, requerimentos, memória descritiva, informações, termo de responsabilidade, requisição de licença de obras, licenças para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade, licenças para vistoria, habitação ou ocupação de prédios, auto de vistoria, licença para ocupação de prédios. Proprietário: União Industrial de Conservas, Ld.ª; Técnico responsável: José Cotrim Simões - encarregado de obras particulares, José Guilherme dos Santos - construtor civil.

“Das obras que a União Industrial de Conservas, Lda. pretende fazer no seu terreno situado na parte posterior da sua fábrica de conservas de peixe, na Rua António José Batista.

As obras a fazer constam da construção de um barracão com 17 x 20 metros, em alvenaria de tijolo com pilares, e cobertura a telha tipo Marselha.

O pavimento será feito a betonilha.

Todas as paredes serão rebocadas e caiadas.

A construção assentará sobre uma fundação de pedra rija e argamassa de cimento e areia.

Ver detalhes no projecto junto.”

Setúbal, 28 de Fevereiro de 1942.

Documento 5 – Número 18 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de novas instalações sanitárias da fábrica de conservas da firma União Industrial de Conservas, Lda., 1944. Processo de obra nº 67/1944. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2 e 2v.

O processo de obras nº 67/1944 é constituído por uma planta, requerimentos, memória descritiva, informações, declaração de responsabilidade, licença para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade. Proprietário: União Industrial de Conservas, Ld.^a; técnico responsável: José Cotrim Simões - encarregado de obras particulares.

“O projecto junto refere-se à construção de novas instalações sanitárias na Fábrica de Conservas de Peixe da firma União Industrial de Conservas, Ld.^a, para efeito de dar cumprimento à intimação emanada da Direção Geral da Indústria.

Essas instalações, que constam de retretes, chuveiros e roupeiros, serão separadas por sexos e centralizadas num corpo de edifício construído a alvenaria de tijolo, com cobertura a chapa “Luzalite.” Este corpo de edifício constitui a fase inicial de ampliações que a firma requerente projecta levar a efeito no sentido Poente das suas actuais instalações.

O estudo foi feito tomando por base o movimento de fábrica quanto a pessoal de ambos os sexos, e de forma a que cada zona tenha acesso independente.

Como disse, a construção será em alvenaria de tijolo, sobre fundação de pedra rija; pavimento será em betonilha, formando banquetas nas retretes e chuveiros.

Serão utilizadas retretes “turcas” e as paredes dos respectivos compartimento, bem como as dos chuveiros,

serão revestidas de material de fácil lavagem.

As canalizações de águas dos chuveiros e as das retretes serão conduzidas à rede interna existente, que por sua vez está ligada ao colector da Rua António José Batista com pendente no sentido Norte-sul.

O edifício projectado terá cobertura em três “águas,” de forma a permitir o desaparecimento parcial da empena a sul logo que se verifique a necessidade da ampliação a que se fez já referencia.

Os armários-roupeiros serão individuais, construídos em madeira.

A zona a construir não será forrada, o que garante perfeita ventilação e iluminação; não obstante, projectou-se a localização de vãos de janela com caixilhos em madeira (ou ferro, se possível) com movimento basculante. A altura a que estes estão projectados impede que do exterior sejam vistas as instalações sanitárias.

Os casos omissos na presente memória serão regulados pelas disposições oficiais em vigor.”

Setúbal, 4 de Julho de 1944

Documento 6 – Número 19 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de um 1º andar na fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1935. Processo de obra nº 98/1934/1935. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fl. 15 e 15v.

O processo de obra nº 98/1934/1935 é constituído por duas plantas, cálculos justificativos, memória descritiva, informação.

“O presente projecto refere-se á ampliação superior um edifício que a firma industrial «F.M.Lino da Silva, Lda.» possui na Rua General Gomes Freire e Rua Camilo Castelo Branco, onde tem instalada uma fabrica de conservas alimentícias, e que destina a ser ocupada pelos seus escritórios.

As obras a executar compreendem:

1º A elevação das paredes mestras e de tabiques em panos de tijolo, sobre uma parte do edifício existente.

2ª Construção de uma lage vigada em beton armado, apoiada nas paredes mestras e pilares centrais.

As paredes serão construídas a alvenaria de tijolo burro a vez e meia, sobre outras do mesmo material, e depois de verificada a necessária solidez das fundações.

Os tabiques serão construídos a meia vez de tijolo furado, consolidados por travessas e montantes de beton armado.

O pavimento do 1º andar, que como dissemos, será em beton armado, será servido por duas escadas de madeira, uma das quais para serviço da fábrica.

Para a construção da lage vigada de beton armado, cujos cálculos justificativos se juntam, seguir-se-hão as prescrições do Regulamento Portuguez para a construção do cimento armado.

A dosagem do beton a empregar será de 350kgs. Ou seja o traço, por metro cubico, de: 350 kgs. de cimento; 400 litros de areia; 800 litros de brita miúda (0,02 a 0,04)

Em tudo mais, se seguirão as prescrições do Regulamento Geral de Construção Urbana para a Cidade de Setúbal.”

Setúbal, 1935

Documento 7 – Número 19 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de um edifício da fábrica de conservas da firma F. M. Lino da Silva, Lda., 1942. Processo de obra nº 37/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 10 e 28.

Este processo tem incorporados os processos 37/A (alteração de fachada), 37/B (modificação da entrada que dá acesso ao pátio de conservas de peixe). É constituído por quatro plantas, requerimentos, memória descritiva, informações, termo de responsabilidade, requisição de licença de obras, licenças para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade, auto de vistoria, licenças para habitação ou ocupação de prédios. Proprietário: F. M. Lino da Silva, Lda.; Técnico responsável: Raul Batista - encarregado de obras particulares, José Guilherme dos Santos - construtor civil.

Processo nº 37/A:

“O desenho junto estabelece o confronto entre a fachada projectada para o armazém que a firma F.M. Lino da Silva, Lda., pretende construir no Bairro Lopes, e o novo tipo de fachada, em virtude daquela não ter sido aprovada pela Exma. Câmara de Setúbal.

Conseguiu-se obter um tipo adequado à finalidade do edifício, se bem que mais oneroso, enquadrando-se os corpos cujos motivos principais são os vãos de portas, entre faixas a atingir balanço de 0,08, e separando-se, sem contudo fugir ao conjunto, os mesmos corpos, tendo bastado para isso o pormenor de remate da cortina com as suas diferentes elevações.

Os vãos projectados são aqueles que a arrumação interior exige e encontram-se localizados onde não podem ser afectados por cargas superiores, nomeadamente asnas, pormenor económico importante e por isso mesmo a atender.

Em tudo mais, e para a construção de um modo geral seguir-se-hão as prescrições da Memória descritiva que regulamentarmente acompanhou o primitivo projecto.”

Setúbal, 28 de Maio de 1942

Processo nº 37/B:

“A obra que pretende realizar na fábrica de F.M. Lino da Silva, Lda., consiste na modificação da entrada que dá acesso ao pateo, na parte confinante com a Rua B do Bairro Lopes, e de forma a que se possa dar a essa entrada o mesmo aspecto que já tem a restante fachada.

A porta a colocar será em ferro (chapa ondulada) do mesmo tipo das existentes.”

Setúbal, 10 de Abril de 1943

Documento 8 – Número 21 -Memória descritiva e justificativa. Projeto de instalações sanitárias e vestiários da fábrica de conservas da firma Alves, Mendanha & Cª, Lda., 1945. Processo de obra nº 37/1945. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2 e 2v.

O processo de obras nº 37/1945 é constituído por uma planta, requerimentos, memória descritiva, informações, declaração de responsabilidade, licença para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade, taxas para vistoria de prédios, auto de vistoria, licenças para ocupação de prédios. Proprietário: Alves, Mendanha & Cª, Lda.; Técnico responsável: Afonso Henrique da Silva - encarregado de obras particulares, Francisco Dias Pereira - construtor civil.

“Para dar cumprimento à intimação que nesse sentido lhe foi endereçada pela 3ª Circunscrição Industrial, pretende a firma Alves, Mendanha & Cª, Lda., mandar proceder às obras que constam dos desenhos juntos na sua fábrica de conservas de Peixe situada na Travessa Fábrica Aurora (Forte do Livramento).

Essas obras consistem na construção de divisórias em alvenaria de tijolo, assentes sobre a fundação de pedra rija, formando compartimentos destinados a Vestiário e Chuveiros para mulheres, vestiário, chuveiro, retrete e mictório para homens. A fábrica da firma requerente não possui tais instalações – limitando-se a retretes para mulheres, na secção de Descabeçar, e uma retrete para homens em zona anexa ao escritório – pelo que se justifica, tanto a intimação da entidade competente, como o desejo de se lhe dar cumprimento.

Todas as paredes serão rebocadas e caiadas, utilizando-se em chuveiros e respectivas cabinas e ainda em retrete e mictório, o revestimento de material que permita fácil lavagem.

A iluminação de todos os compartimentos está assegurada, uma vez que a parede principal atinge apenas a altura de 2,40m; prevê-se, apesar disso, a abertura de vários lanternins que se tornam necessários para

a instalação em geral e que assim melhor asseguram a iluminação da zona que tratamos. Esses lanternins fazem parte do trabalho de reparação da cobertura, constituída por asnas formando arco e chapa ondulada de zinco.

A retrete a instalar será do tipo “turca”; o mictório será constituído por caleira em betão. Os ramais de esgoto serão conduzidos à canalização geral existente e que passa junto à parede exterior dos compartimentos a construir. Os pavimentos de chuveiros, cabinas, retretes e mictório, elevar-se-há o,15 acima do nível geral.

Os casos omissos na presente memória serão regulados pelas disposições em vigor ou por quaisquer condições especiais a impor pela Exma Câmara.”

Setúbal, Abril de 1945

Documento 9 – Número 29 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas da firma Santos, Gomes, Gamito & C^a, Lda., 1937. Processo de obra nº 35/1937. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fl. 2.

O processo de obras nº 35/1937 é constituído por uma planta, informação, licenças para obras, requisição de licença de obras. Proprietário: Firma Santos, Gomes, Gamito & C.^a; Técnico responsável: Carlos José Pinto - encarregado de obras particulares.

“O gráfico junto refere-se às obras que a firma industrial Santos, Gomes, Gamito & C^a pretende mandar executar nas dependências e quintal da sua fábrica de conservas alimentícias situada na rua Mártires da Pátria, tornejando para a Rua Nova (ligação do Largo da Herdade com a Avenida Luiza Toddi;” em cumprimento de indicações do Instituto Português das Conservas de Peixe.

Essas obras constam:

- a) De construção de divisórias na ala sul do edifício, para efeito de proteger, umas das outras, as Várias secções da fábrica;*
- b) Construção de um edifício com 14,0 x4,0 m, destinado a oficina de soldadores, isolando assim esta secção das restantes;*
- c) Transformação de um vão de janela em porta, estabelecendo a comunicação natural entre a parte existente e a ampliação a fazer.*

Todas as divisórias, bem como as de oficina de soldadores, serão construídas a tijolo com pilares, de espessuras indicadas. As divisórias interiores serão formadas por panos de tijolo com caixilharia em madeira e vidro, a uma

altura que permita a fácil fiscalização dos serviços. Serão rebocadas e caiadas.

A ampliação a fazer (oficina de soldadores) será perfeitamente ventilada e iluminada pelos vãos projectados.

As fundações para este corpo serão formadas por alvenaria de pedra rija e argamassa de cal e areia.

O pavimento, seguindo o nível do existente, será formado por betonilha.”

Setúbal, 16 de Abril de 1937

Documento 10 – Número 36 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de retretes e chuveiros na fábrica de conservas da firma Gandara, Haz, Rábago & C^a., 1942. Processo de obra nº 28/1942. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2 e 2v.

O processo de obras nº 28/1942 é constituído por uma planta, requerimentos, memória descritiva, informações, termo de responsabilidade, requisição de licença de obras, licenças para obras. Proprietário: Gandara, Haz, Rábago & C.^a; Técnico responsável: José Guilherme dos Santos - construtor civil.

“Referente a construção de retretes e chuveiros que a firma Gandarra, Haz, Rábago & C^a. pretende construir na sua fábrica situada na Estrada da Graça Nº 170.

Retretes: Construção de uma dependência para serem instaladas 6 retretes, para o que serão construídas duas paredes a meia vez de tijolo, (exterior) sendo as divisórias entre retretes a tijolo ao alto, estes panos de tijolo só atingem a altura de 2,00ms., ficando com o espasso de 0,60 cms, entre o teto para facilitar a circulação do ar.

As retretes são de louça, as paredes ficam guarnecidas a azulejos até á altura de 1,50cms, os tetos são estucados serão feitas 6 frestas para iluminação e arejamento; o madeiramento é de uma só água e coberto a telha marselha ficando com um algeroz conforme o desenho indica. Os esgotos das retretes são feitos para o colector existente na fábrica. Será construída uma dependência para a instalação de 4 chuveiros (banhos de aspersão), para o que será construída 2 paredes a meia vez de tijolo (exterior), e 3 panos de tijolo ao alto para separação dos chuveiros, estes panos teem a altura de 1,70cm., ficando vedados pela frente com cortinas de tecido impermeável. A água para os chuveiros é canalizada do depósito existente na fábrica, os esgotos são feitos para a canalização já existente, o chão é cimentado levando umas grades de madeira o madeiramento é coberto a telha marselha. Para o arejamento e iluminação serão feitas 2 frestas, e uma bandeira na porta de

comunicação. Tanto as retretes como os chuveiros ficam em comunicação directa com a fábrica.

Os materiais a empregar nesta construção são de boa qualidade.

Confrontai o gráfico que apresenta.”

Setúbal, 13 de Abril de 1942

Documento 11 – Número 37 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de construção de dois armazéns na parte posterior da fábrica de conservas da firma industrial Conservas São Pedro, Lda., 1943. Processo de obra nº 84/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.].Fls. 2, 2v, 6 e 20.

O processo de obras nº 84/1943 é constituído por três plantas, requerimento, informação, memória descritiva, licenças para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade, auto de vistoria. Estão incluídos neste projeto o processo 84A e 84B (ampliação da fábrica de conservas), o 84C (transformação de um vão de janela em porta na fachada da fábrica). Proprietário: Conservas S. Pedro Lda. Técnico responsável: José Guilherme dos Santos - construtor civil.

Processo 84A

“Reconhece a firma Conservas S. Pedro, Lda., que a área das suas instalações industriais é modesta para a função que desempenha, aprovar o facto estando a circunstância de ter de recorrer por vezes, como no momento presentes, a uma zona da sua secção de enlatamento para efeito de armazenagem de produtos que aguardam embarques.

Essa razão do projecto que se junta e que se refere á construção de dois armazéns, em planos diferentes mas ambos na parte posterior da fábrica, em nada afectando a via pública (Estrada Municipal de Setúbal à S.ª da Graça).

Pormenores da obra:

1) – *Fundações – Em alvenaria de pedra rija do Vizo, com argamassa de cimento e areia, a 1:5, com a profundidade média de 0,80 m.*

2) – *Paredes em elevação – Em alvenaria de tijolo maciço a meia vez, com pilares a 1 ½ e 2 vezes e argamassa idêntica.*

3) – *Coberturas – A telha “Ibérica” de 1ª qualidade, assente sobre estrutura de madeira em quina viva, nas secções constantes do projecto (medidas correntes no mercado) e competentes ferragens.*

4) – *Pavimentos – Betonilha com superfície ligeiramente ás peras, sobre macisso de betão magro na espessura de 0,08m.*

5) – *Guarnecimentos – Rebôcos com argamassa de cimento, cal e areia e caiação a três demãos.*

6) – *Portas – Em madeira de pinho, engradadas, recebendo pintura a óleo.*

7) – *Escada – Provida de corrimão e constituída por 19 degraus de tijolo macisso, guarnecidos a cimento, de aresta ligeiramente boleada, com cobertor de 0,23cm e espelho de 0,166 cm.*

8) – *Guarda da Escada – Em madeira.”*

Setúbal, Setembro de 1943

Processo 84B

(...) “Resolveu agora proceder ao desaterro necessário para obter o mesmo nível (do pavimento geral da fábrica) e assim apresenta novo projecto relativo à construção de um edifício que se destina igualmente a armazém.” (...)

Setúbal, 18 de Outubro de 1943

Processo 84C

“A firma de Conservas S. Pedro, Lda., pretende transformar em vão de porta o vão de janela existente no extremo Poente da fachada da sua fábrica de conservas de peixe situada na Estrada Municipal de Setúbal à Senhora da Graça.

Se é certo que a simetria da fachada pode ser afectada pela transformação – inconveniente que, no entanto, melhor se nota no desenho que na própria fachada não é menos certo que não há possibilidade de localizar o vão de porta, destinado a acesso de carros em serviço de armazém, noutra zona da fábrica.

O diagrama que se junta mostra bem como as diferentes secções estão montadas; em especial a de descabeçar não permite transformação de qualquer vão dada a existência de pios de moura junto à parede principal.

Nesta conformidade e por nos parecer suficientemente esclarecida a razão que nos leva a projectar o novo vão no extremo Poente, resta dizer que esse vão será guarnecido a cantaria da região, tipo idêntico ao existente nos restantes vãos, e que a porta será semelhante às restantes na parte que respeita caixilharia.

O armazém que o vão projectado vai servir é o que se refere ao projecto aprovado pela Exma. Câmara em 28 de Outubro último.”

Setúbal, 2 de Novembro de 1943

Documento 12 – Número 41 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de diversas obras na fábrica de conservas da firma Benzinho, Lda., 1941. Processo de obra nº 59/1941. CMSTB. [Acessível A.D.S.].FI. 2.

O processo de obras nº 59/1941 é constituído por uma planta, requerimentos, memória descritiva, informações, termo de responsabilidade, requisição de licença de obras, licenças para obras, fiscalização de obras particulares, boletim de responsabilidade, licenças para vistoria, habitação ou ocupação de prédios, auto de vistoria, totalizando 16 fls. Proprietário: Firma Benzinho, Ld.^a; Técnico responsável: Afonso Henrique da Silva - encarregado de obras particulares, José Guilherme dos Santos - construtor civil.

“Esta memória descritiva refere-se às obras que Benzinho, Lda. pretende mandar fazer numa dependência da sua fábrica de conservas alimentícias situada entre a Rua da Saúde e a Estrada da Rasca.

As obras constam da construção de paredes em alvenaria de tijolo, com argamassa de areia e cimento, destinadas a formação de escritório, arrecadação, vestiários e balneários, estes separados para homens e mulheres.

Do escritório constará também a construção de caixilharia envidraçada, balcão, etc.; todas as paredes serão estucadas, salvo na arrecadação; o tecto do escritório será em madeira para receber pintura.

O esgoto dos balneários será ligado á canalização geral da fábrica.

Ver diversos detalhes no projecto junto.”

Setúbal, 20 de Outubro de 1941.

Documento 13 – Número 51 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de ampliação da fábrica de conservas da firma Alberto Soares Ribeiro, Lda., 1943. Processo de obra nº 95/1943. CMSTB. [Acessível A.D.S.]. Fls. 26 a 28.

O processo de obras nº 95/1943 é constituído por quatro plantas, requerimentos, memória descritiva, informações, parecer.

“A fábrica de conservas “Gizela,” propriedade da firma “Alberto Soares Ribeiro, Lda.,” fica situada na Estrada da Rasca, logo à saída da cidade de Setúbal e encontra-se acanhada nas suas instalações, relativamente às possibilidades de fabrico.

Com o intuito de ampliar este e de, simultaneamente, executar o programa de instalações sanitárias e de carácter social temas que à referida firma foram impostas pelas entidades oficiais mas que já estavam no seu espírito, outras que ela julga dever executar para proporcionar um maior conforto e benefício ao seu pessoal – feminino na sua grande parte – foi elaborado o presente projecto para ser executado em terreno anexo às instalações existentes e há já tempo adquirido especialmente para o efeito.

Verificando-se que se encontra prevista no plano de urbanização da cidade a construção de um arruamento que intercepta não só esse terreno como as instalações existentes, esperava a firma proprietária que uma rápida resolução fôsse dada pela Exm^a Câmara ao seu problema, a-fim-de não investir mais capitais numa obra antecipadamente condenada à expropriação e demolição.

Mas, demorando-se esta resolução, e sendo premente a satisfação das necessidades mínimas apontadas, foi a obra projectada em condições especiais de economia de construção atendendo-se à certeza de que, em

breve espaço de tempo, ela deverá vir a ser demolida sem a correspondente indemnização.

Por outro lado, a Junta Autonoma de Estradas tendo resolvido o alargamento da estrada da Rasca para o lado Norte, tínhamos elaborado um ante-projecto em que se tinha êsse alargamento em consideração, recuando 2 m a fachada das novas construções.

Atendendo porém:

- *A que este seria o único prédio em que assim se procederia;*
- *À dimensão ou quasi anulação da importância da estrada da Rasca uma vez executado o novo arruamento de ligação ao Outão;*
- *E ainda aos inconvenientes de toda a ordem que proveem de uma construção recuada;*

Projectamos as novas construções alinhadas com as existentes, o que esperamos mereça a aprovação superior.

Os edifícios a executar são:

- a) *Instalações fabris – ao lado dos edifícios existentes e mantendo entre eles uma passagem descoberta projecta-se uma construção dividida por uma parede transversal separando o “armazém do cheio” do “depósito do biqueirão”*

Nêste serão instalados uma “Tulha de sal,” depósitos de biqueirão, cabeças e resíduos de biqueirão e ainda tanques para decantação e aproveitamento das moursas e líquidos residuais do fabrico.

Os cheiros desagradáveis dos resíduos ficam eliminados no exterior, fazendo-se a carga destes depósitos por aberturas com portinhola vendando por gravidade.

Ao fundo dêste edifício será construído, numa 2ª fase, um telheiro para arrecadação de caixotaria.

- b) *Instalações sanitárias – As masculinas serão edificadas no tardo do edifício existente e compõem-se de:*
- a. *Uma retrete, bidé, lavabo e duche, para o pessoal superior;*
 - b. *Dois urinóis, uma retrete, um duche, um lavabo e um pequeno armário vestiário para o pessoal operário masculino, que é de reduzido número.*

As instalações sanitárias femininas, num edifício logo antes do depósito de biqueirão, compreendem:

- a. *168 Armários vestiários individuais, sobrepostos aos grupos de 3 formando 8 blocos de 21 armários cada;*
- b. *28 Lavabos em bateria;*
- c. *6 Cabines de retretes turcas*
- d. *1 Chuveiro*

e. *1 Bebedouro exterior, sob alpendrada.*

- c) *Instalações de carácter social – anexo ao edifício anteriormente descrito, e confinando com a rua, com exposição a sul encontra-se, finalmente, uma construção destinada às crianças em período de aleitação, filhas das operárias da fábrica, com ampla área e cubagem para 10 berços ou grades.*

Nesta mesma construção se prevê a instalação de uma sala de tratamento e pensos, onde, simultaneamente, se poderá aquecer numa pequena lareira qualquer alimento para as crianças.

Um vestíbulo dará acesso e resguardará das correntes de ar as instalações da creche e da sala dos pensos.

No cunhal do edifício e junto ao portão de entrada, encontra-se, absolutamente independente, um compartimento destinado ao guarda.

Todas as construções, de carácter sóbrio como convém a uma instalação industrial, são, todavia, tratadas com certa beleza e harmonia de linhas conseguindo-se estas com o emprego de adequados revestimentos, todos êles de rebôcos mais ou menos espessos, e de diversa rugosidade.

Com atraz se disse, as construções terão carácter ligeiro, sem prejudicar a conveniente estabilidade e resistência.

Os telhados a executar com as asnas adiante calculadas, serão cobertos com chapa ondulada de fibrocimento, levando tecto apenas o pavilhão destinado à creche.

As paredes, de alvenaria de tijolo ou de blocos de betão serão assentes sobre fundação corrida de alvenaria hidráulica, com a sapata suficiente para assegurar uma boa distribuição de cargas, reforçando-se, isto é, alargando-se um pouco mais, segundo o que também se indica nos cálculos anexos a esta memória, as fundações dos pilares de apoio das asnas.

Do lado de nascente a parede do edifício de maiores dimensões será construída em arcos com pilares de apoio das asnas em saliência.

A alimentação de água para as instalações sanitárias será feita a partir de um pôço que existe sob os edifícios já construídos, elevando-se a água por bomba até dois depósitos de ferro a montar sobre prumos nas instalações femininas e até a um reservatório que constituirá a cobertura das instalações sanitárias masculinas.

Os depósitos de ferro já existem, tratando-se, assim, de um aproveitamento.

O reservatório cobertura das instalações masculinas será em betão armado segundo os cálculos a submeter à apreciação superior oportunamente.

A partir dos elementos citados será feita a distribuição de águas aos aparelhos que as utilizarão, com tubagem de secção proporcionada.

A alimentação dos bebedouros será feita com água da distribuição da cidade.

A canalização de esgoto em tubagem de Sanolite parafinada será ligada aos tubos de queda das águas pluviais, ao depósito de detritos e aos aparelhos sanitários com interposição de caixas de inspecção e

limpeza, e com diâmetros proporcionados aos caudais a evacuar, conduzindo ao colector que passa na Estrada da Rasca.

Em todas as construções a efectuar atender-se-á, na parte aplicável às prescrições regulamentares da Exm^a Câmara, empregando-se materiais da melhor qualidade e de dimensões que garantam a estabilidade e resistência da obra.”²⁶

Lisboa, 23 Setembro de 1943

²⁶ Foi feita uma avaliação por um advogado à proposta das obras de ampliação da fábrica. Esta avaliação incidiu na proposta do novo arruamento. As obras não foram aprovadas pela Câmara Municipal como se verifica no documento dos Serviços de viação e Obras redigido a 21 de Outubro de 1943.

Documento 14 – Número 67 - Memória descritiva e justificativa. Projeto de transformação de um barracão e muro de vedação na fábrica de conservas da firma Manuel José Joaquim, Lda., 1943. Processo de obra nº 59/1936. CMSTB. [Acessível A.D.S.]. Fl. 2.

O processo de obras nº 59/1936 é constituído por 1 planta, descrição, informação, requerimentos. Proprietário: Manuel José Joaquim Ld.^a; Técnico responsável: José Guilherme dos Santos - construtor civil.

“As obras que a firma industrial Manuel José Joaquim, Lda., pretende levar a efeito em terreno que tem alugado á Junta Autónoma do Porto de Setúbal, constam apenas da construção de uma cobertura em madeira e telha tipo Marselha, fachada para a Rua Gomes Carmim – a que se procurou dar um aspecto aceitável – e muro de vedação para o lado sul, desaparecendo assim as vedações que em madeira existem presentemente em ambos os lados.

O espaço existente entre a construção a fazer e a construção existente ao lado Nascente, e que só se justifica pela forma como está formada a cobertura desta ultima, será fechado pela firma requerente, estabelecendo a caleira necessária para esgoto das aguas pluviais, desaparecendo também assim e inconvenientemente da existência de um corredor que, embora de reduzida largura, não deixa contudo de servir para fins a que não está destinado.

A fachada para a rua Gomes Cardim, tal como está projectada, representa para a firma requerente uma despesa importante; ela não esquece, no entanto, que se trata e um arruamento sob a jurisdição da Câmara Municipal e como tal merecedor de certo apuro nas construções que ali venham a executar-se.

Toda a construção será feita em tijolo, nas espessuras indicadas no projecto. Da cobertura se falou já.

Á firma requerente compete, segundo lhe parece, o pagamento de taxas referentes á fachada a construir; quanto a área de construção, esta será paga na Junta Autónoma, como proprietária que é do terreno.

A obra será executada sob a direcção ou responsabilidade de um encarregado de obras particulares inscrito na Câmara Municipal.”

Setúbal, 2 de Junho de 1936

